



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

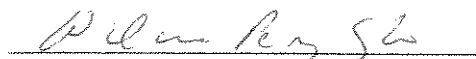
MATO GROSSO (1850-1889)
UMA PROVÍNCIA NA FRONTEIRA DO IMPÉRIO

Domingos Sávio da Cunha Garcia

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Instituto de Economia da UNICAMP
para obtenção do título de Mestre em
História Econômica, sob a orientação da
Profa. Dra. Wilma Peres Costa.

*Este exemplar corresponde ao original da
dissertação defendida por Domingos Sávio
da Cunha Garcia em 08/02/2001 e
orientada pela Profa. Dra. Wilma Peres
Costa.*

CPG, 08/02/2001



Campinas, 2001

16670



N.º CHAMADA:
 TI UNICAMP
 G 165m
 V. Ex.
 TOMBO 45267
 PROC. 16.392/01
 C D 1
 PREÇO R\$ 11,00
 DATA 21/04/01
 N.º CPD

CM00158320-2

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
 CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA**

G165m Garcia, Domingos Savio da Cunha
 Mato Grosso (1850-1889) : uma província na fronteira do império / Domingos Savio da Cunha Garcia. – Campinas, SP : [s.n.], 2001.

Orientador: Wilma Peres Costa
 Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.

1. Mato Grosso (Brasil : Província) – Historia. 2. Brasil – Historia – Império – 1850-1889. I. Costa, Wilma Peres. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Dedico este modesto
trabalho ao povo oprimido.

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço o apoio constante e seguro de minha orientadora, a professora doutora Wilma Peres Costa, quem primeiro acreditou nas possibilidades da proposta de trabalho que apresentamos para o mestrado.

Aos demais professores do curso de mestrado em História Econômica do Instituto de Economia da Unicamp, particularmente aqueles com quem tive o privilégio e a satisfação de trabalhar: Dr. Fernando Novais, Dr. Frederico Mazzucchelli, Dra. Lígia Osório Silva, Dr. Bastiaan Reydon, Dr. José Jobson Arruda e Dr. Rui Granziera.

Aos funcionários da biblioteca e da secretaria do Instituto de Economia, notadamente Cida e Alberto, pela cordialidade e pelas orientações dadas.

Aos colegas do curso de mestrado em História Econômica, com quem tive a alegria e o prazer de conviver.

À Universidade do Estado de Mato Grosso que, em seu processo de construção, proporcionou-me a oportunidade de realizar a minha qualificação.

À minha família, pelo carinho com que, de longe, sempre me apoiaram.

Aos meus filhos, Raoni e Luan, pelo sacrifício de morar em uma cidade desconhecida e pela presença sempre estimuladora.

À Iraci, com quem tenho dividido a minha vida, pelo apoio sempre presente.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	1
-----------------	---

Capítulo 1- 1850-1864: O APOGEU DO IMPÉRIO E A PROVÍNCIA DE MATO GROSSO.

1- Mato Grosso: Da criação da capitania a 1850.....	7
2- 1850-1864: O apogeu do Império.....	15
3- A vida política na província de Mato Grosso entre 1850 e 1864.....	20
4- O isolamento da província, as vias de comunicação e a importância da abertura da navegação do Rio Paraguai.....	24
5- O atraso econômico da província e as dificuldades de arrecadação.....	32
6- A política econômica do Império na região do Prata e suas consequências na província de Mato Grosso.....	45
7- O exército, a Guarda Nacional e o judiciário.....	47

Capítulo 2- A GUERRA DO PARAGUAI E A PROVÍNCIA DE MATO GROSSO.

1- A política externa do Império às vésperas da Guerra do Paraguai.....	55
2- A invasão de Mato Grosso.....	58
3- A fragilidade da defesa militar da província e suas origens.....	62
4- A retirada paraguaia de Mato Grosso	68
5- A economia da província durante a guerra.....	75
6- Nada muda na vida política.....	79

Capítulo 3- MATO GROSSO NA CRISE DO IMPÉRIO

1- A crise do Império.....	83
2- A economia de Mato Grosso após a Guerra do Paraguai.....	85
3- A situação política da província no período.....	113
 CONCLUSÃO.....	 121
QUADROS E MAPAS.....	125
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	133

Introdução

O resultado a que chegamos ao final de uma dissertação nem sempre corresponde ao objeto de estudo que se tinha em mente no início do trabalho. Na medida em que empreendemos nosso estudo, vamos alterando os nossos objetivos, modificando o modo como observamos o problema a ser tratado e também a delimitação do período a ser estudado.

Se por vezes mudamos pouco a nossa opinião sobre aquele objeto de estudo, outras vezes podemos alterá-la completamente. Essa alteração pode ser produto da evolução de nosso estudo, mas pode ser também provocada por questões novas que emergem no decorrer do próprio processo de investigação.

Inicialmente nos propusemos a estudar a economia de Mato Grosso, tendo como referência o desenvolvimento do capital mercantil naquela província a partir do final da Guerra do Paraguai. Procurávamos dialogar com uma corrente da historiografia regional, que enfatizava a importância do movimento mercantil desenvolvido na Província depois da Guerra do Paraguai e que veio a ser designado como “ciclo das casas comerciais”. Esse “ciclo” teria seu declínio simultâneo à ligação ferroviária do já estado de Mato Grosso com o Estado de São Paulo, e com a economia paulista na segunda década do século XX.

A questão que nos interessava, a princípio, era a de tentar compreender o “destino” dessa acumulação mercantil: se o capital mercantil teve importância naquele período, perguntávamos que fatores explicariam seu declínio, deixando atrás de si somente marcas arquitetônicas, presentes ainda hoje em algumas cidades de Mato Grosso. Inicialmente, portanto, o nosso trabalho estava direcionado para um estudo da história econômica de Mato Grosso na transição Império-República.

Ao longo de nosso estudo, percebemos que uma resposta mais qualificada a essas questões dependia de um certo recuo dessa periodização, de maneira que passamos a ter como nosso período de referência o conjunto do Segundo Reinado. De fato, essa mudança, deveu-se ao nosso progressivo convencimento da importância da questão geopolítica e estratégica para compreender a evolução histórica de uma província de fronteira como Mato

Grosso. Deslocou-se um pouco a ênfase do nosso estudo - não se tratou mais de estudar Mato Grosso no Império e na República, mas de estudar o Império em Mato Grosso, incorporando temas como a montagem do aparelho de Estado na Província, as dificuldades da organização da defesa, a precariedade do aparato fiscal, entre outros, porque pensamos que eles ajudam a entender, por exemplo, os impasses gerados pela dificuldade da navegação dos rios regionais, as dificuldades de comunicação, e seus efeitos sobre a vida econômica local. Passamos a procurar inserir os problemas locais em uma problemática mais geral, que nos ajudava a dimensionar as alternativas econômicas que se colocaram nas décadas subseqüentes à Guerra do Paraguai.

Estudar os problemas locais como expressão dos problemas gerais não significa ignorar as particularidades locais, suas originalidades e diferenças. Ao contrário, em diversos momentos são essas diferenças que nos permite destacar as questões gerais.

O nosso estudo procura destacar a originalidade da província de Mato Grosso no período: província insular, isolada e situada na fronteira, numa região onde o Império estava em estado de constante ação diplomática e militar.

Essa é a explicação para recuarmos o período estudado, para situá-lo somente no Império, ou mais precisamente, no apogeu e na decadência do Império.

Um outro fator também pesou bastante na mudança do período e na definição do objeto de estudo: ao longo de nossos estudos sobre o período, também chegamos à conclusão que a Guerra do Paraguai teve uma importância muito grande para o Império e para os destinos históricos da província de Mato Grosso. Por causa dessa importância, em nosso estudo, ela opera como divisor de águas do período, demarcando algumas mudanças cruciais para o futuro da Província de Mato Grosso.

Definimos então o nosso objeto de estudo: os efeitos da evolução política e econômica do Império na província de Mato Grosso, entre 1850 e 1889.

Organizamos os capítulos conforme a divisão anteriormente explicitada.

No primeiro capítulo, tratamos de Mato Grosso no período que vai de 1850 a 1864 ou mais precisamente, até o início da Guerra do Paraguai. Nesse capítulo destacamos a importância da abertura da navegação do rio Paraguai como fator de ruptura do isolamento da província em relação ao centro do Império; procuramos mostrar as dificuldades que se

opunham à abertura da navegação provocadas pelas questões geopolíticas envolvidas nas disputas na região do Prata; apontamos também os elementos contraditórios que permeavam as instituições imperiais e seus reflexos em Mato Grosso, particularmente as forças armadas, com todas as conseqüências que teriam mais tarde, durante a guerra. Por fim, traçamos um esboço geral da evolução econômica da província, particularmente depois da abertura da navegação do rio Paraguai.

No segundo capítulo, tratamos do impacto da Guerra do Paraguai sobre a província de Mato Grosso. Procuramos destacar como o desenvolvimento da guerra expressou claramente as contradições do Estado imperial e de que forma o conflito afetou a província, deixando marcas que permaneceriam por longo período. Procuramos mostrar como Mato Grosso foi atingido pela guerra, com o alto preço pago por sua população.

No terceiro capítulo, tratamos do período do pós-guerra até a República. Tratamos nesse capítulo da difícil reconstrução da província, sua debilidade, seu atraso econômico e seu isolamento como marcas constantemente presentes. Ao mesmo tempo procuramos destacar como as contradições do Estado imperial continuavam presentes, demonstrando o seu caráter estrutural e insolúvel. Destacamos ainda nesse capítulo o progressivo desenvolvimento da pecuária, que passa a assumir uma posição de destaque na economia provincial, que fará dela mais tarde, já na República, a principal atividade econômica de Mato Grosso.

Nossa base documental consistiu prioritariamente nos relatórios e falas dos presidentes da província de Mato Grosso no período em questão.

Os relatórios e falas dos presidentes de província eram uma obrigação explicitamente determinada pelo artigo oitavo do Ato Adicional, que assim dizia:

*“O Presidente da Província assistirá à instalação da Assembléia Provincial, que se fará, à exceção da primeira vez, no dia que ela marcar; terá assento igual ao do Presidente dela, e à sua direita; e aí dirigirá à mesma Assembléia a sua fala, instruindo-a do estado dos negócios públicos e das providências que mais precisar a Província para seu melhoramento”.*¹

¹ Octaviano Nogueira: *Constituições Brasileiras: 1824*. P. 108.

É a esse artigo do Ato Adicional que sempre os presidentes se referiam quando iniciavam os seus relatórios. Em seguida, faziam uma espécie de saudação à família imperial, para depois discorrerem sobre os assuntos da província.

Os relatórios constituem uma massa documental importante por conter a visão do delegado do poder central na província, sua visão dos problemas provinciais a partir da ótica do governo Imperial. Refletem, em grande parte, as preocupações, as políticas e as contradições do governo central.

Ao longo do período tratado, observamos que os relatórios foram se tornando cada vez mais longos e mais detalhados. Se nos anos cinquenta não ultrapassavam cinquenta páginas, após a Guerra do Paraguai alguns relatórios chegam a ultrapassar duzentas páginas, com vários anexos.

Mas essa evolução muda pouco o conteúdo dos relatórios, centrados nas questões econômicas, de segurança (com o título de “tranquilidade pública”), da justiça, nas questões militares e, de forma mais rápida, na “instrução pública” e “instituições filantrópicas” (que é a denominação que se dava para as questões de saúde pública, principalmente para os hospitais da província), além de outros temas que não eram permanentes. Após a Guerra do Paraguai começou a aparecer com certa recorrência o item “Elemento Servil”, sinal de que a questão começava a ganhar relevância.

A análise que procuramos desenvolver a partir dos relatórios, parte então desse caráter de documento oficial do delegado do poder central na província, expressão da aplicação, ou da tentativa de aplicação, da política desse poder central, por isso mesmo uma boa medida de sua eficácia.

Para nossa análise tomamos como base bibliográfica alguns trabalhos que, no nosso entendimento, são básicos para entender o período que tratamos. Por isso mesmo esses trabalhos serão recorrentes. Dessa forma, adotamos uma postura de diálogo com os autores desses trabalhos, mesmo quando discordamos de suas análises.

O primeiro deles é o trabalho clássico de Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, com uma descrição do Estado imperial, de seus principais personagens e de seus principais momentos no período que tratamos, a partir de uma visão de quem foi protagonista e narrador dos acontecimentos.

O trabalho de Ilmar Rohloff de Mattos, *O Tempo Saquarema*, foi importante para uma análise da formação do pensamento da elite imperial, sua visão do Estado e de seu trabalho para construir esse Estado para servir aos seus interesses, até a sua consolidação nos anos cinquenta.

O terceiro trabalho que nos serviu de base para a análise foi *A Espada de Dâmocles. O Exército, a Guerra do Paraguai e a Crise do Império*, de Wilma Peres Costa. Esse trabalho nos permite compreender as relações contraditórias entre as instituições imperiais, particularmente entre a construção das forças armadas e a manutenção da escravidão, no bloqueio à construção do Estado moderno no Brasil e a relação dessas contradições com a crise do Império.

O quarto trabalho a que recorremos com insistência foi *História de Mato Grosso*, de Virgílio Corrêa Filho. Esse livro, clássico da historiografia regional tradicional, foi importante para o nosso trabalho, principalmente pela riqueza de fontes que possui.

Para uma parte da análise das operações militares do governo imperial em Mato Grosso durante a Guerra do Paraguai, contamos com três trabalhos do Visconde de Taunay: o clássico *A Retirada de Laguna, Marcha das Forças (Expedição de Matto Grosso): 1865-1866* e *Memórias do Visconde de Taunay*. Esses três trabalhos, principalmente as “memórias”, nos permitiram uma boa base de informações para compreender os problemas de fundo que permearam os fracassos militares do exército na província de Mato Grosso, durante a Guerra do Paraguai.

Capítulo 1

1850-1864: O apogeu do Império e a província de Mato Grosso

1- MATO GROSSO: DA CRIAÇÃO DA CAPITANIA A 1850.

A capitania de Mato Grosso, juntamente com a capitania de Goiás, foi criada pelo governo colonial português por Carta Régia em 1748, ambas desmembradas da província de São Paulo.² A localização geográfica fez de Mato Grosso uma capitania estratégica na geopolítica colonial portuguesa, por se localizar na fronteira com o território pertencente ao império colonial da Espanha, com quem a questão de limites estava sem solução e era motivo de disputas diplomáticas que não raras vezes avançava para escaramuças militares. A criação da capitania foi a resposta dada pelo governo colonial à descoberta do ouro em Cuiabá e Mato Grosso e ao estabelecimento dos tratados de limites com o império espanhol. Permitiu a construção de uma barreira situada em frente ao império colonial espanhol. Os tratados que foram estabelecidos em seguida entre Portugal e Espanha (Tratado de Madri e Tratado de Santo Ildefonso), já encontraram os portugueses melhor posicionados em suas terras sul americanas, de modo que o princípio do *uti possidetis* terminaria por prevalecer.³

O elemento fundamental que caracteriza a capitania de Mato Grosso desde o seu nascimento, é o fato de se localizar em uma região de difícil acesso, distante do litoral e dos centros de poder.

Desde o período áureo da mineração, quando as minas de Cuiabá tinham grande produção e o comércio se desenvolvia com grande intensidade, principalmente a partir da vila de Sorocaba, na província de São Paulo,⁴ o acesso à província de Mato Grosso era difícil, não só pela distância a ser percorrida mas também pelas dificuldades dos trajetos. Os trajetos até Cuiabá eram feitos pelos rios, em alguns trechos, e por terra em outros, superando rios perigosos, encachoeirados, correntosos e desconhecidos; havia poucos pontos de apoio para

² Francisco Adolfo de Varnhagen. *História Geral do Brasil*. 3ª ed. Tomo IV, p. 99-100.

³ Capistrano de Abreu. *Capítulos de História Colonial*. P. 205-220.

⁴ Sérgio Buarque de Holanda: *Monções*. P. 57.

uma longa viagem que durava até sete meses⁵; as expedições, ou monções, como eram conhecidas, eram constantemente atacadas por índios, que não raras vezes matavam ou aprisionavam todos os integrantes e ficavam com os carregamentos.⁶ Esses carregamentos, nas viagens de volta para São Paulo, tinham no ouro sua carga mais valiosa, ouro esse que era o produto de troca por “mercadoria civilizada” realizada em Cuiabá. Esse período ficou conhecido como período monçoeiro e entrou em decadência com a exaustão das minas de Cuiabá na segunda metade do século XVIII.⁷

O período monçoeiro perdurou até o começo do século XIX, quando progressivamente começaram a ser buscados os caminhos por terra. No entanto, a combinação de viagem por rios e por terra permaneceu como alternativa, mesmo que em pequena escala, até que a ligação com o litoral e com a sede do Império se torne possível com a navegação pelo rio Paraguai, aberta a partir de 1856. (Mapa 1)

Havia basicamente duas rotas para as monções. Uma rota partia de Araritaguaba (atual Porto Feliz), descia o rio Tietê e entrava no rio Paraná. Poderia ainda descer pelo rio Paranapanema e alcançar também o rio Paraná. A partir daí, poderiam ser seguidas duas rotas já em território de Mato Grosso.

A primeira subia o rio Ivinhema, alcançava as planícies da Vacaria e pelos rios Aquidauana ou Miranda se chegava ao rio Paraguai. A alternativa seria, a partir do rio Paraná, subir o rio Pardo onde se apresentavam também duas possibilidades: Uma possibilidade pelo rio Anhanduí-Guaçu até os seus pontos mais altos de onde se passava por um varadouro para o rio Aquidauana, que ia dar no rio Paraguai. A segunda seria prosseguir pelo Pardo até seus pontos mais altos, atravessar o Varadouro do Camapoã até alcançar os pontos mais altos do rio Coxim e, em seguida, pelo rio Taquari descia até o rio Paraguai. Deste, subindo, alcançava o rio Cuiabá e chegava à povoação do mesmo nome. Utilizada com frequência no início, esta rota seguindo pelo varadouro do Camapoã, passou depois a ser quase exclusiva, pela comodidade que proporcionava, além das proibições que foram estabelecidas pelas autoridades fiscais portuguesas. Estas, zelosas na cobrança de impostos sobre o ouro produzido em Cuiabá e Mato Grosso, começaram a dificultar a utilização de

⁵ Charles R. Boxer. *A Idade de Ouro do Brasil*. P. 272.

⁶ Sérgio Buarque de Holanda. *O Extremo Oeste*. P. 48-87.

⁷ Idem. *Monções*. P. 65.

outras rotas além daquela pelo Varadouro do Camapoã, com o objetivo de impedir o contrabando do metal.⁸

A segunda rota se dava pelos rios da bacia amazônica. Saindo de Cuiabá, subia o rio de mesmo nome, atravessava um pequeno varadouro e passava ao rio Arinos, na bacia amazônica. Descendo o rio Arinos, passava ao Teles Pires, deste ao Tapajós e daí ao rio Amazonas, seguindo até Belém.

A alternativa era partir de Cuiabá, descer até o rio Paraguai, subir o rio Jaurú e seu afluente, o rio Aguapeí, transpor pequeno varadouro e passar ao rio Alegre, já na bacia amazônica, e deste ao rio Guaporé. Este último trajeto foi percorrido por D. Antônio Rolim de Moura, até chegar ao local escolhido para fundar Vila Bela da Santíssima Trindade, a primeira capital da província de Mato Grosso, em 1752.

De Vila Bela descia o rio Guaporé e deste passava ao rio Mamoré. Do Mamoré passava ao rio Madeira e daí ao rio Amazonas e também chegava a Belém. Esse foi o trajeto percorrido também por Rolim de Moura, após deixar Mato Grosso, para tomar posse como governador da capitania da Bahia, em 1766.⁹

As rotas eram longas, difíceis e cheias de obstáculos de toda natureza, mas não havia alternativa para o acesso à província de Mato Grosso. A distância que separava a província de Mato Grosso do litoral e dos centros de poder somadas às dificuldades de acesso, a mantinha numa situação de isolamento constante. Por outro lado, o fato de se localizar numa região de fronteira, mantinha o caráter de uma região que deveria estar sob constante vigilância. Os governantes de Mato Grosso tomavam conhecimento dos problemas que enfrentariam pelas dificuldades de chegar até a província.

Mas, para a Coroa portuguesa o isolamento não era um problema, vez que este se concentrava no contrabando do ouro, objeto de fiscalização permanente. Nesse sentido, procurou-se interditar algumas das rotas descobertas, somente sendo liberadas mais tarde, quando a mineração já dava sinais de decadência. O acesso ao território, naquele momento, deveria ser restrito para impedir o contrabando e garantir a taxaço.¹⁰ Se essas rotas

⁸ Idem, *Ibid.*, p. 57-59.

⁹ Capistrano de Abreu. *Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*. P.239.

¹⁰ Capistrano de Abreu. *Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*. P. 238; Roberto Simonsen. *História Econômica do Brasil*. P. 331.

continuaram a ser usadas por comerciantes e contrabandistas, isso se deve em larga medida à necessidade de manter o abastecimento da região mineradora.

Mato Grosso teve na mineração, durante a primeira metade do século XVIII, o impulso econômico que permitiu a sua consolidação inicial. Mas foi um impulso que teve curta duração. Os mineradores, sempre avançando em direção aos lugares onde uma nova descoberta de ouro irradiava riqueza fácil, abandonavam as antigas minas e para a nova se dirigiam. Contribuíam para isso o fato de que as minas de ouro de Mato Grosso serem de aluvião, que rapidamente se esgotava, e a técnica empregada resultar em baixíssima produtividade.¹¹ É assim que em poucos anos o sertão oeste de Mato Grosso foi devassado. Se em 1825 o foco minerador estava em Cuiabá, em 1835 já estava no vale do Guaporé.¹²

Segundo Celso Furtado, “(...) A base geográfica da economia mineira estava situada numa vasta região compreendida entre a serra da Mantiqueira, no atual estado de Minas, e a região de Cuiabá, no Mato Grosso, passando por Goiás”.¹³

Mas o ciclo da mineração não durou muito. As minas de ouro de Mato Grosso entraram em decadência na segunda metade do século XVIII e a economia da província acompanhou essa decadência.

Referindo-se à decadência da mineração, escreveu Furtado:

*“Uns poucos decênios foi o suficiente para que se desarticulasse toda a economia da mineração, decaindo os núcleos urbanos e dispersando-se grande parte de seus elementos numa economia de subsistência, espalhados por uma vasta região em que eram difíceis as comunidades e dispersando-se em pequenos grupos uns dos outros”*¹⁴.

Essa afirmação taxativa de Furtado sobre a decadência da mineração, tem sido objeto de ativa controvérsia historiográfica, particularmente no que se refere à economia de Minas Gerais.¹⁵ Apesar de reconhecermos a validade da controvérsia gerada por essa caracterização de Furtado no que diz respeito a Minas Gerais, entendemos que ela permanece válida para o caso de Mato Grosso.

¹¹ Sérgio Buarque de Holanda. Op. cit, p. 53-53.

¹² Charles R. Boxer. Op. cit., p. 283.

¹³ Celso Furtado. *Formação Econômica do Brasil*. P. 78.

¹⁴ Idem, p. 85.

Não aconteceu em Mato Grosso o que aconteceu em Minas Gerais, onde a proximidade com a cidade do Rio de Janeiro possibilitou o desenvolvimento de um setor produtor de gêneros de abastecimento, que progressivamente ocupa o lugar da mineração e se desenvolve rapidamente após a chegada da Corte portuguesa, em 1808.¹⁶

Mato Grosso não terá essa alternativa. Ao contrário, a província entrará num período de decadência, pobreza e de grandes sacrifícios. A condição de fronteira contribuirá para isso.

A ausência de um produto ou de uma atividade econômica que pudesse substituir a mineração deu lugar a uma economia de subsistência e de um constante contrabando com a vizinha Bolívia. A miséria era grande. A agricultura e a pecuária eram pouco desenvolvidas e essa situação perdurará por longo tempo, como veremos.¹⁷

A essas dificuldades se soma a condição de fronteira, que, além da insegurança, exigia grandes sacrifícios na manutenção da defesa daquela que foi chamada pelas autoridades coloniais portuguesas de “antemural” da colônia¹⁸.

Após a independência, as preocupações do governo central se concentram na região do Prata e as regiões fronteiriças viverão uma situação de conflito endêmico durante todo o período imperial. Entretanto, até a década de 1850, a região mais conflituosa se localizará mais ao sul e a província do Rio Grande do Sul é que concentrará as preocupações geopolíticas do Império. Mato Grosso, mesmo mantendo semelhante *status quo* anterior, não se localiza próximo às regiões mais conflituosas e, portanto, mais preocupantes.¹⁹

As fronteiras com as repúblicas da Bolívia e do Paraguai, desde a independência sempre se mantiveram tranquilas, apesar da existência de pendências na questão de limites. Essas pendências tiveram a sua origem no constante movimento para o oeste que foi sendo executado desde os séculos XVI e XVII pelos bandeirantes e que se consolidou com a descoberta de ouro na primeira metade do século XVIII na região de Cuiabá.²⁰

¹⁵ A respeito ver Alcir lenharo. *As Tropas da Moderação*.

¹⁶ Idem, *ibid*.

¹⁷ Luiza Rios Ricci Volpato. *A conquista da Terra no Universo da Pobreza*. P. 53-77.

¹⁸ Idem, p. 118.

¹⁹ Sobre as contradições envolvendo a política interna do Império e os conflitos no Prata, ver Wilma Peres Costa. *A Espada de Dâmocles*. P. 73-108.

²⁰ Sobre as bandeiras, o avanço para o oeste e os limites ver Capistrano de Abreu. *Capítulos de História Colonial*. P. 127-220.

A decadência da província talvez tenha contribuído para que nela também se desenvolvesse um período de agitações e revoltas que caracterizaram o período que se abriu com o processo de independência do Brasil.

A Rusga, movimento em que se opunham de um lado os “nacionalistas” e de outro os “pés de chumbo”, que se desenvolveu na província em 1834, como ponto culminante de um período de agitação constante que se inicia em 1821, foi a expressão local do processo geral de agitações e revoltas que caracterizaram o período em todo o Império.²¹

A Rusga pode ser classificada como uma revolta tipicamente antilusitana e nativista, alimentada por palavras-de-ordem de ataque aos “pé de chumbo” e aos “bicudos”, portugueses de origem, vistos como inimigos da pátria e agentes da restauração colonial. Foi contra esses setores que se dirigiram as maiores violências

Vale ressaltar que a Rusga se insere entre as rebeliões e revoltas que, apesar de sua radicalidade, não colocavam em questão a integridade territorial do Império, ameaçando-o com o separatismo, nem terá o caráter de levante popular, como foi a revolta dos malês na Bahia. Outro seria o caso de rebeliões como a Farroupilha, a Cabanagem e a Sabinada, que colocavam a questão da separação em sua ordem do dia.²²

O processo de ocupação da província até a metade do século XIX, herdeiro do ciclo da mineração, fizera concentrar as atividades econômicas na sua parte norte, assim como a quase totalidade de sua população e de seus núcleos urbanos. Na região sul da província observava-se a existência de algumas fazendas de gado, dispersas e que se desenvolveram em dois movimentos de ocupação: o primeiro a partir do norte, pelo lado oeste da província, ocupando a região do Pantanal; o segundo a partir da região de Uberaba em Minas Gerais, pelo lado leste da província, ocupando as terras mais altas da Vacaria e das terras baixas já próximo à atual fronteira com o Paraguai. (Mapa 2)

Esse duplo movimento se deu de forma quase simultânea, mas de maneira independente. O movimento que se processou pelo lado oeste começou a partir do desenvolvimento das fazendas de gado na região do ciclo da mineração, no eixo que vai de

²¹ Sobre a Rusga, ver: Virgílio Corrêa Filho. *História de Mato Grosso*. P. 453-520 e Arthur Cezar Ferreira Reis. “As Província do Norte e do Oeste”. In. Sérgio Buarque de Holanda (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II. *O Brasil Monárquico. 2 - Dispersão e Unidade*. P. 176-185.

Cuiabá a Vila Bela. Progressivamente as famílias e fazendas foram ocupando o Pantanal mais ao sul, na medida em que foram acabando os ataques dos índios. O fim das investidas dos índios se deu a partir de iniciativas tomadas pelos generais da capitania que, começando pela construção de fortes como Coimbra e Miranda, impôs algumas derrotas aos índios, terminando com a celebração de um tratado com os índios Guaicurus, em 1791.²³

O outro movimento se desenvolveu com a ocupação da região sudeste e sul da província por famílias de mineiros e paulistas a partir da região de Uberaba. Nesse movimento, diversas famílias oriundas de Minas Gerais foram se estabelecendo na região da Vacaria, uma região de terras altas e planas. Foram eles que batizaram a região onde seria fundada a futura vila de Santana do Paranaíba.²⁴

Santana do Paranaíba veio a se desenvolver como uma espécie de economia de passagem, caracterizada por ser um local para onde confluía o gado que era comercializado na região de Uberaba em Minas Gerais.

Entre esses mineiros que migraram para a região sul da província estava José Francisco Lopes, membro de uma família de quatro irmãos, liderados pelo mais velho, Joaquim Francisco Lopes, e que ao longo de suas vidas percorrerão a região, fundando fazendas, pequenas povoações e criando gado. José Francisco Lopes será, anos mais tarde, o “guia Lopes”, parte integrante de um episódio da Guerra do Paraguai, a retirada da Laguna, narrada pelo Visconde de Taunay.

No entanto, até então, essas fazendas não ocupavam um lugar importante na economia da província. Tinham mais uma função de ocupação territorial, no que, aliás, eram pouco apoiadas e viviam em constante isolamento. A região sul permaneceu ainda por algumas décadas nessa situação para, após a Guerra do Paraguai, passar a se desenvolver como região com atividade produtiva importante na economia da província.

Além de pequenos destacamentos militares, encarregados de defesa da fronteira, apenas dois núcleos populacionais tinham se desenvolvido na região: Albuquerque, fundada em 1778 no governo do capitão general Luiz de Albuquerque e a vila de Miranda, fundada

²² Ver a respeito José Murilo de Carvalho: *A Construção da Ordem e Teatro de Sombras*. P. 229-239; Demétrio Magnoli. *O Corpo da Pátria*. P. 87.

²³ Virgílio Corrêa Filho. *Pantaneais Matogrossenses (Devassamento e Ocupação)*. P. 65-70; Sergio Buarque de Holanda. *Monções*. P. 311-312.

em 1797 no governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Mas ambas tinham diminuta população e sua atividade econômica era basicamente de subsistência, além de desempenharem a função básica de defesa territorial por se localizarem também próximo à fronteira com outros países.

Como já assinalamos, desde o final do ciclo da mineração a economia de Mato Grosso se fechou, desenvolvendo uma produção de subsistência que mal conseguia dar conta de suas necessidades. Isso acarretava a estagnação econômica e uma situação em que a população, em geral, vivia em situação de miséria.²⁵

O isolamento e a estagnação econômica dificultavam também a inserção política da província. O aparelho de Estado, cujo centro político se consolidava na Corte, a partir da superação das Revoltas Provinciais da Regência, encontrava grandes dificuldades para sua instalação na província, apesar das iniciativas que foram tomadas após a Rusga, quando os seus presidentes passaram a se preocupar efetivamente com a sua organização. Figura importante nesse sentido foi José Antônio Pimenta Bueno, o futuro Marques de São Vicente, que viria a ser um dos mais importantes personagens da vida política do Império, como estrategista, pensador e ativista político.

Pimenta Bueno iniciou-se na vida pública como juiz na comarca de Santos para ser, em seguida, nomeado presidente da província de Mato Grosso. A partir daí desenvolveu uma carreira política que entrelaça passagens por outros órgãos do judiciário, pelos ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Justiça dos gabinetes liberais de 1847 e 1848. Como conservador foi ainda presidente da província do Rio Grande do Sul em 1850, conselheiro de Estado em 1859 e presidente do Conselho de Ministros em 1870. A passagem pela presidência da província de Mato Grosso no início de sua carreira, deve ter ajudado a conformar em Pimenta Bueno uma visão mais ampla dos problemas da fronteira, de modo a torna-lo um hábil negociador na questão.

Como negociador e ministro dos Negócios Estrangeiros, Pimenta Bueno esteve envolvido nas disputas na região do Prata, quando o Brasil procurava consolidar a sua unidade territorial ao mesmo tempo em que buscava impedir a Argentina de tentar

²⁴ Nelson Werneck Sodré. *Oeste. Ensaio Sobre a Grande Propriedade Pastoril*. P. 62-68.

²⁵ Luiza Rios Ricci Volpato. *Op. cit.*, p 152-157.

reconstituir o antigo Vice-Reino do Rio da Prata. Em Assunção, como emissário do governo imperial, Pimenta Bueno negociou o reconhecimento da independência do Paraguai, efetivada em 1844.²⁶

Pimenta Bueno assumiu a presidência da província de Mato Grosso na fase final da Rusga, em 1836, ainda com elementos de instabilidade presentes, inclusive com um dos líderes do movimento, Pupino Caldas, tentando impedir a sua posse. Agindo com habilidade e firmeza, conseguiu Pimenta Bueno restabelecer a ordem na província, para o que deve ter contribuído o fato de que, logo no início de seu mandato, Pupino Caldas ter sido estranhamente assassinado. Ao longo de seu governo, de dezoito meses, Pimenta Bueno efetuou alguns avanços na organização da província, principalmente nas finanças e na abertura de estradas para a sede do Império e para São Paulo, motivo de constantes preocupações.²⁷

No entanto, apesar dessas iniciativas, quando entramos na década de 50 o aparelho de Estado da província ainda encontrava-se bastante incipiente, sua organização política era frágil, a sociedade continha elementos de dispersão evidentes e a economia da província era ainda essencialmente apoiada em uma agricultura rudimentar, pequeno extrativismo e em uma pecuária que, naquele momento, apenas começava a se desenvolver, enfrentado para isso muitas dificuldades.

2- 1850 – 1864: O APOGEU DO IMPÉRIO.

A década de 1850 é marcante na vida do Império. Vimos efetivamente acontecer uma série de mudanças econômicas, sociais e políticas que vão conferir uma nova face ao Brasil, configurando-se como o período áureo do segundo reinado.

Elas são a culminância de uma série de mudanças políticas que incidirão sobre a organização do Estado. Em poucos anos, sucessivamente, foi promulgado um conjunto de leis e diretrizes que darão uma nova conformação ao Império. São leis, decretos e

²⁶ Wilma Peres Costa. Op. cit., p. 102.

²⁷ Virgílio Corrêa Filho. *História de Mato Grosso*. P. 494-498.

orientações onde vários autores²⁸ viram um processo de intensa centralização política conseguida através de vários instrumentos: Interpretação do Ato Adicional (1840), reforma do Código de Processo Criminal (1840), reforma da Guarda Nacional (1850), início da reorganização do exército (1850).²⁹

Ao analisar o processo de construção do Estado imperial e da elite política do período produzida por esse Estado, José Murilo de Carvalho diz que essa elite foi eficiente no sentido de atingir o objetivo de construção da ordem, que ele chama de “acumulação primitiva de poder”, em meio às resistências opostas pela elite econômica.³⁰ É a partir desse momento que os avanços efetivados na década de cinquenta ganham condições de serem efetivados.

Apesar das resistências que ofereceram no sentido de impedir a construção da ordem imperial centralizada, executada durante o regresso conservador, setores crescentes da oligarquia agrária e de comerciantes, foram sendo acomodadas progressivamente. As revoltas liberais de 1842 e 1848 foram as últimas dessa fase, abrindo, a seguir, um período de estabilidade que vai perdurar até a Guerra do Paraguai. O final da revolução Farroupilha (1845) e a derrota dos praieiros em Pernambuco (1848), marcaram o início da estabilidade.

O ano de 1848 marcou o fim de um período de quatro anos de gabinetes liberais e presença a ascensão dos conservadores ao poder. Do gabinete conservador de 29 setembro de 1848 ao gabinete da chamada Conciliação, de 6 de setembro de 1853, cinco anos se passarão. Serão cinco anos marcantes, com dois gabinetes conservadores: o primeiro chefiado inicialmente pelo Marquês de Olinda e, um ano depois pelo Visconde de Monte Alegre; o segundo por Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí).

São esses anos de domínio conservador que assentarão as bases econômicas, políticas e sociais que nortearão o Império brasileiro, praticamente até o seu fim em 1889.

Para destacarmos o significado de algumas dessas leis, chamamos a atenção para a lei n. 708, de 14 de outubro de 1850 (também conhecida como Lei Eusébio de Queirós), estabelecendo medidas para a extinção do tráfico negreiro para o Brasil; a lei n. 601, de 18 de

²⁸ José Murilo de Carvalho. Op. cit., p. 234-240; Ilmar Rohloff de Mattos. Op. cit., p. 97-207; Demétrio Magnoli. Op. cit., p. 79-110.

²⁹ Para uma visão de conjunto das leis e decretos do período ver Ilmar Rohloff de Mattos. Op. cit., p. 162-167. Para uma discussão sobre as forças armadas e as reformas que sofreram no período ver Wilma Peres Costa. Op. cit., p. 27-72.

³⁰ José Murilo de Carvalho. Op. cit., p. 229.

setembro de 1850, a Lei de Terras, que tinha como objetivo dispor sobre as terras devolutas do Império e as que eram possuídas com o título de sesmarias;³¹ a fundação do segundo Banco do Brasil em 1852; a lei n. 556, de 25 de junho de 1850, instituindo o Código Comercial do Império do Brasil, regulando as relações comerciais que estavam se desenvolvendo e que seriam aceleradas com a internação do grande volume de capitais que estava aplicado no tráfico negreiro.

Somam-se à essas leis as vitórias na política externa, particularmente aquela obtida na guerra contra Rosas, em 1852, que levará ao reconhecimento da independência do Paraguai pela Argentina e o fim da ameaça de recomposição territorial do tão temido Vice-Reino do Rio da Prata.³²

Como mostraram diferentes trabalhos, são esses dois gabinetes (de 1848 e de 1852) que terão em sua direção o estado maior conservador, particularmente o primeiro, integrado pela “trindade Saquarema”: Eusébio de Queirós (Ministro da Justiça), Paulino José Soares de Souza, Visconde do Uruguai (Ministro dos Negócios Estrangeiros) e Joaquim José Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraí (Ministro da Fazenda).³³ Para Francisco Iglesias, “deve-se notar que é dos períodos de maior vitalidade da história imperial”.³⁴

Falando desse período, Joaquim Nabuco afirma: “(...) Foi realmente um ministério forte esse que suprimiu o tráfico, dominou a revolução de Pernambuco, derribou Rosas, e ao mesmo tempo lançou a base de grandes reformas e melhoramentos que mais tarde se realizariam”.³⁵

Analizando o processo a partir do centro político, autores como Ilmar Mattos enfatizam o caráter “hegemônico” conservador dos gabinetes desse período. A importância desses gabinetes está em que, como ele procurou demonstrar, os formuladores da política conservadora estavam conduzindo diretamente os negócios do Estado. Nessa interpretação, esses homens que conduziam a política do Império tomam consciência da história e procuram

³¹ Sobre a Lei de Terras de 1850 ver Lígia Osorio Siva. *Terras Devolutas e Latifúndio - Efeitos da lei de 1850*. P. 117-186.

³² Sobre a vitória contra Rosas ver Wilma Peres Costa. Op. cit., p.102-106.

³³ Joaquim Nabuco. Op. cit., p. 399; José Murilo de Cravalho. Op. cit., p. 235-237; Ilmar Rohloff de Mattos. Op. cit., p. 121-181.

³⁴ Francisco Iglesias. “Vida Política –1848-1866”. In Sérgio Buarque de Holanda (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II. O Brasil Monárquico. 3- Reações e Transações*. P. 30

³⁵ Joaquim Nabuco. Op. cit., p. 123.

conduzi-la. Procuram então formular e serem os condutores das reformas, como a delicada e decisiva questão do fim do tráfico de escravos, que assentava no coração da organização econômica, social e política do Império.

Ainda segundo essa visão, os Saquaremas procuraram desenvolver a representação política da classe senhorial, tanto horizontalmente, para outras regiões, como verticalmente, para outros segmentos da sociedade, particularmente para “os contingentes sempre crescentes dos empregados do Estado, entre os quais se inclui o funcionalismo eclesiástico, civil e militar”.³⁶

A partir da consolidação do centro político, os Saquaremas procuram construir uma forma de pensar que se espalha por todo o Império e não se detém somente no partido Conservador. Incorpora também os liberais, de tal forma que um dos resultados de sua política é que o seu “espírito” se confunde com o conjunto da classe senhorial. A sua influência direta na vida política do Império se prolongará até 1862, quando se formou a coalizão conhecida como Liga Progressista. A Liga derrotou, em 21 de maio desse ano o gabinete chefiado por Caxias, tendo início o primeiro gabinete Zacarias.

Para Sérgio Buarque de Holanda,

*“Mesmo depois de inaugurado o regime republicano, nunca, talvez, fomos envolvidos, em tão breve período, por uma febre tão intensa de reformas como a que se registrou precisamente nos meados do século passado e especialmente nos anos 51 a 55. Assim é que em 1851 tinha início o movimento regular de constituição das sociedades anônimas; na mesma data funda-se o segundo Banco do Brasil, que se reorganiza três anos depois em novos moldes, com unidade e monopólio de emissões; em 1852, inaugura-se a primeira linha telegráfica na cidade do Rio de Janeiro. Em 1853 funda-se o banco Rural e Hipotecário, que sem desfrutar dos privilégios do Banco do Brasil, pagará dividendos muito mais avultados. Em 1854 abre-se ao tráfego a primeira linha de estrada de ferro do país – os 14,5 quilômetros entre o porto de Mauá e a estação do Frágoso. A Segunda, que irá ligar à Corte a capital da província de São Paulo, começa a construir-se em 1855”*³⁷.

³⁶ Ilmar Rohloff de Mattos. Op. cit., p. 158.

³⁷ Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. P. 74.

Na origem dessa “febre tão intensa de reformas” estava o fim do tráfico de escravos, que iria proporcionar o redirecionamento dos capitais nele aplicados, e que geravam até então fortunas gigantescas, para uma série de outras atividades comerciais.

Cabe destacar aqui, rapidamente, que o fim do tráfico terá como efeito o aumento do preço do escravo, de tal maneira que o café passava a ser dos poucos produtos que compensava um trabalho cada vez mais caro. Os escravos que se dirigiam para a região produtora de café tinham duas origens: em primeiro lugar aqueles escravos originados de outras províncias, principalmente do Nordeste; em segundo lugar os escravos originados dos centros urbanos.³⁸

Isso empurrava a economia cafeeira do Vale do Paraíba para uma especialização crescente, ao mesmo tempo em que esse processo estimulava a monetização das relações econômicas, seja nas regiões fornecedoras de escravos para a cafeicultura do Vale do Paraíba, seja nas regiões fornecedoras de gêneros de primeira necessidade.³⁹

*“O país conhecerá, pela primeira vez, um desses períodos financeiros áureos de grande movimento de negócios. Novas iniciativas em empresas comerciais, financeiras e industriais se sucedem ininterruptamente; todos os índices de atividade sobem de um salto....Tudo isso terminará num desastre tremendo- a crise de 1857, seguida logo por outra mais grave em 1864. O Brasil estreava nos altos e baixos violentos da vida financeira contemporânea”.*⁴⁰

O Brasil também começava a sofrer os reflexos da situação internacional, marcada pela escalada econômica que teve na Revolução Industrial o seu início e que, naquele momento, já alcançava outros países da Europa e os Estados Unidos. “Durante os primeiros quinze anos após 1850, o Brasil foi decisivamente arrastado no turbilhão da economia internacional”.⁴¹

³⁸ Sobre o tráfico interprovincial de escravos ver Evaldo Cabral de Melo. *O Norte Agrário e o Império-1871-1889*. P. 19-56; Emília Viotti da Costa. *Da Senzala à Colônia*. P. 256-268.

³⁹ Rui Guilherme Granziera. *A Guerra do Paraguai e o Capitalismo no Brasil*. P. 11-21.

⁴⁰ Caio Prado Júnior. *História Econômica do Brasil*. P. 154.

⁴¹ Richard Graham. *Grã Bretanha e o Início da Modernização no Brasil*. P. 32.

A década de 50 marca o auge da economia cafeeira do Vale do Paraíba. É nela que se concentravam as maiores fortunas do período e era através do café que o Brasil se inseria com força no mercado internacional.⁴²

3- A VIDA POLÍTICA NA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO ENTRE 1850 E 1864.

Passaremos, de agora em diante, a estudar como a província de Mato Grosso vai se desenvolver ao longo dos quatorze anos que se abre com o ano de 1850 e que terminará com a sua invasão pelo exército do Paraguai, no final de 1864.

Procuraremos verificar como esse período se desenvolveu em Mato Grosso, tomando em consideração as informações que foram passadas pelos seus presidentes à Assembléia Provincial, através dos seus relatórios.

Esse período coincide, na Província de Mato Grosso, com o que podemos denominar “era Leverger”. Colocamos dessa forma pela presença marcante que esse bretão terá na vida política de Mato Grosso entre 1850 e o final da Guerra do Paraguai, tendo sido o mais duradouro presidente da província ao longo de todo o período imperial.

Após ser nomeado para o seu primeiro mandato, em 1851, ficou mais de seis anos na presidência. Retornou mais duas vezes como vice-presidente e mais outras duas vezes como presidente nomeado pelo imperador. Ao longo de vinte anos, Leverger ficou um total aproximado de sete anos e sete meses na presidência da província de Mato Grosso: de 1851 a 1857, num total de seis anos e um mês ininterruptos; dois meses em 1863; seis meses entre 1865 e 1866 e dez meses entre 1869 e 1870.⁴³

Quando não estava ocupando a presidência, geralmente Leverger era o primeiro vice-presidente.

O exercício da presidência de província era vista como uma espécie de escola e parte do processo de formação de quadros para a elite política da época. As províncias eram dispostas hierarquicamente, daquelas sem importância política para as mais importantes, que eram Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo. Mato

⁴² Sobre a evolução do café no Vale do Paraíba ver: Stanley J. Stein. *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*.

⁴³ Esses dados foram tirados de Paulo Pitaluga Costa e Silva. *Governantes de Mato Grosso*. P. 41-45.

Grosso se situava em estágio intermediário pois ao mesmo tempo que não tinha importância econômica ou política, tinha importância estratégica, por se localizar em uma região de fronteira.⁴⁴

A longevidade política de Leverger constitui um fato excepcional nos costumes políticos da época; os presidentes de província, em geral, ficavam pouco tempo no cargo. Os presidentes se apresentavam como o delegado do poder central na província. Eram em geral desconhecidos pela população local, característica que gerava acalorados debates ao longo do Império, visto que pareciam como estranhos nas províncias. As mais importantes personalidades políticas do período ocuparam esse cargo, freqüentemente passando por diversas províncias. O mais conhecido caso foi o de Herculano Ferreira Pena que foi presidente de oito províncias, inclusive de Mato Grosso.

O caso de Leverger pode ser compreendido tanto pelas peculiaridades da província fronteira como pela lógica política do período. Por ser um militar, Leverger cumpria bem a função de ser um eficiente organizador da vigilância da fronteira do Império, em uma região conflituosa, afastada do litoral e dos centros de poder. Por outro lado, sua condição de militar de carreira e estrangeiro limitava as suas pretensões políticas a nível geral.

No entanto, Leverger estava mais próximo dos conservadores. Nomeado pela primeira vez durante o gabinete conservador dirigido por Monte Alegre, em 1850, Leverger tem todas as características para aplicar a política Saquarema, no sentido de manter as disputas políticas nos marcos da estabilidade institucional do Império.

É assim que, em 1852, fazendo o balanço das eleições que tinham se realizado na província, sintomaticamente no capítulo “Tranquilidade Pública”, Leverger faz a seguinte avaliação:

“Julgo mesmo, e digo o com especial satisfação, que diminuiu sensivelmente de intensidade a indisposição existente entre os partidos. E se novos elementos de discordia não vierem contrariar a feliz tendência dos espiritos para a tolerancia, he de esperar que todos hão de praticamente convencer-se de que a diversidade das

⁴⁴ Uma discussão sobre a questão está em José Murilo de Carvalho. Op. cit., p.107-127.

opiniões pode livremente manifestar-se, sem produzir rancores e paixões odientas que tão funesta influencia exercem sobre o commum bem estar e os costumes publicos.”⁴⁵

As declarações de tranquilidade durante as eleições na província feitas por Leverger foram constantes ao longo do período. Quando falamos em tranquilidade, queremos dizer que essas eleições se realizavam nos marcos do sistema eleitoral que vigia no Império, bastante conhecidos.

No entanto, como sabemos, o período que se abre com o gabinete da Conciliação dirigido pelo Marquês de Paraná, em 1853, foi marcado pelo início de uma convivência menos conflituosa entre alas do Partido Liberal e do Partido Conservador, que vai atravessar os anos 60 com a criação do Partido Progressista, os governos da Liga e terminar com a volta dos conservadores ao poder, em 1868.⁴⁶

Esse quadro político geral do Império, somado ao fato de que a província de Mato Grosso era mais dependente do governo central, portanto mais suscetível de seguir a orientação do gabinete no poder, pode ter contribuído para serenar os ânimos dos adeptos locais dos partidos.

Já em 1862, o presidente Herculano Ferreira Penna declarava que

*“...As antigas lutas dos partidos, mais excitados por odios, ou paixões individuais do que por verdadeira diferença de principios politicos, lutas que por tanto tempo, e tão infelizmente estorvarão o nosso progresso, tem serenado, e cedido o lugar á discussão reflectida e calma dos assumptos, a que se ligão os interesses reaes da Sociedade.”*⁴⁷

Essa declaração comporta duas avaliações: a primeira é a de que diante da ausência de diferenças de princípios políticos, as divergências poderiam ser absorvidas sem colocar em risco o conjunto do sistema; a segunda avaliação é de que por esse sistema, continuavam

⁴⁵ Relatório do Presidente da Prov. de Mato Grosso, o Capitão de Mar e Guerra Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinaria da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1852 (Daqui em diante, Relatório de 1852). P. 06.

⁴⁶ Sobre os partidos e as eleições no Império, ver José Murilo de Carvalho. Op. cit., p.181-208 e 359-382. Para uma visão de dentro do sistema, ver Joaquim Nabuco. Op. cit., p.163-782.

⁴⁷ Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial de Matto-Grosso pelo Exmo. Conselhiero Herculano Ferreira Penna, em 3 de maio de 1862 (Daqui em diante, Relatório de 1862). P. 04.

sendo aplicadas as conhecidas “derrubadas”, mas agora dando margem para que a oposição tivesse possibilidade de ter a sua representação, o que permitia arrefecer os ânimos.⁴⁸

Nas eleições de 1863, o Partido Progressista foi o vencedor. O resultado na província de Mato Grosso teve a seguinte avaliação do presidente Alexandre Manoel Albino de Carvalho:

“O processo eleitoral, sempre critico nos paizes sujeitos ao regime representativo, correu na Provincia pacificamente”.

*Pelo exame desse processo se conhece á toda evidencia a liberdade que houve na votação. Por elle se vê que de 138 Eleitores, que tem a Provincia 108 votaram uniformemente nos candidatos do partido progressista, 23 nos do partido opposicionista, e 5 deixarão de votar por causas desconhecidas”.*⁴⁹

O resultado dessas eleições nos dá uma idéia do verdadeiro filtro para constituir os “eleitores” que elegeriam os deputados. Naturalmente que o resultado não poderia ser outro senão a eleição de dois deputados progressistas.

Esse filtro fica evidente se tomarmos como parâmetro um relatório de 1852, que afirmava ter a província um total de 3649 eleitores, discriminando-os por freguesia.⁵⁰ Esses eleitores se enquadravam no caráter censitário das eleições do período que exigia renda mínima para votar.

Tomando esses números como referência, poderemos fazer uma rápida reconstrução do funcionamento do processo eleitoral na província de Mato Grosso no período que vimos tratando. Teremos então 3649 eleitores nas eleições de primeiro grau. Ai então acontecia o primeiro filtro quando eram eleitos os vereadores, juizes de paz e os 138 “eleitores”. Estes, nas eleições de segundo grau, elegiam os deputados provinciais, deputados gerais e a lista triplíce de candidatos a senador.⁵¹

⁴⁸ Sobre as “derrubadas” ver Sérgio Buarque de Holanda In Sérgio Buarque de Holanda (Org.) . *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: *O Brasil Monárquico*. 5 - *Do Império à República* . P. 87-90.

⁴⁹ Relatório do Presidente da Provincia de Mato Grosso, o Brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho, apresentado a Assembleia Legislativa Provincial, na abertura da sessão ordinaria de 3 de maio de 1864 (Daqui em diante, Relatório de 1864). P. 06.

⁵⁰ Relatório de 1852. Op. cit., p. 32.

⁵¹ Sobre as eleições no período imperial ver: João Camilo de Oliveira Torres. *A Democracia Coroada*. P. 252-284; José Murilo de Carvalho. Op. cit., p. 359-382.

A semelhança da vida política de Mato Grosso com o conjunto do Império não esconde, no entanto, a peculiaridade provincial que se caracteriza pelo isolamento em relação ao centro político e econômico imperial.

4- O ISOLAMENTO DA PROVÍNCIA, AS VIAS DE COMUNICAÇÃO E A IMPORTÂNCIA DA ABERTURA DA NAVEGAÇÃO DO RIO PARAGUAI.

No começo dos anos cinquenta a província de Mato Grosso ainda se encontrava em situação de isolamento muito grande. Esse isolamento não se dava somente em relação à sede do Império, mas também entre as suas diversas regiões e núcleos de população. Mesmo dentro de uma mesma região, as dificuldades de comunicação permanente eram grandes.

As ligações com o litoral e com a capital do Império se davam por terra ou por trajetos que eram uma combinação de trechos ora percorridos através de rios, ora percorridos por terra, algumas vezes procurando atravessar as partes superiores de cursos d'água que pertenciam à bacias diferentes. (Mapa 3)

Eram duas as alternativas que se apresentavam nas ligações por terra com o litoral e com a capital do Império.

O primeiro, saindo de Cuiabá, tomava o rumo da província de Goiás, passava por sua capital e, a partir, daí seguia para a província de Minas Gerais e desta para a Bahia ou para o Rio de Janeiro. Era o caminho mais antigo, que remonta ainda o período colonial, mas que continuava ainda a ser usado, apesar do tráfego por ele vir progressivamente diminuindo no período que estamos tratamos.

O segundo caminho, saía de Cuiabá e tomava o rumo sudeste, até a freguesia, depois vila, de Santana do Paranaíba, próxima ao rio Paranaíba. Daí, seguia até Uberaba, em Minas Gerais. De Uberaba seguia em direção a São Paulo, mais precisamente até a vila de Piracicaba. Esse era o caminho percorrido pelos malotes do correio que iam ou vinham da corte do Rio de Janeiro para Cuiabá⁵². Era também o caminho percorrido pelo gado que era vendido para Minas Gerais e São Paulo.

⁵² Relatório de 1852. Op. cit., p. 29-36.

Pelos rios, havia também dois trajetos, ambos ainda semelhantes àqueles percorridos durante o período monçoeiro de que falamos anteriormente, mas estavam desativados.

Durante os anos 40, um novo trajeto começou a ser aberto no sul da província, entre os rios Ivinhema e Miranda, através de um varadouro pela serra de Maracajú. Esse novo trajeto foi efetivado sob os auspícios do Barão de Antonina, que tinha interesses na região, cujas terras procurava tomar posse. Esse varadouro foi aberto sob fiscalização inicial do presidente da província de Mato Grosso para ser transferido mais tarde, por Aviso do Ministério do Império, para o presidente da província do Paraná, após a criação dessa província, em 1850. Mais tarde a abertura do varadouro retorna à fiscalização do presidente da província de Mato Grosso.⁵³

Apesar de proporcionar uma nova alternativa para se chegar ao litoral e percorrer trechos menos encachoeirados de rios, o novo varadouro não foi muito utilizado, sendo poucas as viagens por ele realizadas.⁵⁴ O Barão de Antonina não teve sucesso em sua tentativa de estabelecer uma rota comercial lucrativa pelo novo trajeto.⁵⁵

A abertura desse novo varadouro foi realizada em larga medida pelo mineiro Joaquim Francisco Lopes, pioneiro na ocupação das terras do sul de Mato Grosso e, nos anos 40 e 50, já grande conhecedor da região onde morava juntamente com outros irmãos e companheiros de migração de Minas Gerais para o sul da província.⁵⁶

As saídas para o litoral utilizando os rios da Amazônia entravam em completo desuso, por ser um trajeto longo, pelas dificuldades encontradas para superar as corredeiras que

⁵³ Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da província de Mato Grosso pelo presidente da província, capitão de fragata Augusto Leverger, em 10 de maio de 1851 (Daqui em diante, Relatório de 1851). P. 31. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da província de Mato Grosso, pelo presidente da província, capitão de mar e guerra Augusto Leverger, em 03 de maio de 1854. (Daqui em diante, Relatório de 1854) P. 24-25. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da província de Mato Grosso pelo chefe de divisão Augusto Leverger, em 04 de dezembro de 1856. (Daqui em diante, Relatório de 1856). P. 15.

⁵⁴ Relatório de 1851. Op. cit., p. 31.

⁵⁵ Sobre a tentativa do barão de Antonina de estabelecer uma rota comercial entre São Paulo e Cuiabá ver: Antonio Dias Baptista Prestes. "Viagem do capitão Antonio Dias Prestes e seu irmão Manoel Dias Baptista Prestes desta Província de São Paulo a Cuyaba em 21 de Abril de 1851". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. Vol. XXVIII, 1930, p. 775-779.

⁵⁶ Nelson Werneck Sodré. Op. cit., p. 68-71.

existiam ao longo desses trajetos, bem como pela inexistência de pontos de apoio que permitisse uma viagem mais segura.⁵⁷

Tentou-se instalar colônias militares ao longo dos trajetos, mas a idéia foi abandonada por falta de recursos tanto financeiro como de pessoal.⁵⁸

Em 1852 o governo imperial remeteu à província 10 contos de réis destinados a abertura de uma estrada ligando Cuiabá a Santarém na província do Pará. Diante dos argumentos de Augusto Leverger, presidente da província, de que por esse percurso proposto era difícil construir uma estrada, o governo imperial concordou que o dinheiro fosse usado no melhoramento das estradas para Goiás e São Paulo.⁵⁹

Para o interior da província as dificuldades de acesso também eram grandes. As poucas estradas que existiam eram mal conservadas e não raras vezes se tornavam intransitáveis durante o período das chuvas. As pontes caíam, as travessias dos ribeirões interrompiam e a ausência de recursos para sua manutenção era constante. Soma-se a esses fatores o de que as poucas obras que eram realizadas, como pontes e aterros, logo sucumbiam por obra da natureza ou pela baixa qualidade dos materiais.

Duas estradas eram utilizadas na ligação da capital com as povoações e vilas do interior da província.

A primeira saía de Cuiabá em sentido norte, passava pela freguesia de Nossa Senhora da Guia, alcançava Rosário do rio acima e chegava em Diamantino. Freguesia originária do ciclo da mineração, de Diamantino se poderia alcançar o rio Arinos e seguir um dos trajetos pela bacia amazônica até Belém.

A segunda estrada saía de Cuiabá em sentido noroeste, passava pelas freguesias de Livramento, Poconé, Vila Maria e chegava até a cidade de Mato Grosso, antiga Vila Bela, primeira capital da província. Da cidade de Mato Grosso, pelo rio Guaporé, se poderia também chegar a Belém, em outro trajeto pela bacia amazônica.

Para o acesso às povoações e freguesias da região sul da província, basicamente se utilizava os rios, principalmente o rio Paraguai. Os percursos pelo interior daquela região

⁵⁷ Fala dirigida à Assembléia Legislativa da província de Mato Grosso pelo presidente da província, coronel João José da Costa Pimentel, em 03 de maio de 1850 (Daqui em diante, Fala de 1850). P. 13.

⁵⁸ Relatório de 1851. Op. cit., p. 29.

⁵⁹ Relatório de 1852. Op. cit., p. 22-23.

eram realizados através de caminhos percorridos por guias ou por moradores, sem que desempenhassem papel importante como via de comunicação ou de comércio.

Pelo que descrevemos, é perceptível que a região que concentrava a maior parte da população da província se localizava no seu meio norte, na antiga região produtora de ouro que se desenvolveu no século XVIII.

Temos então três pólos populacionais: o primeiro se localiza em torno de Cuiabá; a partir da capital da província temos dois eixos que também se constituem pólos populacionais. O primeiro parte de Cuiabá e vai até Diamantino, passando por Rosário; o segundo vai de Cuiabá até a cidade de Mato Grosso, passando por Poconé e Vila Maria.

Além desses, tinham certa concentração populacional apenas as freguesias de Miranda e Albuquerque, no sul da província, e a de Santana do Paranaíba, na fronteira com Minas Gerais e São Paulo.

Em um capítulo do seu relatório de 1862, cujo título é “estatística”, o presidente Herculano Ferreira Penna apresenta um levantamento populacional efetuado através do chefe de polícia da presidência que o antecedeu. Por esse levantamento, realizado em todas as freguesias à exceção de Albuquerque, a população da província chega a 37538 “almas”. Quanto à “condição”, teria 30486 habitantes livres e 7052 escravos.

No mesmo relatório e no mesmo capítulo “estatística”, o presidente Herculano Ferreira Penna reproduz um outro levantamento, realizado pelo bispo diocesano em todas as freguesias. Por esse levantamento temos uma população numericamente semelhante, totalizando 37688 habitantes, mas com uma composição bem diferente, com 13331 escravos e uma população livre de 24357 habitantes livres.⁶⁰

Quanto à confiabilidade é o próprio presidente quem tira a primeira conclusão, desacreditando os levantamentos por ele apresentados.⁶¹ Apesar disso, cumpre-nos registrar que o censo de 1872 vai levantar a existência de 6667 escravos na província, para uma população total de 60417 habitantes.⁶² Outro dado importante é que Rui Barbosa vai

⁶⁰ Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da província de Mato Grosso pelo presidente da província, conselheiro Herculano Ferreira Penna, em 03 de maio de 1862 (Daqui em diante, Relatório de 1862). P. 32-36.

⁶¹ Relatório de 1862. Op. cit., p. 32.

⁶² O BRASIL. *Suas riquezas naturais. Suas industrias*. Vol. I, p. 257.

registrar a existência de 7051 escravos em Mato Grosso em 1873, um a menos do que o número registrado pelo chefe de polícia.⁶³

A conclusão que podemos chegar é que se errou ao levantar a população total, o chefe de polícia da província não deve ter ficado muito longe do número total e real de escravos. Isso pode ser explicado pela posição que ocupava e porque deveria ser mais fácil levantar os dados da população escrava, mais concentrada, do que a população livre da província, dispersa e isolada por um grande território.

No entanto, se coligirmos os dois levantamentos apresentados, há uma semelhança em torno do elemento que vimos analisando, qual seja a distribuição da população, evidenciando uma grande concentração na região do meio norte. Nessa região se concentrava cerca de noventa por cento da população da província. Além de pouco habitada, a região sul era ainda menos assistida por estradas e pouco conhecida. Esses fatores serão de grande importância na Guerra do Paraguai, como veremos.

O isolamento, portanto, não se dava somente em relação à sede do Império, mas também no interior da província, entre uma região e outra ou mesmo dentro de uma mesma região, sendo motivo de constantes reclamações por parte dos presidentes ou de funcionários do Estado.⁶⁴

Ao quadro de isolamento e de dificuldades com a ausência de estradas, devemos somar os constantes ataques de índios às comunidades, às fazendas e aos viajantes, que tornava a vida no sertão mais insegura e com constantes sobressaltos.

O envio de “bandeiras” com o objetivo de conter os ataques dos índios e dar proteção aos moradores do sertão, em geral eram inúteis e foram sendo progressivamente abandonadas ou encontrava resistência nos governadores. Essa resistência se fundamentava na orientação do governo imperial no sentido de estabelecer relações amistosas com os índios, visando o seu aldeamento, “catechese e civilização”.

⁶³ Dados retirados de Ademir Guebara. *O Mercado de Trabalho Livre no Brasil*. P. 71.

⁶⁴ Respondendo à interpelação do presidente da província, Herculano Ferreira Penna, do porque de sua ausência na Vila de Santana do Paranaíba onde era juiz de Termo, o magistrado, que se encontrava na Vila de Miranda, respondeu que “...tão graves e sensíveis faltas não deviam ser imputadas ao desleixo seu, mas sim à carencia de recursos para fazer a viagem da Villa de Miranda á de Sant’Anna, distante entre si oitenta a cem léguas, cujo transito torna-se ainda mais penoso e difficil pelo estado dos caminhos, na maior parte desertos”. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da província de Mato Grosso pelo presidente da província, conselheiro Herculano Ferreira Penna, em 03 de maio de 1863 (Daqui em diante, Relatório de 1863) P. 05.

Esses aldeamentos e o estabelecimento de relações amistosas com diversas nações indígenas na província foram conduzidos com sucesso. Os Guatós, os Guaranís, Guanás, Terenas e Guaicurús, foram progressivamente confinados em aldeias, “catequisados por missionários” ou integrados “a massa da população”⁶⁵. Quanto às terras dos índios não é difícil deduzir que foram progressivamente apropriadas e sua cultura destruída. Tanto uma questão como outra estão ausentes dos relatórios, naturalmente.

Os índios Coroados, ao contrário das tribos citadas, costumavam fustigar os moradores da região do vale do rio São Lourenço, no meio norte, e também atacavam fazendas localizadas próximo da capital. Os viajantes que transitavam nas estradas para Goiás e São Paulo também eram atacados, deveriam estar protegidos e em constante alerta.

Por Coroados se designava genericamente os diferentes grupos indígenas que usavam o que se entendia como coroa de plumas.⁶⁶ Provavelmente entre esses grupos se destacasse os Bororos.⁶⁷

Sucessivos presidentes da província registraram em seus relatórios a “correria” dos índios, as reclamações dos moradores pedindo o envio de “bandeiras” para expulsá-los e os resultados infrutíferos das mesmas.

A atitude tomada pelos presidentes foi o estabelecimento de destacamento militar nas margens do rio Piquiri, para dar proteção aos moradores e aos viajantes. Mas, ainda assim o resultado foi pequeno e “...repetirão-se infelizmente...as correrias e depredações dos Índios da tribo dos Coroados... em diversos pontos da Província, e até bem perto da Capital”.⁶⁸

Nesse quadro de isolamento e insegurança, a perspectiva de uma saída rápida através do rio Paraguai era vista como redentora.

Ao longo da década de 50, enquanto essa alternativa não se viabilizava, ela fazia parte do imaginário dos presidentes, provavelmente refletindo o sentimento de isolamento em que viviam os habitantes da província, ou mais precisamente aqueles setores que, de alguma maneira, poderiam usufruir de um meio de transporte mais rápido, seguro e confortável até o litoral e a Corte.

⁶⁵ Relatório de 1851. Op. cit., p. 44-48.

⁶⁶ Manuela Carneiro da Cunha. “Política Indigenista no Século XIX”. In Manuela Carneiro da Cunha (Org.). *História dos Índios no Brasil*. P. 151.

⁶⁷ Virgílio Corrêa Filho. *Pantanaes Matogrossenses*. Op. cit., p. 68.

Já no começo da década, Leverger registrava a importância da navegação do rio Paraguai e as vantagens que abriria para a província de Mato Grosso, caso superasse as dificuldades diplomáticas com outros países por onde aquele rio passava até o Prata:

“O rio Paraguai, desde que começa a ser navegavel em não grande distancia da Villa do Diamantino até incorporar-se com o Paraná e correr com elle para o Golfo da Prata, não tem obstaculos naturaes que empeção a navegação, senão baixios de pedra e de areia e alguns recifes que todos tem canaes transitaveis, em qualqueer epoca do anno, para embarcações, cuja demanda de agoa não exceda de quatro palmos. He sem duvida a melhor ou antes a única via pela qual possamos receber os objetos que, pelo seu peso ou volume, terão se de impossivel ou custosissimo transporte por terra ou pelos rios de caxoeiras. Porem depende a liberdade desta navegação da vontade dos Governantes de Nações estrangeiras, e por tanto está sujeita aos vaivens da politica, e sempre serão precarias as vantagens que podemos tirar della”.⁶⁹

No relatório de 1854, Leverger repercute o anúncio da construção das primeiras ferrovias no Império mas que teria nenhuma consequência prática para a província. Mais palpável foi o decreto imperial do mesmo ano, dando garantias de juros para a constituição de empresa de navegação no rio Amazonas e que poderia beneficiar Mato Grosso. Mas, pelas dificuldades de navegação nos rios amazônicos de Mato Grosso, tal decreto também teve poucos efeitos práticos para a província.⁷⁰

A chegada ao porto de Albuquerque, em 1854, do vapor norte-americano Water Witch, em missão oficial pouco clara, é motivo de esperanças por parte do governo provincial, mais animado com a instalação de uma “Mesa de Rendas” no mesmo porto, por decreto imperial de 1853. O presidente espera para logo um acordo de navegação com a república do Paraguai que permita a abertura do rio Paraguai até o Prata. Satisfeito com a chegada do navio enviado pelo governo dos Estados Unidos, Leverger diz que “...Devemos esperar da providente sabedoria do Governo Imperial que, solvidas as dificuldades que demorão a conclusão de hum tratado de commercio com a Republica do Paraguay, não

⁶⁸ Relatório de 1863. Op. cit., p. 62.

⁶⁹ Relatório de 1851. Op. cit., p. 30.

⁷⁰ Fala de 1850. Op. cit., p. 13; Relatório de 1854. Op. cit., p. 04.

tardemos em colher os benefícios da franca navegação da mais fácil das vias de comunicação entre esta Cidade e o Oceano”.⁷¹

As dificuldades para a conclusão desse tratado tão esperado por Leverger ainda demandarão dois anos, até que em 1856 seja assinado o primeiro acordo. Tal acordo, cujo cumprimento foi dificultado por Francisco Lopes, gerou euforia em Mato Grosso. E Leverger registra a chegada de “...diversas embarcações nacionaes á Povoação de Albuquerque; e há pouco vimos hum Vapor mercante e outro de guerra fundeados no porto desta Cidade, onde ainda se conserva uma Escuna que, tendo-se já vendido o carregamento que trouxe, dispoem-se a partir carregada de produtos do paiz”.⁷²

Em seguida à chegada das primeiras embarcações, Leverger deixa a presidência da província. É possível que tenha tomado essa decisão a partir da avaliação de que um novo período se abria para a província, de maiores possibilidades, proporcionadas pela livre navegação do rio Paraguai e pela tranquilidade na fronteira sul do Império, livre das disputas que caracterizavam as relações com a Argentina.

No entanto, o tratado de 1856 não será cumprido e um aditivo será assinado em 1858. Os problemas continuavam, portanto. Comentando a situação das estradas que ligavam Mato Grosso à Corte, percorridas para tomar posse na presidência daquela província, o substituto de Leverger, almirante Augusto de Lamare, diz que “A viagem que acabei de effectuar, em huma das epocas mais pluviosas, me forneceo huma viva idea da difficuldade d’esse trajeto”.⁷³

A assinatura do aditivo ao acordo de 1856 tem grande repercussão em Mato Grosso. É de Lamare quem anuncia o êxito da missão do Visconde do Rio Branco em Assunção:

“Esta Provincia regada, como he, de tão importantes rios, cujas grandes arterias levão suas correntes ao Oceano, terá consequentemente de saborear os fructos da civilização e da riqueza, logo que de facto abra a navegação sem obstaculos naturaes, que lhe offerece a via fluvial do Paraguay, acontecimento este

⁷¹ Relatório de 1854. Op. cit., p. 05.

⁷² Carta de Augusto Leverger dirigida ao Sr. Albano de Souza Ozório, 1º Vice-Presidente da Província, ao transmitir a presidência da mesma, em 1 de abril de 1857 (Daqui em diante, Carta de Transmissão de 1857).

⁷³ Relatório do Presidente da Provincia de Mato-Grosso, o Chefe de Divisão Joaquim Raymundo de Lamare, na abertura da sessão ordinaria da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1858 (Daqui em diante, Relatório de 1858). P. 17.

que sera precursor do desenvolvimento agrícola. Por ahi tera de ser, ao menos por em quanto, por onde, com mais brevidade e menos dispendio, se estabeleção as relações comerciais com a capital do Império”.

*Essa epoca, pois, parece chegada”.*⁷⁴

Em seguida Augusto de Lamare conclui dizendo que tal notícia “nos liberta da possibilidade de huma guerra”.⁷⁵

5- O ATRASO ECONÔMICO DA PROVÍNCIA E AS DIFICULDADES DE ARRECADAÇÃO.

Ao entrar na década de 50 a base econômica da província se concentrava na agricultura e na pecuária. A mineração, decadente, foi se reduzindo a níveis insignificantes ao longo da primeira metade do século XIX. Depois de contribuir com cerca de dois terços da renda de Mato Grosso no final do século XVIII, a mineração torna-se marginal na sua economia.⁷⁶

A agricultura, realizada em bases rudimentares, era a principal atividade econômica da província, apesar das constantes reclamações considerando os produtos vendidos “por hum preço mais elevado que, já não digo em outras Provincias, mas mesmo na Capital do Império”.⁷⁷ Três anos depois, a situação não mudou; ao contrario, se agravou: “A agricultura bem como insignificante industria fabril que temos, conserva-se estacionaria, produzindo apenas artigos de primeira necessidade para o consumo da população, os quais sempre vendem-se por elevado preço, sendo de notar que de hum anno a esta parte a carestia tem mais que duplicado, em relação com os annos anteriores”.⁷⁸

A alta dos preços dos produtos agrícolas deve estar relacionada à escassez dos produtos frente à demanda, já que tal reclamação vai estar presente em vários relatórios. A situação não se alterará com a abertura da navegação do rio Paraguai, a partir de 1856. Ao contrário, em 1860 desenvolveu-se na província um período de altas fortíssimas dos preços.

⁷⁴ Idem, p. 19.

⁷⁵ Idem, ibid.

⁷⁶ Relatório de 1851. Op. cit., p. 12-14.

⁷⁷ Idem, p. 13.

O governo provincial recebe ajuda do governo imperial para comprar alimentos e distribuí-los a preço de custo “e por miúdo a classes menos abastadas”.⁷⁹

A escassez de alimentos não se dava somente na província de Mato Grosso. Ao contrário, era um fenômeno que se desenvolvia em quase todas as províncias do Império, variando de intensidade de uma para outra.

Uma explicação para essa escassez de alimentos é dada por um atento observador e analista da época, Sebastião Ferreira Soares.

Contrapondo aos argumentos de que a escassez de alimentos era consequência do fim do tráfico de escravos africanos, Sebastião Ferreira Soares credita tal escassez ao desvio de braços da produção de alimentos para a cafeicultura.⁸⁰ Não seria uma alta de preços que atingia todas as províncias, de forma generalizada, mas que variava de intensidade, atingindo com força o município da Corte e algumas províncias, entre as quais estavam Minas Gerais e Mato Grosso e que não tinham relação com a cafeicultura.

Em Minas e Mato Grosso, a alta de preços era creditada não à queda da produção agrícola, mas a “causas anormaes e transitórias”. No caso de Mato Grosso, era creditada ao aumento populacional da província, provocada pelo desenvolvimento do comércio, que foi estimulado pela livre navegação do rio Paraguai.⁸¹

Para Emília Viotti, a causa dessa alta seria uma combinação de fatores internos e fatores externos, que teriam provocado uma alta dos preços dos alimentos e dos escravos.⁸²

Cuiabá era abastecida de produtos agrícolas produzidos nos sítios localizados próximos à vila, destacando-se aqueles situados na região serrana próxima, onde se desenvolveram em certa quantidade.⁸³

Alguns presidentes reclamam da baixa técnica utilizada na agricultura e creditam a esse fator a baixa produtividade agrícola da província de Mato Grosso. Como solução, sugerem que sejam dados aos agricultores as mesmas regalias que se dá aos “europeos” e

⁷⁸ Relatório de 1854. Op. cit., p. 11.

⁷⁹ Relatório de 1854. Op. cit., p. 11; Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da província de Mato Grosso pelo presidente da província, coronel Antonio Pedro de Alencastro, em 03 de maio de 1860 (Daqui em diante, Relatório de 1860). P. 17.

⁸⁰ Sebastião Ferreira Soares. *Notas Estatísticas sobre a Produção Agrícola e Carestia dos Generos Alimentícios no Império do Brasil*. P. 12.

⁸¹ Idem., p. 136.

⁸² Emília Viotti da Costa. Op. cit., p. 177-181.

propõem à Assembléia Provincial que se efetue a compra de arados para serem distribuídos, possibilitando com isso o aumento da produção agrícola, ocupando esse instrumento o lugar do machado, da foice e da enxada.⁸⁴

Outra iniciativa tomada foi dar incentivos para que colonos estrangeiros se estabelecessem na província. Esses incentivos seriam dados baseando-se na Lei de Terras de 1850. Para isso, a representação brasileira em Montevideu foi autorizada pela presidência da província a dar passagens, em cada viagem do vapor Marquez de Olinda, a vinte colonos “que sejam morigerados, lavradores ou tenham alguma arte”. Para aqueles que se dispusessem a trabalhar na agricultura, seriam cortados lotes na estrada nova da Chapada, próximo a Cuiabá.⁸⁵

A experiência não foi bem sucedida. Os estrangeiros que se estabeleceram na província e foram trabalhar nos lotes rurais que lhes foram doados, os abandonaram: “nem hum só alli permaneeço”. O presidente da província, ao verificar o local onde os colonos receberam os lotes, concluiu que eram “(...) com effeito muito impróprio para qualquer estabelecimento agrícola”.⁸⁶

Repete-se em Mato Grosso a mesma experiência fracassada de outras regiões do Império.⁸⁷

Os poucos estrangeiros que permaneceram na província foram trabalhar em outras atividades, nos núcleos urbanos. Alguns não se adaptam, caem na miséria e são amparados por instituições filantrópicas.⁸⁸

Na região sul da província existiam duas colônias militares: Miranda e Dourados. Essas colônias tiveram desenvolvimento lento. Ainda em 1864 o presidente incita que é preciso dar-lhes um impulso para que possam prestar importantes serviços.⁸⁹

⁸³ Virgílio Corrêa Filho. *Pantanaes Matogrossenses*. Op. cit., p. 64.

⁸⁴ Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da província de de Mato Grosso pelo presidente da província, Joaquim Raymundo de Lamare, em 03 de maio de 1859. (Daqui em diante, Relatório de 1859) P. 32; Relatório de 1860. Op. cit., p. 20.

⁸⁵ Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da província de Mato Grosso pelo presidente da província, o Coronel do Corpo de Engenheiros Antônio Pedro de Alencastro, em 03 de maio de 1861 (Daqui em diante, Relatório de 1861). P. 22.

⁸⁶ Relatório de 1863. Op. cit., p. 54.

⁸⁷ Sobre as relações entre a Lei de Terras, a colonização inicial com imigrantes e seu fracasso, ver Lígia Osório Silva. Op. cit., p. 127-212.

⁸⁸ Relatório de 1862. Op. cit., p. 40-42.

Até o momento em que Albuquerque (depois Corumbá) desponta como um polo urbano, impulsionada pelo comércio e pela concentração militar que se forma ao seu redor, a região sul da província era desabitada e sua produção insignificante. Apenas a vila de Miranda tinha alguma importância.⁹⁰

Todos esses problemas que levantamos não impedem que a agricultura da província seja, naquele momento, a sua mais importante atividade econômica. Ao mesmo tempo a pecuária vai se desenvolvendo rapidamente na província.

O gado chegou à região no século XVIII, ainda durante o período monçoeiro, se estabelecendo primeiramente às margens do rio Taquari.⁹¹ Depois se espalhou pelo meio norte e melhor se desenvolveu na região oeste, em torno de Vila Maria.

Logo após fundar “Villa Maria” (atual Cáceres), em 1778, Luiz de Albuquerque, então governador da capitania de Mato Grosso, comprou uma fazenda de gado em suas proximidades, para abastecer os moradores daquela nova povoação.⁹²

Em 1827, Hercules Florence, passa pela fazenda Jacobina, próximo à Vila Maria, que é descrita como “a mais rica fazenda da província”. A fazenda Jacobina pertencia ao tenente-coronel João Pereira Leite, que, segundo Florence, avaliava possuir 60 mil reses.⁹³

No começo da década de 50 já começa a figurar como um ramo importante na economia da província, aparecendo na maioria dos relatórios dos presidentes.

O desenvolvimento da pecuária permite que ao longo da década de 50 a província comece a exportar gado para Minas Gerais. O gado de Mato Grosso é vendido para fazendeiros da região de Uberaba. Os caminhos do gado permitem o desenvolvimento de “Sant’Anna do Paranahyba” (atual Paranaíba), uma povoação fundada por mineiros na primeira metade do século e que em 1857 é elevada à categoria de “Villa”.⁹⁴ Localizada

⁸⁹ Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, o Brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho, apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, na abertura da sessão ordinária de 3 de maio de 1864(Daqui em diante, Relatório de 1864). P. 13.

⁹⁰ Relatório de 1859. Op. cit., p. 22.

⁹¹ Sérgio Buarque de Holanda. *Monções*. P. 97.

Caminhos e Fronteiras. P. 148-149.

⁹² Carta do Governador de Mato Grosso, Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres ao Secretário de Estado, Martinho de Mello e Castro. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Fundo: Documentos Avulsos sobre Mato Grosso. Caixa 19, n. 1205. FUFMT/ NDIHR, microficha 264.

⁹³ Hercules Florence. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas*. P. 179-199.

⁹⁴ Relatório de 1858. Op. cit., p. 07.

próximo ao rio Paranaíba, na divisa com Minas Gerais e no caminho novo para São Paulo, é instalada nessa vila uma coletoria de impostos sobre o gado exportado pela província. Os impostos sobre o gado exportado e sobre o gado de consumo vão aparecer, daí em diante, como itens importantes na arrecadação da província.

Nem o desenvolvimento de uma epidemia de zoonose, que se arrastou por vários anos, impediu o desenvolvimento da pecuária, apesar de ter reduzido o volume de gado exportado. Essa epidemia dizimou o rebanho cavalar da província e criou dificuldades no manejo do gado e no seu transporte para fora da província. As tentativas de acabar com a epidemia fracassaram várias vezes, sendo objeto de sucessivas reclamações por parte dos presidentes da província ao governo imperial.⁹⁵

Além da agricultura e da pecuária, o extrativismo compunha o pequeno número das atividades produtivas da província.

Até a década de 60, basicamente a poaia (também chamada de ipecacuanha) aparecia com alguma importância econômica.

Raiz de utilização medicinal, a poaia era colhida nas matas ao norte de Vila Maria e na região de Diamantino, embalada e remetida aos compradores na Corte. A sua extração deve ter se desenvolvido bastante, pois sobre a poaia vendida incidia imposto desde 1837. Leverger diz que era o único vegetal colhido com fins lucrativos na província.⁹⁶

Leverger descreve a situação da economia provincial e suas principais fontes de renda:

*“Do isolamento da Província e da mesquinhez da sua produção he consequencia natural o pouco desenvolvimento do seo commercio. A diminuta exportação de gado, de que acima falei, a de pequenas porções de ouro e de diamantes e a da poaia que tomou algum incremento pelo preço que tem conservado este artigo no mercado da Corte, são muito ineficientes para equilibrar a importação dos objetos de consumo, cujo valor não tardaria a absorver todo o meio circulante que possuímos, se não fosse o supprimento com que o Thesouro Nacional ocorre á despeza geral da Província, por via de remessas directas ou de saques da Thesouraria da Fazenda sobre o mesmo Thesouro”.*⁹⁷

⁹⁵ Relatório de 1860. Op. cit., p. 20.

⁹⁶ Relatório de 1851. Op. cit., p. 14.

⁹⁷ Relatório de 1854. Op. cit., p. 13.

A organização fundiária da província era semelhante à de outras regiões do país, com uma pequena parcela da população tendo o controle da produção agrícola e pecuária. Um exemplo do comportamento desses proprietários foi o local onde foram assentados os colonos estrangeiros que chegaram na província, como mostramos. Outro exemplo é o resultado, no período que vimos tratando, da execução da Lei de Terras de 1850 na província.

Promulgada naquele ano, a Lei de Terras teve a sua aplicação regulamentada em 1854. Na província de Mato Grosso, no entanto, a repartição especial de terras públicas somente foi criada em 1859, nove anos depois de promulgada a lei e cinco anos depois do regulamento.

Num capítulo intitulado “Lei das Terras”(sic), Joaquim Raymundo de Lamare diz que
“...Por Decreto n.2092 de 20 de janeiro de 20 de Janeiro ultimo do anno findo, foi criada nesta Provincia a Repartição especial de Terras publicas.

Autorizado pelo Governo Imperial, para preencher interinamente os lugares de que se compoem a dita Repartição, assim o effectuei, nomeando o Delegado do Director Geral, e o Amanuense que serve de Porteiro-Archivista, alem do Fiscal que he o mesmo da Thesouraria da Fazenda.

Esta Repartição deo já começo aos trabalhos que lhe incumbem.

Por falta de pessoal idoneo não teem sido nomeados os Juizes Commissarios e mesmo a falta absoluta de agrimensores, sem os quaes não se pode proceder a medição dos Terrenos, tem tornado pouco urgentes taes nomeações.

E, pois, por tal motivo, não se tem ainda marcado os prazos para a medição das posses, sesmarias, ou outras concessões, como prescreve o art. 32 do respectivo Regulamento; entendo que he urgente a legitimação e revalidação dessas terras, afim de prover-se á conservação e segurança dos Terrenos devolutos, contra a invasão a que estão constantemente sujeitos.

Quanto aos registros das terras possuidas por particulares, tem-se, até o presente, feito sem o menor embaraço ou opposição; e á falta de vigarios em algumas

Parochias deve-se attribuir a demora que tem havido na marcha regular do registro".⁹⁸

Essa longa citação é importante por ser reveladora de como a Lei de Terras e seu regulamento não permitiam que se alterasse o processo de apropriação de terras públicas e de como abria amplas possibilidades para que nada mudasse na estrutura fundiária do Império. Ao contrário, acabava por legitimar o processo de constituição de uma oligarquia fundiária, em processo de formação na província de Mato Grosso, onde a disponibilidade de terras públicas era grande.

Como mostrou Lígia Osório Silva, o ponto fraco de todo o sistema, estava em que a iniciativa primeira no sentido da aplicação da lei estava nas mãos dos detentores de terras particulares. Eles deveriam se dirigir ao vigário da paróquia local para registrar as suas terras; esses vigários remeteriam o livro de registro ao delegado do diretor-geral na província e, após essa etapa, os juizes comissários nomeados pelo presidente da província começariam a demarcar as terras públicas. Estas seriam destinadas à construção naval, colonização indígena ou fundação de colônias.⁹⁹

No caso de Mato Grosso, mesmo que os detentores de posses quisessem, eles não poderiam registra-las no vigário, porque este não existia em algumas paróquias. Ou seja, nem aquela etapa inicial era possível em determinadas regiões da província, o que impedia o avanço para a etapa seguinte que seria a nomeação do juiz comissário. Ou seja, o processo nem chegava a começar.

Falta de vigários, "falta de pessoal idôneo", falta de agrimensores, e então o presidente da província tinha uma boa justificativa para não marcar os prazos necessários ao andamento dos trabalhos de demarcação.

Como já mostramos, essas dificuldades não impediram, no entanto, que os imigrantes que chegaram à província fossem levados para terras sem condições de produção agrícola, para logo as abandonarem, o que mostra que as melhores terras eram conhecidas e estavam nas mãos de grileiros.

⁹⁸ Relatório de 1859. Op. cit., p. 36-37.

⁹⁹ Lígia Osório Silva. Op. cit., p. 167-186.

Ao indicar para o assentamento de colonos estrangeiros um local impróprio para a agricultura, os proprietários procuravam se cercar de garantias de que os imigrantes que viessem para Mato Grosso não atrapalhariam os seus planos de seguirem o processo de apropriação das terras devolutas. Não eram garantias legais mas o foram na prática.

A criação da repartição especial de terras públicas na província, sem que tivesse efetivamente qualquer condição de colocar em prática os objetivos para a qual foi criada, mais parece uma espécie de satisfação ao governo imperial, dado pelo presidente da província. A estrutura burocrática foi criada, mas não para impedir a continuidade da apropriação de terras públicas.

Revelador disso é o fato de que até 1864, período que estamos tratando, nenhuma outra referência à Lei de Terras aparece nos relatórios dos presidentes, além daquela em que se fundamenta para a doação de terras para colonos estrangeiros.

A atividade comercial dificilmente poderia se desenvolver numa região que pouco poderia oferecer na troca por produtos importados de outras regiões do Império ou do exterior. As vendas para outras regiões se limitavam ao gado, ao couro e alguns produtos extrativos como a poaia.

O incentivo que poderia representar a presença de um mercado consumidor importante próximo não existia. Só com a abertura da navegação do rio Paraguai após 1858, a atividade comercial vai ganhar impulso. Progressivamente vai se desenvolver esse setor que até então era bastante limitado na economia provincial.

É constante nos relatórios dos primeiros anos da década de 50, a reclamação quanto ao estado financeiro da província.

Após dizer que a renda geral e provincial não alcançava 40 contos de réis e partindo da constatação de que “(...)com a mais estricte economia, não se pode fazer o serviço da província com menos de 50 a 60 contos de réis”, Augusto Leverger propõem à Assembléia Provincial que tome medidas para aumentar a arrecadação. Mas, conclui Leverger: “Por maior que seja a confiança que tenho nos esforços de vosso esclarecido patriotismo, não creio que possais elevar a receita effectiva a par das despesas que acima mencionei, e sem a qual he impossivel, na minha opinião, já não digo que a província prospere, mas mesmo que

continue a subsistir”. E sugere que seja solicitado à Assembléia Geral e ao governo imperial “...hum subsidio para cobrir o deficit”.¹⁰⁰

Pelo apelo quase dramático que faz no sentido de que a Assembléia Provincial solicite “subsidio” do governo imperial, Leverger nos dá uma idéia das dificuldades pelas quais passavam os cofres públicos da província de Mato Grosso no começo da década de 50.

Pelos dados disponíveis nos relatórios não nos foi permitido fazer o acompanhamento ano a ano da evolução da receita e da despesa da província, par a passo com a evolução de sua economia. No entanto, podemos observar um grande aumento na receita, que alcança no exercício 56/57 os valores levantados por Leverger em seu relatório de 1851, como os necessários para “fazer o serviço da Província”. Nesse exercício a receita alcança 57:500\$806 (cinquenta e sete contos, quinhentos mil, oitocentos e seis réis).¹⁰¹

No exercício seguinte, 57/58, a receita dá um salto de quase cem por cento, alcançando o valor de 111:131\$909 (cento e onze contos, cento e trinta e um mil, novecentos e nove réis). Nos exercícios seguintes continua a aumentar, chegando a ultrapassar cento e vinte e oito contos de réis no exercício 59/60, para depois cair e chegar no exercício 62/63 a 88:045\$300 (oitenta e oito contos, 45 mil e trezentos réis). (quadro 1)

Esse crescimento da receita provincial provoca mudança no discurso dos presidentes. Em 1861, o discurso do presidente Antônio Pedro de Alencastro é outro. Comentando a situação financeira da província diz em seu relatório:

“Folgo de annunciar-vos que a renda effectiva do ano passado, de que já se tem conhecimento sobe a 78:111\$789 reis sendo a maior que a Provincia tem tido, e não muito aquem do dobro da que houve em 1856. Assim pois, he prospero o estado financeiro da Provincia, com quanto ainda seja mui diminuta a sua renda em relação ás suas multiplicadas necessidades”.¹⁰²

As limitações da economia da província, como apontamos, nos coloca uma indagação importante. O que, naquele momento, contribuiu para o desenvolvimento da arrecadação em uma província com atividade produtiva tão limitada?

¹⁰⁰ Relatório de 1851. Op. cit., p. 18.

¹⁰¹ Relatório de 1858. Op. cit., p. 30.

¹⁰² Relatório de 1861. Op. cit., p. 24.

Os relatórios dos presidentes a partir de 1852 começam a chamar a atenção para o incremento da arrecadação provocada pela aplicação de uma lei criada em 1850 e ampliada em 1851.

A Assembléia Provincial promulgou em 1850 a lei n. 7, que criava mercados na capital da província. Os efeitos dessa lei fizeram com que, no ano seguinte, fosse estendida a todas as freguesias da província que também deveriam instalar mercados onde os produtos deveriam obrigatoriamente ser vendidos. Nesses mercados os produtos de diferentes gêneros seriam taxados.¹⁰³

A arrecadação com os mercados fez com que, no relatório de 1852, o presidente Augusto Leverger constatasse que

“(...) o Dizimo da lavoura nos annos anteriores ao de 1850 produzia de 2 a 3 contos de réis collectados em toda a Provincia. Pela fundação dos mercados elevou-se no exercício de 1850-1851 a 11:614\$771, só nos Districtos correspondentes aos mesmos mercados. Este anno será menor o rendimento por ter-se reduzido de metade a taxa relativa a muitos generos; mas assim mesmo constitui o ramo mais importante da receita”.¹⁰⁴

O rendimento com a arrecadação nos mercados não diminuiu. Em outros relatórios o aumento da arrecadação através dos mercados volta a ser registrada.

No anexo ao relatório de 1874 onde encontramos a legislação fiscal usada naquele ano, pudemos constatar que nos exercícios de 1870, 1871 e 1872, cujas receitas detalhadas por fonte estavam presentes, a arrecadação através dos mercados correspondeu a um terço da arrecadação total da província.

Os mercados, na medida em que eram estabelecidos em cada freguesia, tornavam-se centros de venda dos produtos de cada região. Os mercados também se tornaram centro de arrecadação de impostos que anteriormente eram difíceis de serem cobrados pela venda dispersa, pela ausência de um sistema arrecadador que desse conta de cobrar impostos de maneira também dispersa e pela provável incapacidade de cobrança por parte dos agentes arrecadadores, confrontados com os produtores.

¹⁰³ Relatório de 1851. Op. cit., p. 50-51.

¹⁰⁴ Relatório de 1852. Op. cit., p. 13.

Ou seja, com os mercados, o aparelho fiscal passava a ser muito mais eficiente, superando muitas das dificuldades levantadas por Leverger em seu relatório de 1852, quando, impotente, diz que “...Poderia na verdade minorar hum tanto o mencionado deficit, se os impostos estabelecidos fossem mais exactamente arrecadados; mas confesso-vos ingenuamente que não me ocorrem os meios praticos que para isso se possam efficazmente empregar”.¹⁰⁵

Os meios práticos estavam sendo efetivados e os resultados logo começaram a aparecer.

Mesmo quando a Assembléia Provincial, durante a sessão legislativa de 1851, decide reduzir à metade as alíquotas dos impostos cobrados dos produtos, ainda assim a arrecadação nos mercados aumenta muito, “...se constituindo no ramo mais importante da receita”.

Podemos compreender então porque mesmo com a manutenção da produção agrícola em níveis baixos, há aumento da arrecadação.

Além disso, é possível que a arrecadação tenha também aumentado com a carestia, isto, é com o aumento dos preços dos produtos, fato que foi bastante ressaltado pelos presidentes em vários relatórios. O ano de 1860 é marcado pela carestia, com uma grande alta de preços, obrigando o governo provincial a distribuir alimentos para a população. Coincidentemente é também o ano de maior arrecadação no período que tratamos. Dessa forma, enquanto a população sofria com a alta dos preços, o governo da província aumentava a arrecadação. Por outro lado ao se tornar um eficiente instrumento fiscal, os mercados acabaram por contribuir para o aumento da carestia, o que dá o limite da capacidade arrecadadora através dessa fonte.

A instalação dos mercados vai se constituindo em um eficiente meio de arrecadação, porém ele não é o único.

A instalação de uma coletoria em Santana do Paranaíba, com o objetivo de cobrar o dízimo do gado exportado para Minas Gerais e São Paulo, permitiu a cobrança de imposto desse produto que passará a ter importância crescente na economia e na receita provincial,

¹⁰⁵ Idem, p. 12.

apesar da peste que atacou o rebanho cavalар da província e que se prolongará por vários anos.¹⁰⁶

O Governo Geral também contribuiu para o aumento da arrecadação. Desde 1853 um decreto imperial determinou a instalação de uma Mesa de Rendas em Albuquerque, próximo à futura Corumbá. Essa instalação, antes de ser efetivado qualquer acordo de livre navegação com a república do Paraguai, sinalizava que o governo imperial via como próximo um acordo com aquela república vizinha e tratava de se antecipar, não perdendo tempo em montar os mecanismos de arrecadação daquele que era uma das principais fontes de renda do Império, o imposto sobre importação.¹⁰⁷

Essa alfândega, por outro lado, também permitirá à província iniciar a arrecadação de impostos sobre alguns produtos que passaram, a partir de 1858, a ser exportados por Corumbá, como o couro e a poaia.

Permitia também a arrecadação pelo próprio governo provincial, de impostos que eram utilizados no pagamento de funcionários gerais como os soldados da tropa de linha e os marinheiros. A Mesa de Rendas, que era um instrumento de arrecadação criado pelo governo central, passou a pagar diretamente os soldados.

Além desse mecanismo de arrecadação, que passou a funcionar a partir de 1853 mas que efetivamente só deve ter começado a arrecadar quando a navegação passou a ser regular, em 1858, há um fator que pode ter contribuído para dinamizar a economia da província: os investimentos do governo imperial nas suas instalações militares e a fixação de unidades militares em Corumbá.

Em 1858, o governo imperial determina a construção de um Arsenal de Guerra e do Trem Naval em Corumbá. Para efetivar as obras envia sessenta e sete operários que passam a trabalhar nessas instalações militares.¹⁰⁸

Ao mesmo tempo determina que a localização da vila de Albuquerque seja fixada em novo local, mais salubre e onde já existia uma antiga povoação. Determina que sua área urbana seja traçada, seus lotes divididos e distribuídos aos moradores, os edifícios públicos

¹⁰⁶ Relatório de 1859. Op. cit., p. 03.

¹⁰⁷ Sobre a política fiscal do Império ver Wilma Peres Costa. "A Questão Fiscal na Transformação Republicana-Continuidade e Descontinuidade". *Economia e Sociedade*. No 10, p. 141-173.

¹⁰⁸ Relatório de 1858. Op. cit., p. 22-23.

fossem planejados e os orçamentos para sua construção enviados ao governo imperial. A Mesa de Rendas, que funcionava em um rancho de palha, ganha um novo edifício.¹⁰⁹

Os vapores de guerra da marinha são estacionados em Corumbá por determinação do governo imperial. Inicialmente são três vapores, mais tarde serão seis vapores e algumas embarcações menores.¹¹⁰

Em 1863 o governo imperial determina que o Arsenal da Marinha, até então localizado em Cuiabá, seja fixado também em Corumbá.¹¹¹

Acreditamos que a sua efetivação pode ter dado uma importante contribuição para dinamizar a economia local, injetando uma massa de recursos considerável em vários setores.

O setor que se beneficiou mais diretamente e imediatamente desses investimentos foi o comércio. Não pode passar despercebido o desenvolvimento da jovem vila de Corumbá (cujo antigo nome de Albuquerque é abandonado), que cresce rapidamente. Seu desenvolvimento é creditado inicialmente à navegação para ser, em seguida, creditado ao comércio.¹¹² Ambos, navegação e comércio, estavam ligados.

O desenvolvimento econômico da província também pode ser medido não só pelo desenvolvimento de Corumbá, mas também da capital, Cuiabá, de Vila Maria e de Santana do Paranaíba. São essas cidades que combinam em suas economias as atividades mais importantes da província, a agricultura, a pecuária e o comércio, e que alcançarão um desenvolvimento mais rápido no período¹¹³.

Ao abrir efetivamente a navegação do rio Paraguai ao trânsito livre de embarcações de todas as nações, seria natural que o comércio se desenvolvesse e com essas características. Corumbá então se destaca rapidamente. Está bem localizada geograficamente para a atividade comercial, com porto alfandegado, com uma massa consumidora em crescimento e com razoável poder aquisitivo, representado pela concentração de militares ali estacionados.

A partir do que observamos, podemos concluir que a evolução na arrecadação da província de Mato Grosso ao longo da década de 50, permitindo equilibrar as suas finanças e

¹⁰⁹ Relatório de 1858. Op. cit., p. 22-23; Relatório com que entregou a administração desta Província o Exmo. Sr. Tenente-Coronel Albano de Souza Osorio, Vice-Presidente ao Chefe de Divisão Joaquim Raymundo de Lamare (Daqui em diante, Relatório de Transmissão de Cargo de 1858). P. 07.

¹¹⁰ Relatório de Transmissão de Cargo de 1858. Op. cit., p. 04; Relatório de 1863. Op. cit., p. 11-13.

¹¹¹ Relatório de 1864. Op. cit., p. 23.

¹¹² Relatório de 1859. Op. cit., p. 21; Relatório de 1864. Op. cit., p. 37.

se colocar em melhores condições para atender as suas necessidades básicas, é produto de uma combinação de fatores que operaram tanto internamente como externamente.

Essa combinação de fatores tem componentes econômicos e políticos e sofre os reflexos da situação geral do Império naquele período, particularmente de sua ação na região do Prata.

6- A POLÍTICA DO IMPÉRIO NA REGIÃO DO PRATA E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO.

Dentre os componentes da política imperial que atingem fortemente a província de Mato Grosso está a política externa do Império na região do Prata..

Desde o início do século XIX o Brasil trava na região do Prata uma série de guerras e disputas que tem relação direta com a manutenção de sua integridade territorial e com sua geopolítica na região.

Os acontecimentos no Prata repercutem imediatamente em Mato Grosso. Em 1851 Augusto Leverger informa à Assembléia Provincial desses acontecimentos, logo após a vitória contra Rosas na Argentina.

*“Occurrencias havidas na fronteira meridional, cujos pormenores não ignorais, e cujas causas efficientes não vos relatei por não ser de vossa competencia o exame dellas, inspiraram alguns receios de que, por esse lado, fosse perturbada a paz externa, que reina desde cicoenta annos. Dissiparão-se porem taes receios, e creio poder assegurar vos que subsistem inalterados as pacificas e amigaveis relações do Governo de S. M. o Imperador com o Presidente da Republica do Paraguay”.*¹¹³

Essa forte presença do Brasil na região do Prata, no entanto, não consegue dar conta de resolver a questão da livre navegação pelo rio Paraguai, uma reivindicação fundamental para a província de Mato Grosso, que é levantada desde a década de 30 e que se intensifica a partir do início da década de 50.

¹¹³ Idem, Ibid

¹¹⁴ Relatório de 1851. Op. cit., p. 03-04.

A intensificação da reivindicação de livre navegação pelo rio Paraguai, que vai estar presentes em todos os relatórios dos presidentes da província até que esta se efetive em 1856 e se confirme em 1858, tem relação com as imensas dificuldades de acesso da província com a capital do Império, como já discutimos.

Em 1856 o Brasil firma tratado de livre navegação com a Argentina, reiterado em 1859. Com o Paraguai, um acordo no mesmo sentido foi assinado também em 1856 mas foi dificultado por regulamentos que eram, na prática, a negação do acordo. Em 1858, com a presença do Visconde do Rio Branco, foi assinado em Assunção uma convenção, pela qual a livre navegação enfim foi liberada.¹¹⁵

As negociações com o governo do Paraguai, que se arrastaram por alguns anos, são marcadas por momentos de tensão, até a assinatura do primeiro acordo, em 1856, e sua efetivação com a convenção de 1858. Essas negociações e a movimentação militar ocorrida durante o período em que elas se efetuaram, deve ter chamado a atenção do governo imperial para a fragilidade da defesa da província de Mato Grosso e a necessidade de reforçar a sua defesa.¹¹⁶

Acredito que seja essa uma das explicações para o reforço militar da província e os investimentos em instalações militares que passaram a ser realizadas a partir de 1858, como mostramos anteriormente.

É um reforço, que fique claro, na infra-estrutura militar e um pequeno aumento nos quadros numéricos das forças da província. Isso não tem relação com sua preparação e organização, uma questão mais ampla, que também tem fortes reflexos na província e que trataremos em outro capítulo.

Devemos registrar aqui que ao solucionar a questão da livre navegação, o governo imperial deixou sem solução a questão da demarcação dos limites com o Paraguai e que dizia respeito diretamente ao território da província de Mato Grosso.

Independente desse fator, que se tornará relevante no futuro, a abertura da navegação do rio Paraguai foi saudada com entusiasmo por Leverger em 1856, após a assinatura do

¹¹⁵ Sobre as negociações do tratado de livre navegação com o governo paraguaio ver Wilma Peres Costa. *A Espada de Dâmocles*. P. 114- 118. Ver ainda os debates em torno da questão em Tavares Bastos. *Cartas do Solitário*. P. 101-251.

tratado, e em 1858 por Joaquim Raymundo de Lamare, após o aditivo firmado em Assunção, como destacamos anteriormente.

Um novo período se abre para Mato Grosso. A navegação vai possibilitar um transporte mais rápido, barato e confortável, estimulando o comércio e inserindo mais diretamente a província no jogo das forças do capital mercantil que desenvolvia em todo o Império. O longo e penoso percurso por terra, de mais de dois meses, até a capital do Império foi substituído por uma viagem que durava por vezes somente 18 dias.¹¹⁷ Quando estoura a Guerra do Paraguai a importância da navegação e de suas facilidades logo será percebida.

7- O EXÉRCITO, A GUARDA NACIONAL E O JUDICIÁRIO

A província de Mato Grosso contava no início da década de 50 com um importante contingente militar.

O Exército de primeira linha e a Marinha tinham na província, em 1850, uma força de 1580 homens. Esse contingente foi criticado pelo presidente em seu relatório daquele ano, pelo peso financeiro que representava para os cofres provinciais. João José da Costa Pimentel dá números para reforçar seus argumentos. Seriam

*“...1:580 homens tirados á agricultura, sendo a proporção do n. total de praças de 71 e 9,11 per cada 1:000 da população, o que em verdade he excessivo e pesadissimo, principalmente se considerar-mos que, estimando a população do imperio em 5:000:000 de habitantes, e sendo o numero de praças de pret do exercito de 15:644, a proporção he de pouco mais de 3 por 1:000 habitantes”.*¹¹⁸

No relatório seguinte, Augusto Leverger repete a reclamação quanto ao peso que significava para a província a manutenção de sua força militar e coloca a questão com números mais precisos. Diz que a força pública é composta da seguinte forma: 1147 praças, faltando 327 para tornar completo o Corpo Fixo de Artilharia, o de Caçadores e a Cavalaria Ligeira; 63 praças de uma Companhia de Pedestres, estando ela com 68, empregados no

¹¹⁶ Sintomático da tensão ocorrida durante as negociações, foi a permanência de Leverger entre fevereiro de 1855 e novembro de 1856, no sul da província de Mato Grosso. Relatório de 1856. Op. cit., p. 03.

¹¹⁷ Relatório de 1863. Op. cit., p. 48.

¹¹⁸ Fala de 1850. Op. cit., p. 16.

serviço de polícia e do correio; Companhia de Imperiais Marinheiros, com corpo completo de 106, estando atualmente com 70 praças.¹¹⁹

Ao mesmo tempo em que faz essas reclamações quanto ao custo para manutenção dessa força de linha, esses dois governantes fazem considerações negativas quanto à organização da Guarda Nacional na província.

Pimentel não consegue cumprir um Aviso do Ministério do Império que lhe pede um mapa com o número de integrantes e com o armamento da Guarda Nacional; Leverger diz que está desorganizada e que essa é a situação da Guarda Nacional “...não só desta como de quasi todas as Provincias do Imperio”. Mas espera por melhoria “... com a execução da Lei n. 602 de 19 de setembro de 1850, que lhe da nova organização”.¹²⁰

Força de linha incompleta e dispendiosa e Guarda Nacional desorganizada caracterizava a situação da “Força Pública” da província no começo da década de 1850.¹²¹

Mas a situação evolui contraditoriamente, opondo a estruturação da Guarda Nacional à estruturação da força de linha. Passemos a palavra a Leverger:

“Concluirão se os trabalhos preparatorios relativos á nova organização da Guarda Nacional na conformidade da Lei n. 602, de 19 de setembro de 1850. O alistamento dêo em toda a Provincia 3:643 guardas para o serviço activo e 620 para o de reserva. Em janeiro ultimo remetti ao Sr. Ministro da Justiça o projeto de organização que me pareceo mais conveniente, e espero que daqui a poucos meses poder-se há constituir este importante ramo da Força Publica, de modo que possa, melhor do que ate agora, preencher o fim a que he destinado.

O Governo Imperial, a quem representei sobre a difficuldade de completar-se pelo recrutamento voluntário ou obrigado, a Força militar mantida pelo Estado, e sobre a insufficiencia da mesma Força para guarnecer os pontos militares da Fronteira e fazer o serviço que exigem a policia e a segurança interna da Provincia,

¹¹⁹ Relatório de 1851. Op. cit., p. 09-10.

¹²⁰ Fala de 1850. Op. cit., p. 07; Relatório de 1851. Op. cit., p. 10-11.

¹²¹ Uma discussão sobre a questão do monopólio da violência pelo Estado e as contradições existentes no exercício dessa violência no Império, está em Wilma Perez Costa. Op. cit., p. 27-72.

*autorizou-me para mandar destacar tantos Guardas Nacionais quantos fossem precisos para elevar os Corpos de Linha ao seu estado completo”.*¹²²

Examinando as relações entre o recrutamento para o exército e a Guarda Nacional, Wilma Peres Costa ressalta que com a Reforma de 1850,

*“...o controle da Guarda Nacional passou às mãos do partido no poder, por meio dos presidentes de província, que nomeava os comandos e distribuía as patentes mediante um complexo sistema de transação com os quadros partidários locais. Tomou então o caráter de ‘partido armado’, que fez dela um instrumento fundamental do jogo eleitoral e das ‘câmaras unânimes’ que caracterizaram o segundo reinado. Longe de ser uma força complementar ao exército, a Guarda Nacional foi criada para neutralizar o exército profissional e permaneceu durante toda a sua existência como um obstáculo à sua consolidação. Configurava-se no verdadeiro ‘serviço obrigatório’, fazendo afluir para as suas fileiras não somente os membros da oligarquia como a população trabalhadora livre que possuía renda mínima para qualificar-se como eleitora”.*¹²³

Podemos então compreender o porque das dificuldades relatadas por Leverger para preencher as forças de linha em sua totalidade. O mesmo movimento que levava Leverger a avançar na reestruturação da Guarda Nacional na província, o impedia de completar as forças de linha.

Essa situação não foi momentânea, restrita ao período imediato à reestruturação da Guarda Nacional. Ao contrário, ela percorre todo o período que estamos tratando. Ao transmitir o cargo ao seu sucessor, em 1863, o presidente Herculano Ferreira Pena diz que

“...Por Aviso de 10 de Janeiro foi declarado à Presidencia que para o preenchimento da Força do Exercito no anno financeiro de 1863-64 deve esta Provincia contribuir com 43 recrutas, sem que a fixação deste numero exclua a possibilidade de augmento segundo as occorrencias e ordens posteriores.

A experiencia de annos transactos, e ainda do actual, em que lhe couberão 44, mostra que não é facil completar esse contingente, posto que diminuto; accrescendo

¹²² Relatório de 1852. Op. cit., p. 11.

¹²³ Wilma Peres Costa. Op. cit., p. 54.

*às outras isenções concedidas por lei, a de que hoje gozão em virtude do art. 17 do Decreto de 18 de Novembro de 1857 os Guardas Nacionais que por attestados dos respectivos Commandantes mostrarem que estão fardados e promptos para o serviço”.*¹²⁴

A existência de uma força de linha incompleta, em uma província localizada na fronteira, levava à exigir que a Guarda Nacional fosse chamada a ocupar um lugar não só de patrulha das cidades, ocupando o lugar da polícia, o que também era feito em outras províncias, mas em Mato Grosso tinha também de completar as forças de linha na tarefa de vigilância dessa fronteira.

Essa situação se aprofunda, na medida que a Guarda Nacional se reestrutura na província, aumentando os seus contingentes e o número de integrantes da força de linha se mantém praticamente a mesma ao longo do período tratado.

Em 1853, é completada a reestruturação da Guarda Nacional na província com a nomeação de seu comandante.¹²⁵ Em 1863, a soma da tropa da força de linha é de 1625 praças, incluindo marinheiros e aprendizes de marinheiros, enquanto a Guarda Nacional tem 4600 praças no serviço ativo e 1100 na reserva.¹²⁶

Assim, em 1856, durante as negociações sobre a livre navegação e fronteiras, quando aumenta a tensão na fronteira com o Paraguai e é exigida a vigilância da região pelas tropas de linha que se concentravam na província de Mato Grosso, a “briosa” Guarda Nacional é chamada a ocupar o seu lugar em outras regiões e 256 guardas nacionais são destacados.¹²⁷

Para se ter uma idéia do que deveria ser a dimensão ideal do exército na província, de modo a dar conta de sua tarefa de guarnecer uma longa fronteira com dois países, basta citar Luiz D’Alincourt que relatou a presença de um exército com 3098 praças na província em

¹²⁴ Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, o Exmo. Sr. Conselheiro Herculano Ferreira Penna, ao passar administração da mesma ao Exmo. 1º Vice-Presidente, Chefe de Esquadra Augusto Leverger (Daqui em diante, Relatório de Transmissão de Cargo de 1863). P. 07.

¹²⁵ Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, o Capitão de Mar e Guerra Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinaria da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1853 (Daqui em diante, Relatório de 1853). P. 09-10.

¹²⁶ Relatório de 1863. Op. cit., p. 11-13.

¹²⁷ Relatório de 1856. Op. cit., p. 09; Relatório de 1859. Op. cit., p. 09.

1818.¹²⁸ Quarenta anos depois, as mesmas tarefas deveriam ser cumpridas por um exército com a metade de seus efetivos.

Ainda em relação à atuação da força de linha e da Guarda Nacional, cumpre registrar que em alguns momentos, ambas foram utilizadas em conjunto no ataque aos quilombos existentes em Mato Grosso. Ou seja, duas instituições cujo desenvolvimento se opunham, eram utilizadas em conjunto na manutenção da escravidão, a instituição central na contradição que acima apontamos.

Em 1860 foi organizada uma expedição contra quilombos situados na região de Villa Maria. Essa expedição era composta por dois oficiais, 27 guardas nacionais, 24 praças de primeira linha e dois índios “trilhadores”. Dessa expedição resultou a destruição de dois quilombos e a prisão de 33 pessoas, sendo 21 escravos e 12 pessoas livres.¹²⁹

Há ainda outra contradição a ser destacada. Até 1859 não havia uma força policial na província. As suas tarefas eram desempenhadas pelas forças de linha ou, na sua falta, pela Guarda Nacional. Mesmo após a sua criação, a força policial era diminuta. Composta inicialmente por 26 praças, não passou desse contingente por um longo período. As justificativas para o seu reduzido número também eram de ordem financeira: a falta de recursos para um efetivo maior.¹³⁰

Podemos observar, em sua devida gradação, que a oposição existente entre a constituição de um exército profissional e a Guarda Nacional, que se desenvolve a nível geral do Império, também pode ser verificado em relação à constituição da força policial no plano local.

Em ambas, há um processo de resistência do poder privado ao poder público, ao Estado, cujo avanço é eivado de contradições que progressivamente terão que ser resolvidas. Essas contradições, mais tarde, trarão consequências graves.

Como veremos, a Guerra do Paraguai vai expor de forma inequívoca a fragilidade da defesa da província de Mato Grosso, que era também parte da fragilidade de defesa de todo o Império na região do Prata.

¹²⁸ Luiz D’Alincour. *Memória Sobre a Viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá*. P. 195.

¹²⁹ Relatório de 1861. Op. cit., p. 21-22.

¹³⁰ Relatório de 1859. Op. cit., p. 10; Relatório de 1860. Op. cit., p.09.

Mas, insistimos, essa é uma questão mais ampla. Analisando os fundamentos da “Questão Militar” no processo de crise do Império, Wilma Peres Costa diz que ,

*“...A contradição orgânica do Estado Imperial, portanto, o que torna a questão militar estrutural na dupla dimensão aqui analisada, é a de ser um Estado que não pode desenvolver forças armadas profissionais para defender seus interesses últimos, e ao mesmo só poder existir como ‘Império’, isto é, fadado a uma belicosidade crônica”.*¹³¹

Como procuramos demonstrar, essa contradição também estava presente na província de Mato Grosso, realçada por sua localização em uma região de fronteira.

Uma elemento fundamental no processo de construção e afirmação do Estado, a estruturação do aparelho judiciário na província de Mato Grosso se alterou bastante no período que estamos tratando.

Ao longo do período que vimos tratando, ocorreu um importante avanço na estrutura judiciária da província de Mato Grosso. Isso pode ser auferido pela extensão da magistratura a todas as freguesias da província e o seu exercício por um magistrado com o título de bacharel. Mas é preciso ir com prudência, sempre reafirmando que tal avanço, se por um lado era sinal da presença do Estado se desenvolvendo no sentido de se tornar árbitro dos conflitos no interior da elite agrária, a sua fragilidade era expressão das contradições existentes.

A ação do judiciário não poderia se efetivar se tivesse não só os meios legais para atuar como árbitro entre os conflitos e atuar como garantidores da ordem jurídica, mas também os meios coercitivos necessários para isso. Essa condição estava ausente na província de Mato Grosso. Em primeiro lugar pela ausência de uma força policial da província; em segundo lugar, como decorrência da primeira, porque as tarefas de força policial eram executadas pela Guarda Nacional, uma força privada, o que colocava os magistrados virtualmente nas mãos dos potentados locais.

Mesmo após a criação da força policial, em função do pequeno número de seus integrantes, a sua atuação se limitava à capital da província.

Assim, a implantação do aparelho judiciário, mesmo com as características que procuramos realçar, foi difícil. Um dos problemas mais lembrados pelos presidentes da

¹³¹ Wilma Peres Costa. Op. cit., p. 283.

provincia era a ausência de magistrados com o título de bacharel, habilitados para o exercício do cargo de juiz. Em alguns momentos não havia na provincia um só juiz com o título de bacharel, o que levava o governo provincial a pedir “providências” ao governo geral.¹³²

A presença de bacharéis como titulares das comarcas da provincia e dos termos em que estas estavam divididas, aparecia nos relatórios dos presidentes como uma espécie de garantia de isenção por parte do judiciário, isenção essa, como vimos, difícil de acontecer.

Por outro lado é compreensível a dificuldade de encontrar bacharéis, em geral formados em grandes centros como São Paulo ou Olinda, dispostos a se deslocarem para o interior da provincia de Mato Grosso. A possibilidade de fazer carreira no judiciário ou, e daí, a carreira política, era o elemento propulsor que talvez ajude a explicar como, apesar dessas dificuldades, os cargos no judiciário, mesmo em lugares mais distantes, acabaram por serem preenchidos.¹³³

As reclamações e solicitações ao governo imperial no sentido de enviar bacharéis para exercer o cargo de juiz parece ter surtido efeito. Ao final do período, o avanço na ocupação de cargos de juiz de direito e juiz municipal por parte de bacharéis estava praticamente resolvido, apesar dos problemas relacionados à locomoção dos mesmos, que, por vezes significava o atraso no julgamento de processos e a não realização de tribunais de júri.¹³⁴ A reclamação de bacharéis passou a ser feita agora para os ocupantes dos cargos de promotor, ainda ocupados por leigos.¹³⁵

Mas o avanço permitiu inclusive a criação de uma nova Comarca na sua região sul, em 1859. Com isso, a provincia passava a ter três comarcas.¹³⁶

Na provincia de Mato Grosso, os 15 anos que se abre com 1850 se caracterizam por uma evolução importante, como expressão das transformações por que passava o Império no período.

Isso, todavia, não esconde as peculiaridades que são características próprias daquela provincia, por sua localização geográfica e política: afastada dos centros de decisão, de difícil acesso e localizada em uma região da fronteira conflituosa do Império.

¹³² Relatório de 1853. Op. cit., p. 18-19.

¹³³ Sobre a carreira no judiciário, ver José Murilo de Carvalho. Op. cit., p. 156-165.

¹³⁴ Relatório de 1863. Op. cit., p. 05.

¹³⁵ Relatório de 1860. Op. cit., p. 10.

Podemos observar que, do ponto de vista econômico e social, havia um esforço no sentido de estruturar a organização do Estado, permitindo o seu enraizamento nas diversas regiões da província.

Mas, ao contrário da constatação de Ilmar Mattos, que identificou o desenvolvimento da aplicação da orientação política Saquarema na província do Rio de Janeiro, berço da elite política imperial e centro da aristocracia cafeeira do período, não constatamos resultado efetivo dessa política na província de Mato Grosso. Ao contrário, é possível verificar as dificuldades na aplicação dessa orientação política geral, perceptível, por exemplo, no judiciário e na polícia, instrumentos clássicos do Estado moderno. Isso comprova o caráter macrocéfalo do Estado imperial que, se era forte no centro, ia progressivamente perdendo força na medida que se afastava para a periferia, onde não encontrava canais onde uma orientação política geral pudesse “derramar” para a sociedade.¹³⁷

Por outro lado, isso não impediu que mecanismos próprios e, talvez, originais se desenvolvessem em Mato Grosso, como foi o caso da obrigatoriedade da comercialização nos mercados, o que permitiu o aumento da arrecadação de impostos.

É, no entanto, possível verificar na província de Mato Grosso, o desenvolvimento das contradições que caracterizam o Estado imperial, acentuadas no caso da chamada “Questão Militar”, pela localização da província na fronteira do Império.

Tal questão, como dissemos, não é específica, mas parte da contradição maior do Estado imperial, que a ligava à escravidão, ao monopólio da propriedade da terra e à manutenção da unidade territorial do Império.

O período que vai de 1850 a 1864, na província de Mato Grosso marca o início de uma nova fase econômica, com o desenvolvimento do comércio e da pecuária. Acreditamos que o fator mais importante que permite o avanço econômico da província foi a abertura da navegação do rio Paraguai, em 1858. Esse foi o fator que determina os demais, abrindo a via para a forte penetração do capital mercantil que vai se desenvolver a partir da vila de Corumbá. Também permitirá o desenvolvimento de instalações militares que ajudarão a drenar para a província recursos que ela não possuía e que alimentará o seu setor comercial.

¹³⁶ Relatório de 1859. Op. cit., p. 39.

¹³⁷ Ilmar Rohloff de Mattos. Op. cit., p. 183-207; José Murilo de carvalho. Op. cit., p. 137.

Capítulo 2

A GUERRA DO PARAGUAI E A PROVÍNCIA DE MATO GROSSO

1- A POLÍTICA EXTERNA DO IMPÉRIO ÀS VÉSPERAS DA GUERRA DO PARAGUAI

A política externa desenvolvida pelo Império na região do Prata inseria-se em um amplo quadro de tensões, que eram parte integrante da formação dos Estados Nacionais naquela região. Esse processo envolvia várias dimensões conflitivas, com a emergência de diversas possibilidades de formação de centros políticos na região que formara, no período colonial, o Vice Reinado do Rio da Prata. Alternativas unitárias e federais se digladiavam na porção mais importante daquele território e que veio a se consolidar como República Argentina a partir de 1853, embora as lutas pela consolidação e legitimação do domínio de Buenos Aires se estendessem até a década de 1870. Ao mesmo tempo as duas porções que se destacaram daquele território e formaram países autônomos (o Uruguai em 1828 e o Paraguai, desde 1810), permaneceram, de certa forma, nas cogitações dos que propugnavam a recomposição do território do Vice-Reino do Rio da Prata, pelo menos até a queda de Rosas, em 1852. As dificuldades da política brasileira naquela região constantemente conflitada advinham de múltiplas questões, em particular do convívio em fronteiras vivas e não delimitadas oficialmente, de regimes sociais e políticos antagônicos, como a escravidão e o trabalho livre, a monarquia e a república. Ela se pautava, por dois princípios principais: o veto a todos os movimentos que visassem a reunificação dos territórios do Vice Reinado do Rio da Prata e a defesa da livre navegação do Rio Paraguai.¹³⁸

A política platina do Império no período se caracterizava por uma beligerância constante, da qual a Guerra do Paraguai foi o momento mais agudo. A Guerra do Paraguai vai expor as entranhas do Império e nesse período teremos o início da crise cujo desfecho será a proclamação da República. Há um debate historiográfico relacionado com o momento

¹³⁸ A respeito ver Wilma Peres Costa: *A Espada de Dâmocles*. P. 73-108; Demétrio Magnoli: *O Corpo da Pátria*. P. 133-174.

mais importante que teria provocado o início do “plano inclinado” cujo desfecho seria o fim da monarquia.¹³⁹

Para Joaquim Nabuco, a Guerra do Paraguai “... marca o apogeu do Império, mas também procedem dela as causas principais da decadência e da queda da monarquia: o aspecto e o desenvolvimento do Prata com a fascinação que ele exerce; o ascendente militar; o americanismo; ... a própria emancipação dos escravos que por diversos modos se prende à guerra; ...a propaganda republicana”.¹⁴⁰

Oliveira Vianna diz que a decadência do Império liga-se também a elementos que se originaram na guerra, particularmente nos acontecimentos que se dão entre “...a queda do gabinete Zacarias em 1868 ao manifesto republicano de 1870”.¹⁴¹

Para José Maria Bello, a Guerra do Paraguai é uma baliza.¹⁴²

Wilma Peres Costa, ao discutir a questão, mostra a importância que teve a Guerra do Paraguai para o início da derrocada da monarquia e procura estudar seus efeitos internos sobre o Estado Imperial. Dessa forma, a escravidão, a organização política, a questão militar, a unidade territorial, eram componentes de um todo, que estavam relacionados entre si e que apareceriam de forma destacada no período da guerra.¹⁴³

Não pretendemos tratar aqui do conflito em si, mas dos aspectos que afetam a província do Mato Grosso.¹⁴⁴ Nesse sentido, como procuramos demonstrar no capítulo anterior, a questão central é a virtual inacessibilidade da província sem a livre navegação do Rio Paraguai. A própria territorialidade do Estado Brasileiro, portanto, fez da questão da livre navegação do Paraguai um ponto chave nos movimentos desenvolvidos pelo Império no Prata.

Durante o gabinete dirigido diretamente pelos Saquaremas o Brasil interveio vitoriosamente na Argentina, na luta contra Rosas, que estava no poder desde 1835.¹⁴⁵ O formulador da política externa imperial nesse período foi Paulino José Soares de Souza, o

¹³⁹ Sobre o “plano inclinado” do Império ver a análise de Joaquim Nabuco. Op. cit., p. 752.

¹⁴⁰ Idem, p. 511.

¹⁴¹ Oliveira Vianna. *O Ocaso do Império*. P. 16.

¹⁴² José Maria Bello. *História da República*. P. 1-13.

¹⁴³ Wilma Peres Costa. Op. cit. Ver especialmente os capítulos I e II.

¹⁴⁴ Wilma Peres Costa. Op. cit., p. 73-108.

¹⁴⁵ Sobre a luta do Império contra Rosas ver João Pandiá Calogeras. *História das Relações Exteriores do Império. Da Regência à Queda de Rosas*. P. 461-590.

Visconde do Uruguai. Suas diretrizes nortearão por um longo período a política externa do Império.

A vitória contra Rosas é vista como um passo importante no sentido da livre-navegação e da consolidação da Independência do Paraguai. Ela permite ao Brasil assinar em 1856 um tratado de amizade, comércio e navegação com a Argentina, que abria à livre navegação das embarcações os rios Paraná, Uruguai e Paraguai, na parte comum entre os dois países.¹⁴⁶

No mesmo ano, o governo imperial assinou com o Paraguai um tratado semelhante, não cumprido em sua integridade por Carlos Lopes. Em 1858, o Visconde do Rio Branco assinou em nome do Brasil, em Assunção, um novo tratado, aditivo ao primeiro, desta vez cumprido pelo Paraguai.

Até esse ano a diplomacia imperial se viu às voltas com tentativas de liberar a navegação do rio Paraguai. Essa questão é importante porque afeta diretamente a província de Mato Grosso. Em primeiro lugar pela sua localização, com seu território fazendo parte de uma região de fronteira do Império com a Bolívia e o Paraguai. Em segundo lugar porque Mato Grosso tinha grandes dificuldades de comunicação terrestre com outras regiões do Império, principalmente com a Corte. A ligação mais rápida do Rio de Janeiro com Mato Grosso passou a depender, a partir de 1858, da navegação pelos rios Paraguai e Paraná, que passam pelo território do Paraguai e Argentina e estavam, portanto, fora do controle do Brasil. Por outro lado, os trajetos por terra eram inseguros, demorados e de difícil percurso.

Essas duas características da província de Mato Grosso praticamente se somam quando se inicia a Guerra do Paraguai, porque estavam intimamente relacionados.

O que dificultava a solução para a liberação pela república do Paraguai da navegação que permitiria o acesso mais rápido à província de Mato Grosso, era o desejo do governo paraguaio de que essa questão fosse tratada em conjunto com a solução das pendências relacionadas à demarcação de fronteira. Esse encaminhamento sempre foi negado pelo governo imperial, porque envolvia um complicado jogo com a Argentina e o Uruguai com os

¹⁴⁶ Wilma Peres Costa. *Op. cit.*, p. 113.

quais o Brasil também tinha pendências relacionadas com a demarcação de fronteiras além de constantes suspeitas relacionadas à geopolítica na região.¹⁴⁷

Até certo ponto podemos concluir que a diplomacia imperial foi eficiente na formulação de uma jurisprudência que terminaria por lhe ser favorável, baseada no princípio do *uti-possidetis* e no direito de que o ribeirão inferior tinha precedência sobre o superior na liberdade de navegação pelos rios que cortam seu território. Essa posição fora consolidada principalmente no interesse em defender a região amazônica através do impedimento da criação de companhias estrangeiras de navegação na região. É preciso lembrar que em plena Guerra do Paraguai, o governo imperial abre a navegação do rio Amazonas a todas as nações, procurando romper com toda dubiedade sobre o assunto e se cobrir de jurisprudência necessária para encontrar uma saída positiva para a questão em disputa no Prata.¹⁴⁸

Quando começou a Guerra do Paraguai, a questão do acesso a Mato Grosso se tornou novamente um problema evidente, revelando o isolamento em que se encontrava aquela província do centro do Império e a dependência em relação a outros países para chegar àquela região do território imperial.

2- A INVASÃO DE MATO GROSSO

A ocupação de Mato Grosso por tropas paraguaias foi realizada sem que efetivamente encontrasse resistência.

A ausência de resistência ao avanço das tropas paraguaias pode ser medida pelo tempo que elas levaram para subir o rio Paraguai e ocupar a região sul da província e rapidamente colocar em questão a ocupação de Cuiabá. Em pouco mais de dez dias os paraguaios ocupavam praticamente toda a região sul da província de Mato Grosso.

O fator surpresa é um componente importante na guerra. Mas no caso da Guerra do Paraguai, a surpresa veio, em primeiro lugar, como um componente político, antes do componente militar.

¹⁴⁷ Idem, p. 113-118.

¹⁴⁸ Sobre os debates e diferentes posições durante o terceiro gabinete Zacarias a respeito da abertura da navegação do Amazonas e suas relações com as pretensões brasileiras no Prata, ver Joaquim Nabuco, Op. cit., p. 688-693. Ver ainda a polémica de Tavares Bastos. *Cartas do Solitário*, p.101-239.

Podemos afirmar dessa forma diante da surpresa que tomou conta do Império quando o vapor *Marquês de Olinda* foi retido no Paraguai, sua tripulação presa e sua carga confiscada. Em seguida veio a invasão de Mato Grosso.¹⁴⁹

Essa surpresa tinha fundamento. Afinal o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência do Paraguai, em 1844. Com o desenvolvimento dos conflitos contra Rosas e Oribe, o Brasil aparecerá como garantidor da independência do Paraguai, contra o objetivo real ou imaginário daqueles caudilhos argentino e uruguaio de restabelecimento do antigo Vice-Reino do Rio da Prata, que envolveria o Paraguai e o Uruguai, além da própria Argentina.¹⁵⁰

Mais tarde após a derrota de Rosas e com os acordos de navegação com a Argentina e o Paraguai, a calma tinha voltado à região e a província de Mato Grosso pode, finalmente, gozar das facilidades de uma ligação rápida com o litoral e a Corte.

Mesmo após a demonstração de força de ambos os lados durante as negociações para a assinatura do tratado de livre navegação entre o Brasil e o Paraguai, parece não ter havido temor de um confronto imediato. No entanto, o episódio gerou desconfiança por parte do governo imperial.

No período de negociação a tensão militar na região aumentou. Leverger, então presidente da província de Mato Grosso, reconheceu em correspondência ao visconde de Rio Branco, a superioridade militar do Paraguai e a capacidade deste em bloquear a navegação. Por esse motivo discordou da idéia de Rio Branco de ocupar a localidade de Fecho dos Morros como forma de pressionar Carlos Lopes. Como vimos no capítulo anterior, logo após a abertura da navegação começa o processo de reforço das instalações militares da província, com as mesmas passando a se concentrar em Corumbá.¹⁵¹ Era o reconhecimento da debilidade militar da província e sua incapacidade de enfrentar uma eventual guerra com o vizinho Paraguai.

Os acontecimentos no Prata, principalmente frente ao desenrolar da situação interna no Uruguai, em cuja disputa intervinha mais uma vez, fizeram crer ao governo imperial da

¹⁴⁹ Ver os comentários de Joaquim Nabuco. *Op. cit.*, p., 509.

¹⁵⁰ Wilma Peres Costa. *Op. cit.*, p. 102-108.

necessidade de se precaver diante das ameaças de Solano Lopes.¹⁵² Nesse sentido, o da precaução, é que foi, mais uma vez, enviado um militar para ser o presidente da província de Mato Grosso. Segundo Joaquim Nabuco, Frederico Carneiro de Campos foi “...encarregado de organizar a defesa daquela província do oeste do Brasil contra algum golpe súbito do Paraguai.”¹⁵³

À retenção do vapor Marquês de Olinda e a prisão do presidente nomeado para a província de Mato Grosso, Frederico Carneiro de Campos, e demais tripulantes, seguiu-se a invasão do território de Mato Grosso.

A invasão do território matogrossense se deu por terra e por rio, em três frentes.

A força paraguaia que veio pelo rio Paraguai atacou o forte de Coimbra em 27 de dezembro de 1864. A guarnição local, pequena e mal armada, resistiu até a noite seguinte e abandonou o forte, rumo a Corumbá. Esta, por sua vez, cairia em poder das forças paraguaias em 3 de janeiro de 1865. Após perseguir as forças militares e os civis que as seguiram, os paraguaios prosseguiram rio acima até a foz do rio São Lourenço.

As forças brasileiras, perseguidas, tomaram dois cursos; uma parte seguiu de barco até Cuiabá; a outra parte, em fuga, seguiu por terra, atravessando os pantanais da região, até chegar em Cuiabá no final de abril.

A segunda força paraguaia entrou por terra e, após atravessar o rio Apa, atacou as colônias militares de Miranda e Nioac.

A terceira força atravessou a região fronteira e atacou a colônia militar de Dourados. Miranda, Nioac e Dourados sucumbiram sem oferecer grandes danos aos paraguaios.¹⁵⁴

Em abril os paraguaios se apoderaram da povoação de Coxim, no ponto mais alto de navegação do rio Taquari, já no centro da província.

Dessa rápida descrição da ocupação de Mato Grosso fica uma indagação importante: Por que as forças paraguaias não seguiram em frente e não ocuparam Cuiabá, Vila Maria e

¹⁵¹ Durante as negociações, Augusto Leverger, então presidente da província, permaneceu dezoito meses próximo à fronteira com o Paraguai, em Coimbra, no comando das forças militares de Mato Grosso. Relatório de 1856, p. 03. A resposta de Leverger a Rio Branco está em Virgílio Corrêa Filho. *História de Mato Grosso*, p. 537-538.

¹⁵² Sobre a intervenção do Brasil na disputa interna no Uruguai, ver Joaquim Nabuco. *Op. cit.*, p., 483-508. Ver também Wilma Peres Costa. *Op. cit.*, p. 109-141.

¹⁵³ Joaquim Nabuco. *Op. cit.*, p. 509.

¹⁵⁴ Raul Silveira de Mello. *A Epopéia de Antônio João*. P. 275-361.

outras povoações mais ao norte, o que seria plenamente possível diante das facilidades com que avançaram na região sul da província?

Fazer essa pergunta é pertinente diante da conhecida debandada das forças militares brasileiras de Corumbá, frente o avanço dos paraguaios, e diante do pânico e, novamente, da debandada nas forças militares chamadas a defender Cuiabá, quando chegou uma informação de que os paraguaios estavam subindo o rio Cuiabá para atacar a capital.¹⁵⁵

Se, alguns meses mais tarde a vazante do rio Cuiabá pôde funcionar como um argumento para justificar a contenção dos paraguaios na região sul da província, esse argumento não serve para justificar a sua contenção em janeiro, logo após a ocupação de Corumbá, quando os rios da região norte estão em sua fase ascendente, tendo inclusive Cuiabá sido varrida por um temporal no primeiro dia do ano de 1865, que deixaria desabrigada parte de sua população e seria interpretado como um aviso divino de que dias piores estavam por vir.¹⁵⁶ Em fevereiro daquele ano uma grande enchente provocaria grandes danos na cidade e a perda de plantações localizadas às margens do rio Cuiabá.¹⁵⁷ De qualquer forma a insegurança e a incerteza quanto a um possível ataque paraguaio prosseguiram até o final de 1865.¹⁵⁸ Essa insegurança e incerteza podem ser medidas pelo alarma provocado na capital pela notícia de que a tomada de Coxim teria sido efetuada pela vanguarda de uma expedição paraguaia de seis a oito mil soldados e que poderia atacar Cuiabá.¹⁵⁹ Mas o ataque a Cuiabá não aconteceu e os paraguaios se mantiveram apenas na parte sul da província. (Ver mapa anexo)

Uma explicação para essa estratégia pode ser a de que os paraguaios já estivessem pensando desde o início em realizar uma operação limitada na província de Mato Grosso, objetivando ocupar a parte da província que julgava ser parte de seu território e suas adjacências. Não deveria utilizar nessa operação o grosso de suas tropas que seria reservada para outra frente de batalha, no sul, que começaria depois e exigiria muito mais de suas forças.

¹⁵⁵ Virgílio Corrêa Filho. *História de Mato Grosso*. P. 539-541. Relatório do Vice-Presidente da Província de Mato Grosso, Chefe de Esquadra Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 17 de outubro de 1865 (Daqui em diante, Relatório de 1865). P. 04-05.

¹⁵⁶ Virgílio Corrêa Filho. Op. cit., p. 540.

¹⁵⁷ Relatório de 1865. Op. cit., p. 18.

¹⁵⁸ Idem, p. 18.

Invadindo o sul da província de Mato Grosso, o Paraguai ocuparia as terras que julgava ser parte de seu território, ganhando posição para uma possível negociação futura e, ao mesmo tempo, se cobria de uma retaguarda militar ao norte, evitando qualquer surpresa durante o período em que estivesse envolvido com as operações na frente sul.

Após a ocupação do sul da província de Mato Grosso, o governo do Paraguai organizou aquela região como uma província paraguaia, dando-lhe o nome de Mbotetei e tendo como sede a vila de Corumbá.¹⁶⁰

Dessa forma, a ocupação do sul de Mato Grosso foi uma operação de conteúdo político e militar. A rapidez com que realizou a ocupação do sul de Mato Grosso revelou, de forma cabal, a fragilidade da defesa do Império.

3- A FRAGILIDADE DA DEFESA MILITAR DA PROVÍNCIA E SUAS ORIGENS

A descrição que fizemos da ocupação de Mato Grosso nos permite lançar luzes sobre algumas questões importantes e que normalmente passam ao largo de determinados setores historiográficos, ciosos em realçar os vultos e atos heróicos ocorridos durante a guerra.

O que aconteceu com as guarnições militares existentes na região ocupada? Qual foi a ação das forças militares estacionadas na província diante do avanço das tropas paraguaias? Como se comportou a “briosa” Guarda Nacional?

Como destacamos anteriormente, havia uma fragilidade militar na província de Mato Grosso, marcada pela insuficiência no número de soldados necessários para a guarnição de extensa fronteira, bem como pelos problemas de recrutamento e organização militar e que se ligavam às próprias características das forças armadas no conjunto do Império. Esses problemas, como também destacamos, tinham relação com a própria ordem política em vigor e com suas instituições, em particular com a escravidão. Todos esses problemas se revelaram de forma candente quando a guerra começou.

O primeiro confronto entre as tropas paraguaias e o exército brasileiro aconteceu no forte Coimbra, em 27 de dezembro de 1864. Aquela fortaleza, construída no século XVIII,

¹⁵⁹ Idem, p. 10.

¹⁶⁰ Virgílio Corrêa Filho. *Op. cit.*, p. 76.

localizada em um ponto estratégico do rio Paraguai e próximo à fronteira com o Paraguai, era guarnecida por uma força de cerca de 150 soldados, mal armados e com pouca munição. Essa guarnição, segundo Leverger, “era apenas suficiente para a policia do mesmo Distrito em tempo de paz”.¹⁶¹

Confrontada com uma força dez vezes maior, a guarnição de Coimbra resistiu por cerca de dois dias. Durante a noite entre 28 e 29 seguintes se retirou para Corumbá, onde estavam localizados dois estabelecimentos militares, sendo um do exército e outro da marinha. Também estavam estacionados em Corumbá quatro barcos a vapor da marinha.

A vila de Corumbá, onde se concentrava considerável número de soldados, do total existente na província, foi evacuada pelas forças militares brasileiras sem oferecer qualquer resistência aos paraguaios, assim que chegaram os retirantes de Coimbra trazendo o alerta da invasão e da subida de uma força paraguaia pelo rio Paraguai. Retiraram-se os soldados e oficiais, bem como parte de sua população civil. Essa retirada foi dirigida pelo comandante de armas da província, coronel Carlos Augusto de Oliveira e pelo comandante da guarnição local, coronel Carlos de Moraes Camisão.¹⁶²

Abandonando a vila de Corumbá às pressas, sem organização e sem dar assistência aos civis, o exército deixou a população local que não fugiu à mercê de saqueadores que atuaram antes da chegada das tropas paraguaias.¹⁶³ Quando estas chegaram, completaram a destruição da cidade. A diminuta população que permaneceu na vila sofreu toda sorte de privações, sendo muitos de seus membros levados prisioneiros para Assunção.¹⁶⁴ Outros, acusados de espionagem durante a guerra, seriam fuzilados pelos paraguaios.¹⁶⁵

Parte da população que acompanhou as forças brasileiras na retirada de Corumbá, acabou por ter que completar o trajeto até Cuiabá por terra, atravessando pantanais, com

¹⁶¹ Relatório de 1865. Op. cit., p. 04

¹⁶² Idem, p. 08.

¹⁶³ Virgílio Corrêa Filho. Op. cit., p. 567-568. Lúcia Salsa Corrêa. *Corumbá: Um Núcleo Comercial na Fronteira de Mato Grosso (1870-1914)*. P. 47. Rubens de Mendonça. *História de Mato Grosso*. P. 43.

¹⁶⁴ Relatório de 1865. Op. cit., p. 09. Lúcia Salsa Corrêa. Op. cit., p. 47

¹⁶⁵ Relatório do Vice-Presidente da Província de Mato Grosso, Tenente-Coronel Albano de Souza Osório, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 04 de julho de 1866. (Daqui em diante, Relatório de 1866). P. 04-05.

fome, medo e só chegando em seu destino no final de abril, quase quatro meses depois do início da retirada.¹⁶⁶

Depois de se apoderar de Corumbá, os paraguaios passaram a controlar os rios da região sul da província, da foz do São Lourenço para baixo.¹⁶⁷

A outra parte das tropas paraguaias entrou na província de Mato Grosso atravessando o rio Apa e a fronteira, apoderando-se das guarnições militares de Dourados e Miranda e ocupando a vila de Miranda e outras povoações menores do sul da província. Na tomada da guarnição de Dourados enfrentou pequena resistência dos 15 soldados que lá se encontravam, comandadas pelo tenente Antônio João, e que sucumbiram frente a um batalhão paraguaio de cerca de 220 cavaleiros.¹⁶⁸ A historiografia, principalmente aquela de origem local ou de origem militar, apresenta esse episódio como um ato de heroísmo.¹⁶⁹ Voltaremos a ele mais à frente para analisa-lo de outro ponto de vista.

Essa força militar paraguaia passou a controlar a região sudoeste da província, se apoderando do gado e destruindo as fazendas e sítios da região, até a pequena povoação de Coxim às margens do rio Taquari. Os habitantes dessa região ou fugiam, a maioria para o leste, em direção a Minas e São Paulo, ou caíam em mãos dos paraguaios.¹⁷⁰

O proprietário de uma dessas fazendas, o Barão de Vila Maria, foi o primeiro a avisar o Império da invasão de Mato Grosso pelas tropas do Paraguai.¹⁷¹

Quando as notícias vindas do sul da província chegaram a Cuiabá, o pânico tomou conta da população. Muitas famílias, assustadas, retiraram-se da cidade “espavoridas”.¹⁷²

Esse comportamento da população da capital provincial se justifica. Sua confiança na capacidade defensiva das forças militares diante do exército paraguaio era pequena. Afinal Corumbá, que era uma vila defendida por um batalhão do exército, por quatro vapores da marinha e onde se encontrava o comandante de armas da província, havia sido abandonada

¹⁶⁶ Relatório de 1865. Op. cit., p. 09.

¹⁶⁷ Relatório de 1866. Op. cit., p. 03.

¹⁶⁸ Relatório de 1866. Op. cit., p. 10; Raul Silveira de Mello diz que a força paraguaia que atacou Dourados era composta de 365 soldados, o que só reforça a nossa argumentação. Raul Silveira de Mello. Op. cit., p. 343-348.

¹⁶⁹ Ver Virgílio Corrêa Filho. Op. cit., p. 539; Rubens de Mendonça. Op. cit., p. 42-43; Raul Silveira de Mello. Op. cit., p. 349-395.

¹⁷⁰ Relatório de 1865. Op. cit., p. 11.

¹⁷¹ Virgílio Corrêa Filho. *Pantaneais Matogrossenses (Devassamento e Ocupação)*. P. 129.

¹⁷² Relatório de 1865. Op. cit., p. 7.

sem qualquer resistência diante da chegada das tropas do Paraguai, o mesmo poderia se dar com Cuiabá.

Uma demonstração de que essa desconfiança tinha sentido teve a população de Cuiabá com a organização da defesa da cidade, dirigida pelo presidente da província, Manoel Albino de Carvalho, e realizada pelos oficiais de mais alta patente existente na província. Foi construída uma pequena fortificação para a defesa da cidade, em uma colina localizada junto ao rio Cuiabá, próximo à capital, chamada colina do Melgaço. A fortificação foi armada e pequenos barcos a vapor foram também armados e colocados em suas proximidades. Essa defesa tinha como objetivo dar o primeiro combate às tropas paraguaias caso estas viessem a subir o rio Cuiabá com o objetivo de atacar a capital da província.

Mas, diante da informação de que os paraguaios já controlavam a barra do rio Cuiabá e se preparavam para subir o rio e atacar a capital, tal defesa se desfez rapidamente e a tropa que ali se entrincheirou abandonou o local, por decisão de seus chefes militares.¹⁷³

A retomada da organização da defesa de Cuiabá somente se deu com a atuação de Augusto Leverger, nomeado comandante geral das forças militares da província.¹⁷⁴ Essa retomada da organização militar tinha a ver com a autoridade de Leverger, que não estava no serviço ativo e não foi atingido pela desmoralização geral dos demais comandantes militares da província, frente os acontecimentos de Corumbá e de Cuiabá. Essa desmoralização atingia até o presidente da província, o general Alexandre Manoel Albino de Carvalho, que seria substituído alguns meses depois pelo próprio Leverger.¹⁷⁵

Coube então a Leverger iniciar a reorganização das forças militares da província, com vistas não só a defender Cuiabá e demais vilas e povoações do norte de Mato Grosso, como tentar retomar mais tarde o território ocupado.

Para realizar essa tarefa, Leverger teve que partir do quadro caótico em que se encontrava o exército local bem como a desorganização em que também se encontrava a Guarda Nacional.¹⁷⁶ Para isso procurou se apoiar nos decretos imperiais, principalmente

¹⁷³ Virgílio Corrêa Filho. *Op. cit.*, p. 541. Leverger, em seu relatório, deixa de lado tal fato, preferindo se concentrar na fase em que ele assumiu o comando de armas e começou a organizar uma defesa para a capital da província. Relatório de 1865. *Op. cit.*, p. 7-10.

¹⁷⁴ Virgílio Corrêa Filho. *Op. cit.*, p. 542.

¹⁷⁵ Leverger assumiria interinamente a presidência da província em 9 de agosto de 1865.

¹⁷⁶ Relatório de 1865. *Op. cit.*, p. 15.

naquele que instituía os corpos de voluntários da pátria.¹⁷⁷ Ao mesmo tempo procurou reorganizar os batalhões da Guarda Nacional, de acordo com a Lei de 1850, que deu nova organização àquela força. Ao iniciar essa tarefa Leverger enfrentará as adversidades da política geral existente no Império e, não conseguindo supera-la, deixará a presidência da província apenas dois meses após a sua posse.

As dificuldades encontradas por Laverger para organizar a força armada na província utilizando-se da lei de 1850, encontrava obstáculos na reação dos chefes políticos da província, que dificultam a constituição dos batalhões da Guarda Nacional e o recrutamento durante as qualificações realizadas pelos comandantes locais daquela instituição. Esses comandantes procuram enviar para a Guarda Nacional recrutas sem condições de atuar militarmente ou que deveriam ficar em suas regiões por serem arrimos de família, serem velhos ou ainda em tenra idade. Ao mesmo tempo procuram preservar aqueles que poderiam, por suas condições, serem efetivamente integrados aos batalhões. Faziam isso com objetivos políticos partidários.¹⁷⁸

Em seu relatório redigido para a transmissão do cargo ao deixar a presidência da província, Leverger aponta sem rodeios o problema.

*“He isto consequencia de principalmente ter sido convertida a Guarda Nacional em instrumento de manejos eleitoraes. Com rarissimas excepções, os Officiaes incumbidos da qualificação, não se importando com a observancia da Lei, alistão, sem distincção, o maior possivel numero de individuos sobre quem possam exercer influencia para levarem ás mezas parochiaes as listas que se lhes distribuem. Attenta V. Exa. a que não alludo a huma ou outra das parcialidades que se alcunham politicas. Em ambas nota-se igualmente a incuria de hum e o mesquinho espirito de partido de outros.”*¹⁷⁹

Leverger trava naquele momento uma disputa com o barão de Aguapeí, ligado ao partido liberal, naquele momento no poder. Era o barão de Aguapeí o acusado mais direto das manobras a que se refere Leverger acima.

¹⁷⁷ Relatório de 1865. Op. cit., p. 15-17.

¹⁷⁸ Relatório apresentado ao Ilmo. e Exmo. Sr. Tenente Coronel Albano de Souza Osorio, Vice-Presidente da Província de Mato Grosso, pelo Presidente, Chefe de Esquadra Barão de Melgaço, ao entregar a administração da mesma província em 8 de maio de 1866 (Daqui em diante, Relatório de Transmissão de 1866). P. 10.

Diante desse quadro, Leverger pede ao Ministério da Justiça, ocupado por Nabuco de Araújo, a demissão do barão de Aguapeí do cargo de comandante da Guarda Nacional porque este ato “convém ao serviço público”. Leverger solicita ainda que ele acumule o cargo de presidente com o de comandante da Guarda Nacional na província.¹⁸⁰

Seu pedido não foi aceito por Nabuco e Leverger pediu demissão. A decisão do ministério foi tomada com o argumento de que seria rigorosa em relação à guerra e que a demissão do barão de Aguapeí não teria sido pedida “em termos positivos”. Logo depois, diante da intervenção do visconde do Rio Branco e do próprio imperador, o ministério voltou atrás. Mas já era tarde. O comunicado de Nabuco chegou a Mato Grosso praticamente junto com a queda do ministério Olinda.¹⁸¹

Esse episódio é uma clara demonstração de como a lógica política em vigor no Império atuava sobrepondo-se aos interesses da defesa do país. No caso, o barão de Aguapeí, ligado ao partido liberal, colocava o recrutamento para a Guarda Nacional condicionado aos interesses partidários. E foi mantido no cargo.

Semelhante situação já havia ocorrido alguns meses antes, quando do início da guerra e em outra região do Império. Caxias, cogitado para o comando das forças brasileiras na guerra, colocou algumas exigências para assumir tal posto. Entre essas exigências estava a presidência da província do Rio Grande do Sul e, a partir daí, o controle da Guarda Nacional naquela província. Caxias, naquela ocasião, tinha em mente impedir que o comando da Guarda Nacional, sendo exercido por alguém pertencente ao partido liberal (Caxias era integrante do partido conservador), criasse dificuldades para o recrutamento para a guerra. Tais dificuldades seriam sentidas mais tarde pelo general Osório, também no Rio Grande do Sul, quando tentava formar um corpo do exército destinado a reforçar as forças brasileiras.¹⁸²

Leverger, que em fins de 1865 fora agraciado com o título de Barão de Melgaço, era uma figura respeitada nos meios políticos da Corte, por tudo que já tinha realizado como representante do poder central na província nos anos em que exerceu a presidência, bem como pela confiança que o poder central depositava nele num momento delicado como aquele

¹⁷⁹ *Idem*, p. 11.

¹⁸⁰ Virgílio Corrêa Filho. *História de Mato Grosso*. P. 545.

¹⁸¹ Joaquim Nabuco. *Op. cit.*, p. 587-588.

¹⁸² Sobre esses dois momentos ver Wilma Peres Costa. *Op. cit.*, p. 137-138 e 214-215.

vivido durante a guerra. Entretanto, ele não escapava da lógica política que dominava o Império naquele período. É assim que, com a vitória dos liberais e a ascensão do terceiro gabinete Zacarias, Leverger, historicamente ligado aos conservadores, não poderia ser mantido na presidência da província. Para o seu lugar foi nomeado um liberal, Couto de Magalhães, e o comandante da Guarda Nacional na província, o barão de Aguapeí, motivo do pedido de demissão de Leverger, não só é mantido como nomeado 1^o vice-presidente da província, assumindo o cargo de presidente quando Couto de Magalhães viajou para a Corte.

Couto de Magalhães acumulou a presidência da província de Mato Grosso com a vaga de deputado na Assembléia Geral pela província de Goiás e, em plena guerra, deixou a província de Mato Grosso para participar da sessão legislativa da Assembléia Geral, em 1868.¹⁸³ No Rio de Janeiro verá a queda do terceiro gabinete Zacarias e logo depois deixaria a presidência da província de Mato Grosso. No seu lugar assumiu o 2^o vice-presidente, Albano de Souza Osório.

4- A RETIRADA PARAGUAIA DE MATO GROSSO

Foi durante o período em que Couto de Magalhães esteve na presidência da província que se deu o início da retirada das tropas paraguaias de Mato Grosso.

A ocupação do sul de Mato Grosso se manteve até o final do primeiro semestre de 1867. A retirada dos paraguaios já podia ser verificada desde 1866 quando foram progressivamente abandonado algumas localidades, como Miranda, e se concentrando em outras, como Nioac, Corumbá e Coimbra, além daquelas localidades estratégicas do ponto de vista militar como Dourados e Brilhante.¹⁸⁴

A retomada momentânea de Corumbá foi efetuada em 13 de junho de 1867, em uma operação militar também desastrada e imprudente que trouxe graves conseqüências para os habitantes da província.

Com a participação direta de Couto de Magalhães, os soldados enfrentaram em Corumbá uma tropa paraguaia já desgastada e atacada por uma epidemia de varíola. Após a

¹⁸³ Relatório do Vice-Presidente da Província de Mato Grosso, o Barão de Aguapey na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Pprovincial, em 03 de maio de 1868 (Daqui em diante, Relatório de 1868). P. 3.

¹⁸⁴ Relatório de 1866. Op. cit., p. 4.

retomada da vila, constatada a presença da doença que atacara alguns soldados brasileiros e diante da informação de que uma guarnição paraguaia estava subindo o rio Paraguai para retomar Corumbá, Couto de Magalhães decidiu pela retirada das tropas e pelo seu retorno à Cuiabá. Trazia consigo uma tropa cansada e, principalmente, atacada pela varíola que se alastrou pelas regiões por onde passou, provocando uma grande mortandade em Cuiabá.¹⁸⁵

Os paraguaios retomaram Corumbá de onde se retiraram somente em 1868.¹⁸⁶

A permanência da ocupação da região sul de Mato Grosso, evacuada pelos paraguaios somente após a vitória das forças da Tríplice Aliança em Humaitá, evidencia a incapacidade e, ao mesmo tempo, ausência de decisão política por parte do governo imperial no sentido de retomar a parte sul de Mato Grosso, que estava em poder dos paraguaios.

Joaquim Nabuco, discutindo a questão do recrutamento durante os gabinetes Furtado e Olinda, diz que

“...O gabinete Furtado aproveitara o primeiro impulso da nação ofendida, do país invadido, e o gabinete Olinda também aproveitará o movimento de indignação pela invasão do Rio Grande e de entusiasmo pela partida do Imperador: exterminado, porém, como fora, o exército de Estigarribia, destruída a esquadra paraguaia, o país julgava a sua honra salva, e por causa do trecho deserto de Mato Grosso onde o inimigo se mantinha, não se levantava com o mesmo ímpeto de desforço que à primeira notícia da afronta e à passagem do rio Uruguai.”¹⁸⁷

Ou seja, não havia por parte do governo imperial uma iniciativa efetiva no sentido de recuperar a região sul de Mato Grosso, ocupada por parte dos paraguaios, após a recuperação do território do Rio Grande do Sul. A expedição, que resultará na tentativa fracassada de invadir o Paraguai pelo norte e que redundou no trágico episódio da retirada de Laguna, pode ser inserida nessa posição sem “ímpeto” do governo imperial. A desocupação do sul da

¹⁸⁵ Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, o Chefe de Esquadra Barão de Melgaço, na abertura da seção ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 20 de setembro de 1869 (Daqui em diante, Relatório de 1869). P. 13; Lúcia Salsa Corrêa. Op. cit., p. 48.

¹⁸⁶ Lúcia Salsa Corrêa. Op. cit., p. 48.

¹⁸⁷ Joaquim Nabuco. Op. cit., p. 583.

provincia de Mato Grosso ocorreria então como consequência das ações da Tríplice Aliança na frente sul.¹⁸⁸

Essa avaliação também pode ser corroborada pela crença de que a guerra teria um fim rápido, principalmente depois do desfecho do cerco de Uruguaiana, com a rendição da coluna paraguaia. Segundo Nabuco, “o otimismo é tão pronto como o desânimo; a imaginação é a mesma”.¹⁸⁹ Esse otimismo também estava presente em Leverger que adiou a sessão legislativa provincial de 1866, de maio para julho, “...esperando que até aquela dita época terá cessado o estado de guerra e estará o nosso território livre da presença do inimigo, circunstancias estas de maxima importancia para as deliberações da mesma Assembleia”.¹⁹⁰

Apresentada como um momento de heroísmo e de patriotismo, a retirada de Laguna pode ser definida como uma somatória de erros cujo resultado foi um desastre militar, que tornava patente a fragilidade estratégica da fronteira de Mato Grosso e os riscos, para a própria integridade territorial do Império, além das dificuldades de acesso terrestre para a provincia .

Desde a saída das tropas de São Paulo até a sua chegada a Coxim, essa expedição militar foi marcada pela desorganização. Em Campinas ficou acampada por mais de dois meses, o que irritou o governo central.¹⁹¹ Depois, em Uberaba, nova parada. Ao todo foram quatro meses de atraso. Quando a expedição chegou a Mato Grosso já se iniciava a estação das chuvas.

Em correspondência enviada ao governo central, Leverger pedia que tal expedição deveria vir abastecida. Mato Grosso não teria como abastecer-la de provisões já que na provincia lutavam contra a fome.¹⁹² A expedição percorreu um trajeto diferente do planejado e acabou ficando sem abastecimento, o que provocou a fome na tropa antes da chegada a

¹⁸⁸ A possibilidade de um ataque pelo sul e pelo norte fazia parte dos planos iniciais do Império. O envio de uma expedição a Mato Grosso com orientações dúbias, de defesa e, “...se fosse possível, tomar a ofensiva” (Nabuco), é a prova de tal plano. Taunay diz explicitamente que esse plano existia. Ver Joaquim Nabuco. Op. cit., p. 588; Visconde de Taunay. *A Retirada de Laguna*. P. 31.

¹⁸⁹ Joaquim Nabuco. Op. cit., p. 580.

¹⁹⁰ Relatório de Transmissão de 1866. Op. cit., p. 6.

¹⁹¹ Joaquim Nabuco. Op. cit., p. 583.

¹⁹² Joaquim Nabuco. Op. cit., p. 588.

Coxim.¹⁹³ O abastecimento, além de insuficiente, foi enviado para um local diferente daquele por onde passaria a tropa.

O local indicado para o acampamento das tropas seria Santana do Paranaíba, mais próximo da região sul da província e mais fácil de alcançar a região de Miranda para onde se dirigia. No entanto, a partir de Uberaba a expedição tomou o rumo de Goiás e daí se dirigiu para Coxim. Em Coxim a tropa ficou acampada em local insalubre e sem alimentação suficiente, dispondo em alguns momentos de apenas pequena quantidade de carne.¹⁹⁴

A fome, a falta de comando e de objetivos claros para a expedição, além do desconhecimento de Mato Grosso, provocavam grande número de deserções, que começou já em Campinas e aumentou a partir de Uberaba, dando consequência prática ao então conhecido refrão “Deus é grande, mas o mato ainda maior”.¹⁹⁵

A partir de Coxim, já desgastada pela longa caminhada e com pouco abastecimento, a expedição começa a sua marcha para Miranda através de uma região pantanosa e no período das chuvas de verão. O resultado é bastante conhecido e, acredito, foi bem narrada por Taunay, para quem “...Todos os planos que partiam do Rio de Janeiro eram errados e só patenteavam a incompetência dos que os formulavam e o absoluto desconhecimento das vastíssimas regiões em que havia sido abandonada aos azares da sorte a nossa triste e resumida coluna”.¹⁹⁶

O fato de Taunay narrar de forma fiel a marcha das tropas, seus percalços, seu sofrimento, as decisões tomadas pelos seus comandantes e o sacrifício que lhes foi imposto, bem como a ação das forças paraguaias, nos permite fazer algumas avaliações dessa expedição.

Em primeiro lugar é notável como desde a saída de São Paulo há problemas de comando, relacionados à dicotomia entre as instruções recebidas e as instruções executadas. Orientada a seguir imediatamente, a expedição faz longas paradas em Campinas e Uberaba; orientada a ir para Santana do Paranaíba, vai para Coxim; orientada para ser uma expedição

¹⁹³ Visconde de Taunay. *Marcha das Forças (Expedição de Mato Grosso). 1865-1866. Do Rio de Janeiro ao Coxim*. P. 105.

¹⁹⁴ Relatório de Transmissão de 1866. Op. cit, p. 07. Sobre a fome em Coxim ver Visconde de Taunay. *A Retirada de Laguna*. P. 32.

¹⁹⁵ Visconde de Taunay. *Memórias*. P. 171-179.

¹⁹⁶ Idem, p. 193.

defensiva para a província de Mato Grosso, acabou por ser, com menos de dois mil soldados, uma expedição ofensiva, invadindo o território paraguaio.¹⁹⁷

Em segundo lugar, há um descompasso entre o tipo de armamento utilizado e o ideal para onde a expedição iria atuar, em região de campos e onde a cavalaria desempenhava papel destacado, como bem demonstraram os paraguaios. Além disso, antes de entrar em território do Paraguai já havia falta de munições, o que por si só já indicava a necessidade de avaliar a sua continuidade.¹⁹⁸ Quando da retirada, o quadro só se agravou.

Em terceiro lugar havia um grande desconhecimento do território por onde a tropa estava atravessando, tanto no seu avanço como em sua retirada de Laguna. Esse desconhecimento pode ser medido não só pelo fato de que a expedição era guiada por um morador da região, sem que os engenheiros que a compunham soubessem onde estavam (inclusive o próprio Taunay), como pelo fato do próprio guia José Francisco Lopes acabar se perdendo na região.¹⁹⁹ A expedição em retirada, fustigada pelo inimigo, cansada, com fome e atacada por doenças, só poderia resultar em desastre.

Somam-se a esses fatores, o desconhecimento do que estava acontecendo na frente sul, induzindo a erros de avaliação e revelando que as duas frentes na guerra atuavam sem qualquer ligação.²⁰⁰ Soma-se ainda o fato de que, ao longo da marcha da expedição, desde São Paulo, houve três mudanças de comando que foram efetuadas porquê ou seus comandantes foram substituídos ou porquê morreram: do coronel Manoel Drago para o coronel José Antonio da Fonseca Galvão; após a morte deste por doença, às margens do rio Negro, em pleno Pantanal, pelo coronel Joaquim José de Carvalho e, finalmente, para o coronel Carlos de Moraes Camisão.

Segundo Taunay, o coronel Drago “...parecia o primeiro a acreditar na impraticabilidade ou na inconveniência daquela expedição militar”, o que teria contribuído para a longa parada da expedição em Campinas e Uberaba.²⁰¹

¹⁹⁷ Sobre essa orientação há outra interpretação, como mostramos anteriormente.

¹⁹⁸ Visconde de Taunay. *A Retirada de Laguna*. P. 78.

¹⁹⁹ Idem., p. 94-100.

²⁰⁰ Os retirantes de Laguna só ficaram sabendo dos reveses na frente sul através de um soldado paraguaio feito prisioneiro. Idem, p. 86.

²⁰¹ Visconde de Taunay. *Memórias*. P. 172.

Depositar a responsabilidade pela invasão do território do Paraguai no coronel Camisão, em uma possível tentativa deste de se redimir do fato de ter abandonado Corumbá sem lutar, quando era comandante da guarnição local e os paraguaios atacaram a cidade, pode ser uma explicação simples. No entanto, acreditamos que essa explicação não responde aos problemas que levantamos anteriormente e que não começaram quando o coronel Camisão assumiu o comando da expedição. Os problemas começaram antes, como mostramos.

Um outro episódio, a tomada da colônia militar de Dourados pelos paraguaios, também nos permite analisar a questão.

Colocada diante de um força de 220 cavalarianos paraguaios comandados pelo major Urbietta, que fizeram os 15 integrantes da guarnição?

A racionalidade indicava que em tal caso, diante de “enormíssima desigualdade de forças”,²⁰² a retirada e seu reagrupamento futuro, em melhores condições, seria uma saída tática mais adequada. Ainda mais em uma província com um número já reduzido de soldados, onde qualquer perda desnecessária seria um grande prejuízo. Ao contrário, Antônio João e seus comandados decidem enfrentar os paraguaios e são todos mortos. O que militarmente nos é apresentado como um ato de heroísmo, pode ser tomado como expressão de despreparo militar. Esse problema somente seria superado progressivamente durante a guerra, no calor das batalhas. Não é difícil compreender o significado disso em termos de perdas humanas e materiais.

Há ainda um fato que aparece no relatório de Leverger, quando passa a presidência da província para seu vice-presidente, após pedir demissão em 1866. Após falar da situação das finanças da província, bastante afetada pela desorganização da atividade econômica, com poucas fontes de arrecadação, e da ajuda que recebeu dos cofres gerais, aplicada no pagamento das despesas, diz que essa situação nas finanças da província tem provocado o atraso de até seis meses no pagamento dos vencimentos de alguns corpos militares. No entanto, prossegue Leverger, “...outros corpos estão pagos quasi em dia, porque os seus Commandantes conseguem, por suas relações particulares, que entrem nos cofres da Thesouraria as preciosas quantias com a condição de terem esta especial applicação”.²⁰³

²⁰² É dessa forma que Leverger se refere à desigualdade entre as tropas brasileiras e as paraguaias em Dourados. Relatório de 1865. Op. cit., p. 10.

²⁰³ Relatório de Transmissão de 1866. Op. cit., p. 13-14.

Ou seja: soldados de um mesmo exército, na mesma guerra, diante das mesmas dificuldades e com tratamento financeiro diferenciado. Com tal situação, provocando tratamento diferenciado entre soldados, consequência provável do entrelaçamento entre interesses partidários e a formação da tropa, é possível imaginar o resultado daninho no ânimo e, principalmente, na disciplina dos soldados.

Após a tomada de Assunção a guerra se prolongaria por mais um ano. Isso se deve ao fato de que após a tomada da capital paraguaia, ter continuado a perseguição a Solano Lopes, que se prolongaria até 1870, quando foi morto em Cerro Corá. A continuidade da guerra com esse objetivo foi motivo de controvérsia na Corte e fato gerador de debates nos centros de decisão do Império.²⁰⁴

Depois que assumiu o comando das tropas brasileiras no Paraguai, após a ocupação de Assunção e a saída de Caxias, o conde D'Eu requisita a maior parte da tropa que se encontrava em Mato Grosso, que é deslocada para o Paraguai. Na província ficam somente um batalhão de artilharia e os corpos destacados da Guarda Nacional, encarregados de patrulhar as fronteiras e executar os serviços de polícia.

Essa decisão tomada pelo comandante das forças brasileiras no Paraguai, resultou na continuidade dos imensos sacrifícios a que a província de Mato Grosso foi submetida durante a Guerra do Paraguai.

Chamado à nova tarefa, Leverger terá dificuldades em continuar o alistamento para Guarda Nacional. Aos problemas políticos com os quais já havia confrontado e que diziam respeito a questões que não podia resolver, apareceu o medo da varíola.²⁰⁵

Voltava a aparecer o entrelaçamento entre política e a formação da Guarda Nacional, que dificultava a complementação dos seus corpos. A esse problema, se juntou o medo da varíola que atingira a tropa durante a ocupação de Corumbá, em 1867, e que provocou um elevado número de mortos. Os possíveis integrantes da Guarda Nacional, temerosos de uma nova contaminação, procuravam evitar uma nova convocação e encontravam abrigo na organização política em vigor e nos chefes partidários.

²⁰⁴ Joaquim Nabuco. *Op. cit.*, p. 597-598; Wilma Peres Costa. *Op. cit.*, p. 257-262.

²⁰⁵ Relatório de 1869. *Op. cit.*, p. 14-15.

A esse problema, que tem relação com a própria estrutura do Estado imperial, somava o fato de que o afastamento de milhares de homens da atividade produtiva ajudou a desarticular a produção, principalmente a de alimentos. Esses trabalhadores procuravam agora retomar a sua atividade e era um motivo a mais para resistir a uma nova convocação.

5- A ECONOMIA DA PROVÍNCIA DURANTE A GUERRA

A Guerra do Paraguai teve, para a província de Mato Grosso, conseqüências que irão afeta-la por um longo tempo. Leverger faz, em seu relatório de 1869, um balanço resumido da situação da província.

*“É pouco lisongeiro, em geral, o quadro que tenho de apresentar-vos do estado da Província. Sobre ela pesão e ainda por muito tempo hão de pesar as fataes conseqüências da invasão paraguaya. A população dizimada, ou antes quintada, pela horrivel epidemia das bexigas, tarde há de resarcir as perdas que experimentou no infausto ano de 1867. A lavoura mal chega para prover-nos dos alimentos da primeira necessidade, cujo preço, já excessivo, ameaça subir de ponto. A mineração esta quase extinta. A criação de gado continua a resentir-se da peste cadeira, que há quasi vinte annos assola a raça cavalar. O commercio, não tendo para exportar senão limitada porção de couros e de poaia e, muito diminuta quantidade de ouro e diamantes, consiste, por bem dizer, exclusivamente na importação de generos de consumo, pela maior parte, de origem estrangeira, pagos com as avultadas quantias com que o Thesouro Nacional ocorre á despesa geral da Provincia”.*²⁰⁶

Acreditamos que nenhuma outra província do Império ressentirá tanto das conseqüências da Guerra do Paraguai como Mato Grosso. Com a guerra, Mato Grosso teve um terço de seu território ocupado por tropas paraguaias por quase três anos. A região sul da província esteve em mãos dos paraguaios até meados de 1868. As vilas de Corumbá e Miranda foram destruídas pelos paraguaios que as deixaram em ruínas. Uma parte de seus

²⁰⁶ Relatório de 1869. Op. cit., p. 05.

habitantes fugiram; daqueles que ficaram, muitos foram tomados como prisioneiros, alguns fuzilados e outros levados para Assunção.²⁰⁷

As povoações menores, sítios e fazendas foram saqueadas e destruídas, o gado roubado e seus moradores também fugiram.

A produção da província foi duramente afetada durante a guerra, seja porque foi alvo direto do ataque dos paraguaios, como foi o caso das fazendas e sítios localizados na região sul da província, como pela retirada de milhares de agricultores de seu trabalho, deslocados para o serviço militar, no exército, nos corpos de Voluntários da Pátria e na Guarda Nacional. Soma-se a isso, a interrupção da ligação fluvial com o litoral e a Corte, o que provocou a interrupção no fornecimento de produtos essenciais como o sal, que foi racionado.²⁰⁸

Diversos produtos começaram a faltar e o preço se elevou a níveis altíssimos. O quadro que se apresenta é o da escassez de alimentos, de sal, dos preços altos. O resultado foi o aparecimento da fome que atingiu amplos setores da população da província.²⁰⁹

No início de 1869, diante do pedido de ajuda feito por Leverger, Paranhos, então em missão em Assunção após a ocupação da capital paraguaia, envia uma embarcação carregada com alimentos para atenuar a fome que existia em Mato Grosso.²¹⁰

A essa situação vem somar-se o desenvolvimento da epidemia de varíola, que grassava em Corumbá e contagiou os soldados brasileiros quando da retomada daquela cidade, em 1867. Ao voltarem a Cuiabá, a população da cidade e de outras localidades foi contaminada. Os números variam entre um terço e metade da população da cidade que sucumbiu à epidemia.²¹¹ Provavelmente a fome facilitou o desenvolvimento da doença.

Durante a guerra foi necessário retomar as antigas ligações terrestres com São Paulo e a Corte, com todas as dificuldades que isso implicava. Estradas antigas que estavam

²⁰⁷ Relatório de 1869. Op. cit., p. 11; Sobre os fuzilamentos ver Relatório de 1866. Op. cit., p. 04-05. A expedição que percorreu o sul de Mato Grosso rumo ao Paraguai e que resultará na retirada de Laguna encontrará fugitivos de Miranda acampados próximo à serra de Maracaju, em 1866. Visconde de Taunay. *Memórias*. P. 257.

²⁰⁸ Relatório de Transmissão de 1866. Op. cit., p. 7.

²⁰⁹ Relatório de 1868. Op. cit., p. 03.

²¹⁰ Relatório de 1869. Op. cit., p. 41.

²¹¹ Relatório de 1868. P. 11. Uma descrição da epidemia de varíola em Cuiabá está em Luiza Volpato. *Cativos do Sertão. Vida Cotidiana e Escravidão em Cuiabá em 1850-1888*. P. 73-81.

abandonadas passaram novamente a ser utilizadas²¹². Voltam os antigos problemas onde se destaca a falta de segurança.²¹³ Mesmo os antigos caminhos fluviais pelos rios da Amazônia foram retomados, como alternativa para chegar ao litoral e garantir a obtenção de gêneros básicos como o sal.²¹⁴ Couto de Magalhães transporta do rio Cuiabá para o rio Araguaia, pelo sertão, uma embarcação e inaugura a navegação a vapor no rio Araguaia.²¹⁵

As dificuldades de comunicação com a Côrte atrasavam as correspondências, que demoravam cerca de oitenta dias para chegar a Mato Grosso. Isso aumentava a falta de informações sobre a situação da província por parte do poder central.²¹⁶ Ao mesmo tempo aumentava o isolamento e a insegurança na província.

A falta de gêneros de abastecimento e outras mercadorias na província estimula o comércio com a Bolívia. Comerciantes daquele país, com quem o Brasil celebrara acordo de limites em 1867, começam a ir a Cuiabá vender sal, chapéus, tecidos e outros gêneros.²¹⁷

Um fato aparentemente contraditório é o de que a desorganização da economia da província não resultou em grande queda na arrecadação de impostos. Ao contrário, o que pode ser verificado é o aumento da arrecadação de impostos. (Quadro 2)

O que mais contribuiu para o aumento na receita provincial foram os impostos cobrados nos mercados, num movimento semelhante àquele verificado no final dos anos 50. Ou seja, enquanto a produção diminui, enquanto o preço dos alimentos tinha grande aumento e a fome assolava a população, a arrecadação de impostos nos mercados aumenta. Esse processo, que deve ter contribuído para aumentar as dificuldades da população da província, principalmente das vilas onde existiam mercados, como Cuiabá, foi reconhecido por Leverger em seu relatório de 1869 e o fez inclusive propor mudanças no sistema de impostos.

²¹² Taunay descreve o aspecto decadente de cidades de São Paulo como resultado da abertura da navegação do rio Paraguai e do fim do comércio com Mato Grosso pelas estradas do sertão. Visconde de Taunay. *Marcha das Forças (Expedição de Matto Grosso) 1865-1866. Do Rio de Janeiro ao Coxim*. P. 57-63

²¹³ Relatório de Transmissão de 1866. Op. cit., p. 18-19.

²¹⁴ Idem, p. 20.

²¹⁵ Relatório apresentado ao Ilmo. e Exmo. Sr. Doutor José Vieira Couto de Magalhães, Presidente da Província de Mato Grosso, pelo Vice-Presidente, Barão de Aguapey, ao entregar a administração da mesma província, em 08.07.68. (Daqui em diante, Relatório de Transmissão de 1868), p. 05-06. A descrição da travessia do sertão e da inauguração da navegação a vapor no rio Araguaia está em Virgílio Corrêa Filho. Op. cit., p. 546-547.

²¹⁶ Joaquim Nabuco. Op. cit., p. 588.

²¹⁷ Relatório de 1868. Op. cit., p. 13. Sobre o tratado de amizade, limites, navegação, comercio e extradição com a Bolívia, ver Relatório de 1868. Op. cit., p. 04-05.

Para Leverger, deveria haver um imposto que acompanhasse as oscilações de preços. No entanto, “para não aumentar a miséria pública, conviria fixar um limite do qual não podesse exceder o mesmo imposto”.²¹⁸

Com essa sua proposta, Leverger esperava que houvesse uma queda dos preços, já que haveria uma redução de impostos. Para tentar remediar a situação e antecipando à sua proposta feita à Assembléia Legislativa provincial, Leverger reduziu a pauta do imposto cobrado nos mercados. No entanto, o que se verificou foi que os preços não reduziram; ao contrário, continuaram a aumentar, fazendo o presidente decidir retomar a pauta anterior.²¹⁹

Esse fato lança luzes sobre a ação dos comerciantes e especuladores que atuavam na província durante a guerra e que, numa situação de escassez, mantinham os preços em patamares elevados, auferindo grandes lucros.

Em Diamantino, a câmara de vereadores pedia ajuda aos cofres provinciais para comprar alimentos e vendê-los a retalho ao povo, a fim de evitar o monopólio dos especuladores, pedido que foi atendido por Leverger.²²⁰

Nos relatórios seguintes não aparece nenhuma informação sobre a decisão da assembléia provincial a respeito dos impostos cobrados nos mercados, o que nos indica que eles foram mantidos. Mais tarde os presidentes voltam a falar no caráter injusto desse imposto que continuava a ser cobrado.

Ao mesmo tempo, o fenômeno lança luz sobre o papel dos gastos militares e do pagamento das tropas para o mercado consumidor da província. Durante a guerra, as forças militares da província passaram a ser pagas com recursos do cofre geral do Império. Essa renda alimenta provavelmente a especulação nos mercados, às custas da população local. No final da guerra há uma redução das despesas gerais da província, de tal forma que contraditoriamente à situação geral do povo, de fome e privações, é verificada a existência de um superávit nas contas públicas. Esse superávit é apresentado como resultado do corte nas despesas e, como vimos, do aumento da arrecadação, principalmente no mercado da capital da província, que experimentou “espantoso aumento”.²²¹ (Quadro 2)

²¹⁸ Relatório de 1869. Op. cit., p. 20.

²¹⁹ Idem, p. 21.

²²⁰ Idem, p. 41.

²²¹ Idem, p. 20.

É uma situação contraditória, que esconde a verdadeira situação econômica da província, pois a evolução positiva de sua receita não resulta do aumento da produção. Ao contrário, o que temos é um quadro momentâneo e artificial, gerado pela guerra, e que tenderia a desaparecer assim que esta terminasse e a realidade da queda da produção começasse a refletir na arrecadação de impostos.

6- NADA MUDA NA VIDA POLÍTICA

Durante a Guerra do Paraguai, Mato Grosso também sofreu diretamente as vicissitudes das mudanças políticas que se desenvolveram no Império.

Se desconsiderarmos as interinidades de três presidentes, durante os cinco anos de guerra, a província teve três presidentes: Manoel Albino de Carvalho, Augusto Leverger e Couto de Magalhães.

Leverger assumiu a presidência da província em 1865 e renunciou em 1866, como expusemos anteriormente, por divergências quanto aos encaminhamentos relativos ao recrutamento. Quando de sua renúncia estava no poder o gabinete Olinda, da Liga, que seria substituído em 1866 pelo terceiro gabinete Zacarias.

Com o terceiro gabinete Zacarias e com parte de Mato Grosso ocupado pelos paraguaios, foi nomeado Couto de Magalhães para a presidência da província. Com a queda do terceiro gabinete Zacarias e a volta dos conservadores, Leverger volta à presidência, de onde só sairia com o final da guerra.

Como é possível ver dessa rápida descrição, Leverger estava sempre próximo da presidência. No entanto fica claro sua proximidade com os conservadores. Podemos considera-lo ligado aos conservadores a partir da avaliação de que os problemas que Leverger levantou para justificar o seu pedido de demissão em 1866 continuarem em 1868, quando ele volta, e como ficou claro quando procurou recrutar guardas nacionais para a fase final da guerra, sem que os problemas que levantou para o seu pedido de demissão anterior, durante o gabinete Olinda, tivessem sido resolvidos.

Leverger presidiu em Mato Grosso as eleições de 1869, convocadas após a queda do terceiro gabinete Zacarias e que produziu a Câmara unânime do gabinete conservador

presidido por Itaboraí. O resultado de tal eleição não teve surpresa, mas encontrou resistências, provavelmente dos liberais da província, recentemente afastados do poder.

Fazendo um balanço das eleições, Leverger diz que

“...Na maior parte das Parochias absteve-se de comparecer uma das parcialidades políticas em que se divide a Província; nas outras venceu, sem quasi encontrar opposição; Em todas correu o processo eleitoral sem que a ordem fosse sequer de leve alterada.

*Em virtude d’esta ultima eleição, tomarão assento na Camara como Representantes d’esta Província, o Dr. Jose Maria da Silva Paranhos Junior e o Protodotario Apostolico Ernesto Castillo Barreto.”*²²²

Como resultado são eleitos dois deputados conservadores e entre eles está o futuro barão do Rio Branco, que iniciava então a sua carreira política.

O BALANÇO que fazemos de Mato Grosso no período da Guerra do Paraguai mostra que esta teve um efeito imenso na vida daquela província.

Durante a guerra se revelarão os problemas específicos da província, particularmente o seu isolamento, a distância em relação aos centros de poder, sua debilidade econômica e social. Uma província imensa, despovoada e pouco conhecida. Um “deserto” enfim.²²³

Ao mesmo tempo Mato Grosso sofrerá diretamente em seus território as consequências das contradições políticas gerais do Império, particularmente dos problemas relacionados com a construção das forças armadas e com o caráter da Guarda Nacional.

Essas contradições se revelaram fatais nos momentos em que, diante de uma situação adversa, fosse exigido volume, preparação e organização militar. O exército se revelou pequeno, despreparado e desorganizado para executar as tarefas de guarda de fronteira e defesa territorial.

²²² Relatório de 1869. Op. cit., p. 08.

²²³ Joaquim Nabuco. Op. cit., p. 583.

A população da província pagou um preço elevado e levará décadas para se recuperar. Terminada a guerra restou uma província destruída economicamente, com uma população rarefeita e sem alternativas visíveis.

Capítulo 3

MATO GROSSO NA CRISE DO IMPÉRIO

1- A CRISE DO IMPÉRIO

Na década de 1870, adensam-se os fatores que indicam a crise do Sistema Monárquico. Uma dimensão da crise, como demonstrou Evaldo Cabral de Melo, foi que, a partir dessa década, passam a se aprofundar as diferenças entre as regiões, particularmente entre o “Norte” e o “Sul”.²²⁴

Ao mesmo tempo, o início do processo de emancipação dos escravos, anunciado na Fala do Trono de 1867 e concretizado no Gabinete Rio Branco com a Lei do Ventre Livre, iria adicionar grande complexidade à política imperial, uma vez que, as diferenças regionais apontadas referiam-se não apenas ao ritmo da atividade econômica, com a estagnação das regiões açucareiras do nordeste e a expansão cafeeira em terras paulistas, mas também para as formas distintas de transição do trabalho escravo propugnadas por cada uma das regiões.²²⁵

Além disso, a Guerra do Paraguai, além de sinalizar para o divórcio, que se tornaria crescente entre as Forças Armadas e a Monarquia, deixará também um pesado ônus financeiro, que dificultava a composição dos interesses divergentes.²²⁶ O próprio “timing” do processo de emancipação ligava-se, de certa forma aos fatos da Guerra, em particular aos compromissos com a imagem externa do país e com a repercussão política dos episódios do cerco de Uruguaiana, como apontou Nabuco.²²⁷

Caio Prado Jr. interpreta a dinâmica política desse período dizendo que ela sinaliza um processo de mudança profunda por que estava passando o país, com a perda de poder econômico e político de um setor “conservador-retrógrado” e o avanço de outro, “progressista”. Esse avanço político que o país experimentava e que resultava no

²²⁴ Evaldo Cabral de Melo. *Op. cit.*, p. 11-17.

²²⁵ Brasil. *Falas do Trono*. P. 374.

²²⁶ Wilma Peres Costa. “A Questão Fiscal na Transformação Republicana. Continuidade e Descontinuidade”. In *Economia e Sociedade*. *Op. cit.*, p. 144-157.

²²⁷ Joaquim Nabuco. *Op. cit.*, p. 854-855.

aparecimento de um setor “progressista” em oposição a um setor “conservador-retrógrado”, corresponde, “no terreno econômico, à integração sucessiva do país numa forma produtiva superior: a forma capitalista”.²²⁸

Caio Prado Júnior, citando Eduardo Prado, diz que depois da Guerra do Paraguai, “...a Abolição se tornara de interesse nacional, que não podia mais ser sacrificado ao interesse de uma só cultura, o café”. Mas, contraditoriamente, não havia vontade política do Império no sentido de dar um encaminhamento definitivo à questão da mão-de-obra e se colocar em sintonia com o progresso que o país experimentava. “...A história do segundo reinado nos fornece em toda sua evolução as mais evidentes provas de que as instituições imperiais representavam um passado incompatível com o progresso do país, e que, por isso, tinham de ser, mais dia, menos dia, por ele varridas”. E conclui, dizendo que “...A questão servil é disto o mais frisante exemplo. Na sua solução não fez o Império outra coisa que protelar, limitando-se a pequenas concessões (mais não foi a liberdade dos nascituros), numa palavra, marcar passo, enquanto a nação avançava vertiginosamente”.²²⁹

É verdade que o progresso que o país estava experimentando ainda era pequeno mas avançava de forma segura e ia desenhando novas formas de desenvolvimento, assentado no comércio, na atividade financeira, nas estradas de ferro, na navegação a vapor e no aparecimento dos primeiros estabelecimentos fabris.

Mas é sem dúvida na agricultura que o impulso é maior, com o desenvolvimento da cultura do café no oeste paulista, que cresce a partir de 1870 e rapidamente alcança a liderança econômica do país. Segundo Caio Pardo Júnior, “A lavoura de café, gênero então de largas perspectivas nos mercados internacionais, contará com uma base financeira e de crédito, bem como um aparelhamento comercial suficiente que lhe permitirão considerável expansão”. E conclui dizendo que “...Todo esse progresso, embora através de crises de crescimento mais ou menos graves e prolongadas, estender-se-á daí por diante, sempre em marcha segura, até o século presente”.²³⁰

Nem a Guerra do Paraguai interrompeu esse crescimento, apesar de ter provocado grande endividamento do Brasil.

²²⁸ Caio Prado Júnior. *Evolução Política do Brasil*. P. 85-86.

²²⁹ Idem, p. 88.

²³⁰ Caio Prado Júnior. *História Econômica do Brasil*. P. 193.

Do ponto de vista social, há um crescimento no processo de urbanização, com o desenvolvimento de uma classe média que começa a adquirir volume e reivindicar uma participação política mais autônoma. Será sensível ao movimento abolicionista e ao republicanismo que se desenvolverão a partir de 1870.

Um efeito imediato dos resultados da Guerra sobre a Província do Mato Grosso foi o restabelecimento da liberdade de navegação no Rio Paraguai. Porém, como mostra Caio Prado Jr., “...isto mesmo não terá grande significação econômica imediata: Mato Grosso, província pobre e ainda sem perspectivas no momento, não poderá aproveitar-se muito das vantagens obtidas com esta liberdade de comunicações”.²³¹ O efeito mais importante, entretanto, seria menos palpável no imediato pós-guerra: a percepção, para os diferentes setores do país, do isolamento da província, de sua inacessibilidade e da necessidade estratégica da modernização das comunicações. Para Demétrio Magnoli, “A Guerra do Paraguai revelou, brutalmente, a vulnerabilidade do trajeto fluvial platino” e “(...) Então, sucederam-se os grandes planos de viação nacional, todos eles focalizados na interligação de Mato Grosso”.²³² Magnoli mostra que estes planos tinham pouca relação com a economia daquela província mas, sobretudo, tinham o caráter estratégico, relacionado com a geopolítica do Império e, após 1889, da República.²³³

Nosso propósito nesse capítulo é tentar reconstituir como se deu a evolução econômica da província nos anos posteriores à guerra e como repercutiram nela os fatos que marcaram o “plano inclinado” do Império.

2- A ECONOMIA DE MATO GROSSO APÓS A GUERRA DO PARAGUAI

Terminada a Guerra do Paraguai, Mato Grosso era uma província destruída no plano econômico e no plano social.

Como registramos no primeiro capítulo, após a abertura da navegação, em 1856, a província experimentara um pequeno surto de crescimento, impulsionado de um lado pelo desenvolvimento do comércio e, de outro, pelos investimentos militares na província

²³¹ Idem, p. 193-194.

²³² Demétrio Magnoli. *Op. cit.*, p. 279.

²³³ Idem, p. 280-283.

(construção e melhoria das instalações e uma razoável concentração militar de cerca de mil e quinhentos soldados, sustentados pelos cofres do tesouro geral e que proporcionava importante aporte de recursos para a economia daquela província).

Ambos os fatores vieram a confluir para a vila de Corumbá, que passou a ter a mais importante concentração militar da província, tanto do exército como da marinha, ao mesmo tempo em que adquiria a condição de entreposto comercial de Mato Grosso. Para essa condição contribuiu também a instalação da mesa de rendas e a atribuição de porto alfandegado que funcionava naquela vila desde 1853.

Por outro lado a economia provincial ainda dava evidentes sinais de atraso, com poucos setores tendo perspectivas de desenvolvimento. Entre esses setores despontava a pecuária, apesar dos problemas que a atingia (a chamada “peste das cadeiras”, baixa produtividade, ausência de raças mais produtivas).

As finanças públicas entraram na década de sessenta em situação de aparente melhoria, com as receitas atendendo de forma satisfatória as necessidades básicas da província. Entretanto, o crescimento da receita que os cofres provinciais experimentaram naquela década, estava longe de expressar um incremento significativo na produção. Indicava antes a maior eficácia dos mecanismos de arrecadação, criados em 1850, com a cobrança de impostos dos produtos que deveriam ser obrigatoriamente vendidos nos mercados que passaram a funcionar em todas vilas da província.

Dos fatores que atuaram no sentido de proporcionar esse processo incipiente de desenvolvimento, a abertura da navegação foi o fator decisivo para Mato Grosso. Ao permitir uma ligação mais rápida com o litoral e a Corte, a navegação permitiu o início da incorporação de Mato Grosso ao processo de desenvolvimento que o Brasil experimentava e integrou a província aos circuitos do capital mercantil, então em rápido crescimento no país. A Guerra do Paraguai interrompeu bruscamente esse incipiente processo.

Não se tratou de uma interrupção temporária para ser retomada mais à frente, com o final da guerra, e a partir dos mesmos patamares em que se encontrava a província. O que tivemos foi um grande retrocesso. Acreditamos que estava correto Leverger quando afirmou

que sobre a província “...pesão e ainda por muito tempo hão de pesar as consequências da invasão paraguaya”.²³⁴

Não tivemos em Mato Grosso setores que se beneficiaram da guerra de maneira importante, seja no setor produtivo, seja no setor mercantil, de forma a se destacar de outros setores da economia provincial. Se o comércio se manteve em Cuiabá foi graças a circuitos alternativos que foram criados. Foram retomados os caminhos através dos rios da Amazônia, pelo interior do país, passando pela província de Goiás e daí à Corte. Também desenvolveu-se um importante comércio com a Bolívia, na região dos rios Mamoré e Madeira ou com a ida de comerciantes daquele país a Cuiabá, onde vendiam produtos como sal, chapéus e tecidos.²³⁵

Durante os cinco anos de guerra a produção do sul da província foi praticamente nula. A invasão paraguaia provocou a fuga dos fazendeiros e sitiantes da região; suas terras, sua criação e sua pequena produção foram abandonadas. Particularmente a criação de gado, que ainda dava passos pequenos em seu desenvolvimento no sul da província, foi dizimada pelos paraguaios, com os rebanhos sendo confiscados ou o gado se tornando bravio.

Na região do centro-norte da província, a produção também foi reduzida, ali pela absorção da mão-de-obra livre nas atividades militares, seja no exército, no voluntariado ou na Guarda Nacional. Esse processo deve ter contribuído de forma acentuada para a escassez de alimentos e para a alta de preços que se verificaram durante a guerra. A soma desses dois fatores trouxe como resultado a fome, que assolou a província por quase todo aquele período.

A esses dois fatores fundamentais devemos somar ainda a epidemia de varíola, que assolou a província em 1867 e que deve ter contribuído para ajudar a reduzir a produção e desorganizar a combalida economia provincial.

Em função da redução da pecuária que a guerra provocou, a região de Santana do Paranaíba, na fronteira com Minas Gerais e São Paulo, também teve grande redução em sua atividade econômica, tipicamente voltada para o comércio de gado com Minas Gerais e São Paulo.

²³⁴ Relatório de 1869. Op. cit., p. 05.

²³⁵ Relatório de 1866. Op. cit., p. 20; Relatório de 1868. Op. cit., p. 13.

Terminada a guerra, existia de fato uma região com atividade econômica: o meio-norte da província. Essa região, formada pela capital, Cuiabá, se estendia até Diamantino no sentido norte e até a cidade de Mato Grosso (atual Vila Bela), no sentido noroeste.

Em seu relatório de 1871, o presidente, tenente-coronel Francisco José Cardoso Júnior traça um quadro pessimista da província. Considera “desanimadores” a agricultura, indústria, comércio, criação, mineração e navegação na província. Diz que “(...) neste território a lavoura definha – a industria não se desenvolve e o commercio não progride”. Ele aponta as causas dessa situação: “...1- A falta de braços; 2- A dificuldade nos transportes; 3- A epizootia ou peste das cadeiras- que tem quase destruido na província a raça cavallar; 4- A falta de iniciativa individual – a duvida que faz concentrar os capitaes da provincia, ás vezes reservados para girarem noutros centros”.

Em seguida, à sua maneira, aponta soluções para cada um dos problemas levantados: a imigração, o aperfeiçoamento dos rios Paraguai, São Lourenço e Cuiabá; a abertura de estradas ligando os diversos pontos da província e a adoção de veículos para o transporte de gêneros; o estudo de um antídoto para a epidemia que atacava o rebanho cavalar da província ou a substituição do cavalo por outro animal que fizesse serviço semelhante; por último, contra a falta de iniciativa individual deveria ser desenvolvido o “amor à pátria”.²³⁶

Como veremos, as tentativas de resolver os problemas apontados pelo presidente fracassarão, envolvidas em dificuldades que não poderiam ser resolvidas no plano local.

Durante todo o período que vai do final da Guerra do Paraguai até 1889, serão poucos os setores que apresentarão um desenvolvimento apreciável.

Eles serão os setores que utilizavam pouca mão-de-obra, ou não dependiam da mão-de-obra escrava. É o caso da pecuária e da produção extrativa de erva-mate, poaia e seringa. Serão esses setores que terão a liderança na atividade produtiva da província e que formarão direta ou indiretamente a base da sua pauta de exportação.

A extração de erva-mate vai se desenvolver a partir do final da Guerra do Paraguai, na região do extremo sul da província, na fronteira com o Paraguai. A sua exploração econômica foi desenvolvida depois do final dos trabalhos da comissão de demarcação da fronteira do

²³⁶ Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso pelo Exmo. Sr. Tenente coronel Francisco José Cardoso Junior, no dia 20 de agosto de 1871 (daqui em diante, Relatório de 1871). Op. cit., p. 40-41.

Brasil com o Paraguai, que deu cumprimento ao tratado de limites assinado pelos dois países em 1872. Essa comissão era dirigida pelo coronel de engenheiros Rufino Enéas Gustavo Galvão e sua segurança realizada por destacamento militar comandada pelo capitão Antônio Maria Coelho e integrada ainda por auxiliares técnicos. Acompanhando a comissão estava Tomaz Laranjeira, comerciante que atuava como fornecedor de mantimentos.²³⁷

Os trabalhos de demarcação da fronteira do Brasil com o Paraguai se encerraram em 14 de novembro de 1874, com o envio da ata da comissão ao governo imperial, comunicando o final exitoso dos trabalhos.²³⁸

No entanto, a amizade e os interesses entre o coronel Rufino Enéas Gustavo Galvão, o capitão Antonio Maria Coelho e Tomás Laranjeira se consolidariam a partir daí. O entrelaçamento de interesses foi facilitado pela trajetória dos três.

Rufino Enéas Gustavo Galvão, após o término dos trabalhos da comissão demarcatória dos limites do Brasil com o Paraguai, seria agraciado com o título de Barão de Maracaju e, em 1879, seria nomeado pelo governo imperial presidente da província de Mato Grosso. Mais tarde receberia o título de Visconde e seria o último ministro da Guerra do Império.

O capitão Antônio Maria Coelho também seria promovido rapidamente, chegando a general e recebendo o título de barão de Amambai. Seria o primeiro governador de Mato Grosso, após a Proclamação da República. No começo de 1892 seria reformado, após ser um dos signatários do manifesto dos 13 generais que exigiam do presidente Floriano Peixoto que procedesse à convocação de eleição presidencial, como estipulava a Constituição de 1891.²³⁹

Laranjeira, como fornecedor da comissão demarcatória dos limites, constata a existência de ervais na região próxima à fronteira com o Paraguai e localizados em terras ainda devolutas. Procurou então se apossar dessas terras para atividade extrativa, fundando fazendas, solicitando ao governo de Mato Grosso e depois ao governo imperial a concessão de extensa área de terra naquela região. Recebeu a concessão em 1882²⁴⁰ e que, com seu crescimento, se tornará “um estado dentro do estado”, na frase popularizada por Virgílio

²³⁷ Virgílio Corrêa Filho. *História de Mato Grosso*. P. 551.

²³⁸ *Idem*, p. 561.

²³⁹ Rubens de Mendonça. *Dicionário Biográfico Mato-Grossense*. P. 48; Sobre o manifesto dos 13 generais ver Hédio Silva: 1889: *A República Não Esperou o Amanhecer*. P. 196-197.

Corrêa Filho.²⁴¹ Da atuação dos dois integrantes da comissão, respectivamente como presidente (Rufino Enéas Gustavo Galvão) e governador (Antônio Maria Coelho), resultará na ampliação das concessões.²⁴²

A partir de 1877, no Paraguai, Tomás Laranjeira passa a se dedicar à indústria do mate. Em seguida Laranjeira se transfere para Mato Grosso e funda a empresa “Mate Laranjeira”, começando a extração de mate e sua exportação para o Paraguai e Argentina. Esse foi o começo de uma empresa que veio a se tornar muito poderosa. O crescimento da extração de mate e sua exportação proporcionarão importante contribuição no aumento da receita da província. Insignificante até o final da década de 70, o imposto sobre o mate vai aparecer de forma relevante a partir daí e se transformará mais tarde em uma das principais fontes da receita de Mato Grosso.²⁴³ (Quadro 4)

A empresa tornou-se importante também politicamente, se envolvendo com figuras de destaque na vida política da província e, mais tarde, da própria República. Entre essas figuras estará Joaquim Murtinho, que se tornou proprietário da empresa entre 1891 e 1903, através do banco “Rio e Matto Grosso”, do qual era acionista majoritário.²⁴⁴

O desenvolvimento da extração do mate no sul de Mato Grosso se desenvolveu utilizando em larga medida da mão-de-obra de trabalhadores paraguaios que, nos períodos de colheita, atravessavam a fronteira para executar essa tarefa nos ervais. Essa migração sazonal era, em larga medida, consequência da ausência de alternativas de renda no Paraguai, destruído pela guerra e sem perspectivas futuras. A companhia Mate Laranjeira submetia esses trabalhadores (chamados de “mineiros”) a duras condições de trabalho, utilizando milícias privadas e os velhos métodos de exploração através do monopólio de fornecimento, que resultava em permanente dívida. A utilização de milícias privadas, as dívidas

²⁴⁰ Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Matto-Grosso, na primeira sessão da 26ª Legislatura, no dia 12 de junho de 1886, pelo Presidente da Província, Exmo. Dr. Joaquim Galdino Pimentel (Daqui em diante, Relatório de 1886). P. 38.

²⁴¹ Virgílio Corrêa Filho. *Ervais do Brasil e Ervateiros*. P. 60; Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. João José Pedrosa, Presidente da Província de Matto-Grosso, abriu a 2ª sessão da 22ª Legislatura da respectiva Assembléia, em 1º de outubro de 1879 (Daqui em diante, Relatório de 1879). P. 89.

²⁴² Virgílio Corrêa Filho. *História de Mato Grosso*. P. 551-552 e 570; *Ervais do Brasil e Ervateiros*. P. 60

²⁴³ Relatório de 1886. Op. cit., p. 36.

²⁴⁴ Virgílio Corrêa Filho. *Ervais do Brasil e Ervateiros*. P. 60-66. Sobre as ações políticas e financeiras de Joaquim Murtinho ver Fernando Antônio Faria. *Os Vícios da Re(s)pública. Negócios e Poder na Passagem para o Século XX*.

permanentes e as jornadas de trabalho extenuantes nos permite caracterizar o regime de trabalho nos ervais como sendo próximo da servidão.²⁴⁵

A poaia, que era explorada desde a primeira metade do século XIX, perde progressivamente importância no pós-guerra. Extraída na região de Vila Maria e Diamantino, a poaia (também chamada de ipeca ou ipecacuanha) é uma planta medicinal que se destinava quase que exclusivamente aos laboratórios farmacêuticos do Rio de Janeiro e do exterior. Será uma importante fonte de receita da província, mas a sua contribuição vai progressivamente caindo.²⁴⁶ O produto que era apontado por Leverger, em 1854, como uma das poucas fontes de receita de Mato Grosso, vai perdendo progressivamente importância e, em 1885, já estará atrás do gado, do couro e do mate, entre os produtos com maior peso na exportação da província. (Ver quadro 4)

A extração da seringa, que se iniciou após a guerra, desenvolveu-se lentamente. Sua exploração, na região norte da província, foi dificultada pela ausência de um sistema de transporte mais eficiente, que desse acesso às regiões produtoras. Os rios da Amazônia em Mato Grosso correm para o norte, além de serem de difícil navegação. Ainda assim, a extração da seringa começou a aparecer na receita provincial e sua comercialização se dava principalmente em Santo Antônio do Madeira (próximo à atual Porto Velho), nessa época pertencente a Mato Grosso. Era comercializada em pequena escala também em Vila Maria.²⁴⁷

A criação de gado teve grandes perdas com a Guerra do Paraguai, principalmente na região sul da província, onde foi praticamente dizimada.

Após a guerra, as principais fazendas da região começaram a se reorganizar e buscar reconstituir os rebanhos que possuíam. Mas as perdas serão sentidas por longo período. Foi na região do meio norte, mais próximo do Pantanal, que as fazendas se desenvolveram mais rapidamente. Elas passaram a se espalhar também pela região sul da província,

²⁴⁵ Uma importante discussão sobre as condições de trabalho nos ervais está em Elizabeth Madureira Siqueira et alii. *O Processo Histórico de Mato Grosso*. P. 26. Ver também Lúcia Salsa Corrêa. *História e Fronteira. O Sul de Mato Grosso, 1870-1920*. P. 201-230.

²⁴⁶ Relatório que o Sr. Vice-Presidente Dr. José Joaquim Ramos Ferreira redigiu para apresentar a Assembleia Legislativa Provincial de Matto-Grosso, na 2ª sessão da 26ª Legislatura, no dia 1º de novembro de 1887 (Daqui em diante, Relatório de 1887). P. 101.

²⁴⁷ Idem, ibid.

particularmente na região do baixo rio Paraguai, entre os rios Miranda e Apa, e na Vacaria, aproveitando os campos dessas regiões, excelentes para a criação de gado.²⁴⁸

No final da década de 70, o argentino Rafael Del Sar, que procurava estabelecer relações comerciais e industriais na província, fundou na localidade de Descalvados, à margem do rio Paraguai, um saladeiro.²⁴⁹ Na década de 80 esse estabelecimento vai se tornar a maior fazenda de gado da província, com 861 mil hectares e um imenso rebanho bovino. Comprando gado de outros fazendeiros ou utilizando seu próprio rebanho, o saladeiro de Descalvados abatia cerca de cinco mil reses por ano.²⁵⁰ Sua produção era destinada à exportação para a região do Prata e para a Europa. Em 1884 Descalvados era apresentado como um estabelecimento industrial “... destinado ao fabrico de extracto de carne e caldo concentrado, que exportam em grande quantidade para mercados estrangeiros” e sendo “...uma fabrica em proporções bastante desenvolvidas, empregando machinas movidas a vapor e numeroso pessoal, que acusam mui avultado capital n’ella convertido”.²⁵¹

Nos anos 80 Rafael Del Sar vendeu o saladeiro de Descalvados para os uruguaios Jayme Cibilis y Buxareo. Estes pediram, em 1885, ao presidente da província, isenção fiscal para sua fábrica por um período de quinze anos. Como justificativa dizia que os saladeiros argentinos e uruguaios, seus concorrentes, tinham apoio de seus governos, além de situarem em regiões mais próximas dos mercados consumidores, barateando o transporte e reduzindo os seus custos. O presidente Galdino Pimentel posicionou-se favoravelmente à solicitação com o argumento de que “...Não há na província outro estabelecimento de industria similar ao do peticionario”.²⁵²

O desenvolvimento da pecuária em Mato Grosso ressentiu-se, na segunda metade do século XIX, de uma epidemia que atacou o rebanho cavalar da província, praticamente dizimando-o. Essa doença, que era tratada ora por “peste das cadeiras”, ora por “epizootia”, foi motivo de vários pedidos de ajuda ao governo imperial no sentido de encontrar uma forma

²⁴⁸ Idem, p. 105.

²⁴⁹ Em 1871 Rafael Del Sar propôs instalar uma rede de distribuição de água encanada em Cuiabá, mediante um contrato de concessão do governo provincial. A proposta não foi aceita. Relatório de 1871. Op. cit., p. 56.

²⁵⁰ Virgílio Corrêa Filho. *Fazendas de Gado no Pantanal Mato-grossense*. P. 34.

²⁵¹ Relatório com que o Exmo. Sr. General Barão de Batovy, Presidente da Provincia de Matto Grosso, abriu a 1ª sessão da 25ª Legislatura da respectiva Assembleia, no dia 1º de outubro de 1884 (Daqui em diante, Relatório de 1884). P. 34.

²⁵² Relatório de 1886. Op. cit., p. 37-38.

de extirpa-la. Não houve solução, apesar de algumas tentativas, todas fracassadas. No final do período que tratamos ainda era motivo de registro por parte dos presidentes, como um dos fatores responsáveis pela baixa produtividade dos rebanhos de gado da província. A falta de cavalos impedia o manejo do gado, tornando-os bravios (“baguás”), e dificultava o seu deslocamento para os centros consumidores.

Apesar dessas dificuldades, a pecuária bovina veio a se tornar uma das principais fontes de receita da província. No relatório de 1886, podemos observar que o gado e seus derivados já apareciam como o principal produto a contribuir no total da receita gerada pelo imposto de exportação daqueles produtos. (quadro 4)

Se somarmos o valor dos impostos arrecadados com o gado exportado, seus derivados também exportados e o gado que era vendido para outras províncias do Império, notadamente Minas Gerais, poderemos concluir que a pecuária avançava rapidamente em seu processo de recuperação, tornando-se um dos setores que, apesar dos problemas que enfrentava (a doença que atacava os cavalos, as distâncias a serem vencidas para a venda dos rebanhos e manutenção das fazendas), seria importante na economia de Mato Grosso, alimentando o comércio e contribuindo decisivamente com a receita provincial.

A agricultura de Mato Grosso, segundo os relatórios dos governadores, era descrita como uma atividade atrasada, de baixa produtividade, cuja produção não conseguia sequer satisfazer às necessidades de fornecimento para os centros urbanos da província.

As principais causas dessa produção insuficiente seriam a falta de braços, as dificuldades de transporte, a falta de iniciativa individual e as técnicas primitivas de cultivo.

O fato é que desde antes da guerra já havia problemas de abastecimento de produtos agrícolas de consumo na província, o que invariavelmente resultava em períodos de carestia, com grandes altas de preços e o desenvolvimento da fome.

Durante a guerra a situação se agravou porque, como mostramos, houve uma desarticulação da produção, provocada diretamente pela invasão paraguaia e pela redução na mão-de-obra livre recrutada para o serviço militar. A desarticulação da produção só não foi maior porque em parte a agricultura era organizada com mão-de-obra escrava, particularmente nas regiões próximas à Cuiabá.

Terminada a guerra, voltamos progressivamente ao quadro anterior. As mudanças na lei que organizava a Guarda Nacional, em 1873, facilitavam um pouco mais a permanência de mão-de-obra livre na agricultura. Com essas mudanças a Guarda Nacional seria convocada somente em caso de comoção nacional resultante de guerra externa, rebelião, sedição ou insurreição.²⁵³ Com isso a Guarda Nacional deixou de realizar em Mato Grosso o serviço de policiamento nas vilas e cidades, substituindo a força de linha ou a polícia. Dessa maneira os homens livres que compunham a Guarda Nacional, mão-de-obra importante na agricultura, puderam permanecer nos trabalhos agrícolas. Mas os seus efeitos foram pequenos. Em 1880, dizia o Presidente em seu relatório, "...a agricultura desta Província acha-se abatida e em atraso: limita-se apenas a produzir o necessário para o consumo interno"²⁵⁴

O fornecimento de produtos agrícolas para a capital da província vinha da região mais próxima à cidade. "Entre a borda do planalto e o divisor de águas espalharam-se dezenas de sítios, especialmente dedicados à lavoura, que por longo prazo, até o golpe fatal da abolição, abasteciam Cuiabá de produtos agrícolas".²⁵⁵

Se por um lado a produção agrícola da província era pequena, mal atendendo às suas necessidades, ela continuava a ser, ao lado da criação de gado e do extração da poaia e do mate, uma fonte importante de receita da província.

Ao contrário do gado comercializado, cujo imposto era de difícil arrecadação, os produtos agrícolas eram comercializados nos mercados e nesses locais não escapava à cobrança dos impostos. Como dissemos anteriormente, esse imposto cobrado nos mercados incidia fundamentalmente sobre os produtos agrícolas e era responsável pelo encarecimento desses produtos, revelando-se inclusive aos olhos dos presidentes de província de diferentes períodos como um imposto injusto por refletir de forma indiscriminada na vida de todos os cidadãos, sejam eles ricos ou pobres. No balanço do exercício de 1874/1875, os impostos cobrados nos mercados contribuíram com 19,5 por cento da receita provincial; no balanço do

²⁵³ A respeito da reforma da Guarda Nacional em 1873 ver Jeanne Berrance de Castro. "A Guarda Nacional". In Sérgio Buarque de Holanda (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II: O Brasil Monárquico. 4- Declínio e Queda do Império*. P. 298.

²⁵⁴ Relatório com que o Exmo. Sr. General Barão de Maracaju, Presidente da Província de Mato Grosso, abriu a 1ª sessão da 23ª Legislatura da respectiva Assembleia, no dia 1º de outubro do corrente ano (Daqui em diante, Relatório de 1880). P. 40.

²⁵⁵ Virgílio Corrêa Filho. *Pantanaís Matogrossenses (Devassamento e Ocupação)*. P. 64.

exercício de 1879/1880, a contribuição foi de 16,3 por cento do total arrecadado.²⁵⁶ É provável que, com a abertura da navegação, em 1858, e o aumento da importação de produtos, os impostos cobrados nos mercados incidissem não somente sobre os produtos agrícolas ou de produção da província, como determinava a lei provincial de 1850, mas também sobre esses produtos importados (vindos do exterior ou de outras províncias), vez que a cobrança de impostos sobre produtos importados foram efetuadas, na forma mascarada de impostos locais, em quase todas as províncias do Império no período. Esse expediente prosseguiu até 1883 quando foi interrompido pelo gabinete Paranaguá.²⁵⁷

A limitada produção agrícola, a pecuária que procurava se recuperar do período da guerra e o extrativismo, onde despontava o mate, eram a base da atividade produtiva da província de Mato Grosso na fase final do Império.

Quais seriam as causas da permanente estagnação da agricultura da província no período, realçada na maioria dos relatórios dos presidentes?

Os presidentes debitam tal estagnação principalmente a três motivos: “técnicas rotineiras”, “falta de braços” e ataque dos índios, resultando em baixa produtividade e volume insuficiente para atender às demandas da província e gerar excedente para exportar.

Como observamos, durante a Guerra do Paraguai uma parte da mão-de-obra livre da província deixou as suas atividades produtivas em função do serviço militar, o que provocou a desorganização da produção e deve ter contribuído para a fome que assolou a província naquele período. Terminada a guerra, no entanto, esse motivo também terminou, principalmente após 1873, com a nova lei de organização da Guarda Nacional.

A partir daí, somos levados a formular algumas hipóteses. Uma delas é que o problema da mão-de-obra se agravou em função do movimento de emancipação, que entrou na ordem do dia depois do final da guerra, com a Lei do Ventre Livre, e ganhou força na década de oitenta. A incapacidade de encontrar alternativa para a mão-de-obra escrava, na

²⁵⁶ Fala com que o Excelentíssimo Senhor General Hermes Hernesto da Fonseca abriu a 1ª sessão da 21ª Legislatura da Assembleia Provincial de Matto-Grosso, no dia 3 de maio de 1876 (Daqui em diante, Fala de 1876). Anexo 3, p. 144.; Fala com que o Exmo. Sr. Vice-Presidente Tenente Coronel José Leite Galvão abriu a 2ª sessão da 23ª Legislatura d'Assembleia desta Província, seguida do Relatório com que o Exmo. Sr. General Barão de Maracaju, ex-Presidente da Província de Mato-Grosso pretendia abrir a mesma sessão da respectiva Assembleia, no dia 3 de maio de 1881 (Daqui em diante, Relatório de 1881). P. 104.

²⁵⁷ A respeito ver Wilma Peres Costa. “A Questão Fiscal na Transformação Republicana – Continuidade e Descontinuidade”. In *Economia e Sociedade*. Vol. 10, p. 142-173.

medida em que o movimento de emancipação avançava, ia desorganizando a produção baseada nessa mão-de-obra.

Em Mato Grosso o problema da mão-de-obra colocou-se em primeiro lugar para a agricultura de alimentos, setor que mais utilizava a mão-de-obra escrava.²⁵⁸

Ao terminar a Guerra do Paraguai, Mato Grosso possuía 6667 escravos para uma população livre de 53750 habitantes. Ao longo dos dezoito anos que seguiram ao final da guerra, a população escrava oscilou para cima, com um pequeno crescimento, diminuindo em seguida até chegar a 3044 escravos em 1887. (Quadro 6)

Como a entrada de escravos nos municípios da província foi maior que a saída, resultando em um saldo positivo,²⁵⁹ como o número de emancipados pelo fundo de emancipação chegou a apenas 159 em 1887²⁶⁰ e como o movimento abolicionista foi débil na província, acreditamos que a redução do número de escravos em Mato Grosso foi provocada por falecimentos, pelos efeitos da Lei dos Sexagenários, por fugas e por manumissões.

A esses fatores deve ser somado o crescente aumento do preço do escravo que, em uma agricultura de baixa produtividade, impedia a reposição ou o aumento dos planteis e, com isso, o aumento da produção agrícola.

Dessa forma, a agricultura da província não só se manteve com essa mão-de-obra até a emancipação total, em 1888, como sofreu as consequências da baixa produtividade oferecida, em uma sociedade que experimentava modificações e exigia um volume maior de produtos, que a agricultura provincial não poderia oferecer. Mesmo que tivesse um pequeno crescimento, a produção agrícola da província teria dificuldades em atender à demanda, em função do crescimento populacional de Mato Grosso, que passa de 60417 habitantes em 1872 para 79750 habitantes em 1888, um crescimento de cerca de 32 por cento.²⁶¹ (Quadro 6).

Organizada em unidades com baixa produtividade e utilizando trabalho escravo, a agricultura de Mato Grosso, principalmente aquela localizada próximo a Cuiabá, sofreria o impacto da emancipação servil.²⁶²

²⁵⁸ Uma discussão sobre a utilização de mão-de-obra escrava e mão-de-obra livre na agricultura em Mato Grosso está em Lucia Helena Gaeta Aleixo. *Mato Grosso: Trabalho Escravo e Trabalho Livre (1850-1888)*.

²⁵⁹ Robert Edgar Conrad. *Tumbeiros. O Tráfico de Escravos para o Brasil*. P. 217.

²⁶⁰ Relatório de 1887. Op. cit., p. 83.

²⁶¹ Brasil, *Nossas Riquezas, Nossas Industrias*. P. 257.

²⁶² Virgílio Corrêa Filho. *Pantaneais Matogrossenses (Devassamento e Ocupação)*. P. 64-65.

A pecuária e os setores extrativistas (poaia, mate e borracha) que, por suas características não utilizavam o trabalho escravo (pelo menos em escala apreciável), poderão se desenvolver sem sofrerem dos problemas da agricultura. Porém é importante lembrar que em ambos os setores, a utilização de trabalho assalariado que se aproximava do compulsório já foi bastante registrado, seja com mão de obra de paraguaios, no caso do mate e da pecuária, seja com mão de obra indígena em todos os setores.²⁶³

Aos ataques dos índios às fazendas e sítios também é creditada a baixa produção agrícola da província. De fato, após a Guerra do Paraguai cresceu o ataque dos índios aos agricultores nas proximidades de Cuiabá e das povoações mais próximas. Sucessivos relatórios dos presidentes da província registram esses ataques. No relatório de 1881 é apresentado um quadro com os ataques de índios a diversos pontos da província entre 1875 e 1880 e que resultaram em 204 moradores mortos e 27 feridos. Não fala do número de índios mortos.²⁶⁴ Esses ataques devem ter resultado em redução na produção agrícola já que eram acompanhados de destruição de moradias e plantações dos sítios e fazendas. No entanto, é difícil creditar a tais ataques a responsabilidade pela baixa produção agrícola da província. Deve-se acrescentar ainda que no final do período tratado os índios Coroados estavam em processo de integração, tendo iniciado contatos que evoluíram para sua “catequização”.²⁶⁵

No período que estamos tratando, os presidentes de província pouco se referem à questão das Terras Públicas e da apropriação territorial na Província. O tema aparece apenas três vezes. Na primeira, relata-se a troca de juizes comissários, encarregados de efetuarem as medições nas diferentes paróquias, sem que aparecessem resultados práticos.²⁶⁶ Nas outras duas vezes processos de demarcação são mencionados apenas nos relatórios de 1880, do Barão de Maracaju, e o relatório com que o coronel José Leite Galvão transmitiu o cargo ao coronel José Maria de Alencastro, em 1882. No primeiro relatório foram aprovados quatro

²⁶³ Lúcia Salsa Corrêa. Op. cit., p. 201-230. O barão de Vila Maria utilizava de trabalhadores paraguaios em suas fazendas, vigiados por soldados. A respeito ver Lúcia Salsa Corrêa. *Corumbá: Um Núcleo Comercial na Fronteira de Mato Grosso (1870-1920)*. P. 64-68. Lúcia Helena Gaeta Aleixo. Op. cit., p. 57-73.

²⁶⁴ Relatório de 1881. Op. cit., p. 11.

²⁶⁵ Relatório de 1886. Op. cit., p. 04. Exposição com que o Exmo. Sr. Dr. Joaquim Galdino Pimentel passoa a administração da Província de Matto-Grosso ao Exmo. Sr. 2º Vice-Presidente, Capitão Antonio Augusto Ramiro de Carvalho, no dia 9 de novembro de 1886 (Daqui em diante, Exposição de Transmissão de 1886). P. 12.

²⁶⁶ Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Coronel Barão de Diamantino, Vice-Presidente da Província de Mato-Grosso, passou a administração da mesma ao Excelentíssimo Senhor General Hermes Hernesto da Fonseca, no dia 5 de julho de 1875 (Daqui em diante, Relatório de Transmissão de 1875). P. 2.

processos; no segundo relatório era comunicada a aprovação de vinte e sete processos de medição de terras pertencentes a diversos cidadãos. O coronel José Leite Galvão diz que, além de ajudar na receita da província, aquela decisão estimularia que outros cidadãos também procedessem à medição das terras que ocupavam, trazendo "...também a não pequena vantagem de acoroçoar a aquisição legítima dessa propriedade, e o desenvolvimento das indústrias agrícolas e pastoril, infelizmente decadentes na província, por causa da falta de protecção, e das dificuldades de toda sorte com que lutam de há muito tempo".²⁶⁷

A pequena quantidade de processos aprovados, decorrência da pequena quantidade de pedidos de medição, nos dá a medida da indiferença com que os proprietários viam a Lei de Terras de 1850, tendo a confiança de que poderiam prosseguir com o processo de apropriação de terras públicas sem serem molestados. Por outro lado, também é visível a indiferença do Estado com a questão, o que também dá a medida exata da sua cumplicidade com os grileiros.

A possibilidade dada ao proprietário para uma contínua apropriação de terras sem serem molestados é uma explicação que pode ser dada para as rudimentares técnicas de cultivo e para a baixa produtividade da agricultura da província, tão enfatizada por diversos presidentes. Para Lígia Osório, essa é uma das consequências do contínuo processo de apropriação de terras públicas pois, "...Enquanto fosse possível incorporar terras devolutas, não haveria necessidade de alterar o padrão de cultivo".²⁶⁸

Após a guerra houve tentativas de estimular a imigração, mas ela não teve efeito perceptível. Se tomarmos como exemplo o ano de 1879, verificamos que o número de estrangeiros que entraram em Mato Grosso indicava um total de 160 imigrantes que vieram para ficar. Destes, a maioria era composta de paraguaios e italianos. Vinham para o serviço doméstico, o comércio, as artes, a indústria e, só em último caso, para agricultura.²⁶⁹ A agricultura não atraía imigrantes, provavelmente porque não aparecia como uma atividade econômica com perspectivas de desenvolvimento; ao contrário, estava estagnada e sem condições de desenvolver. Além disso, deve ser acrescentado a questão da distância do litoral, que tornava a província pouco atraente para os imigrantes. Mesmo a entrada de grande

²⁶⁷ Relatório de 1880. Op. cit., p. 39; Relatório com que ao Exmo. Sr. Coronel. Jose Maria de Alencastro, Presidente da Província, passou a administração da mesma o Vice-Presidente Tenente Coronel José Leite Galvão, no dia 31 de maio do corrente ano (Daqui em diante, Relatório de Transmissão de 1881). P. 3.

²⁶⁸ Lígia Osório Silva. Op. cit., p. 339.

número de paraguaios pode ser explicada pela crise econômica daquele país após a Guerra do Paraguai, que deixava sua população sem alternativas.

Acreditamos que essa baixa produtividade da agricultura tem a ver com a própria situação da economia da província, com baixo índice de monetização, com uma economia de subsistência ainda forte, com uma mão-de-obra escrava relativamente grande e com mecanismos que impediam o acesso à terra em regiões próximas aos centros consumidores, como demonstramos no caso dos imigrantes que chegaram à província no período anterior à Guerra do Paraguai. Soma-se a esses fatores a distância dos principais centros consumidores do Brasil e do exterior, que onerava o transporte de produtos agrícolas, impedindo que se tornassem competitivos nesses mercados. O presidente José Joaquim Ramos Ferreira fazia esta avaliação das possibilidades de competição dos produtos da província: “Como produzir onde falta a comunicação, e os mercados por sua grande distancia tornam absurda toda ideia de permuta? Podem os produtos agricolas de Matto Grosso ser remetido para Buenos Ayres e Montevideo, para compertir com similares de outras procedências, quando o preço do frete quasi que absorve o valor do produto?”²⁷⁰

Soma-se ainda o fato de que a agricultura de Mato Grosso não encontrará um produto em que possa se assentar sob novas bases, como terá o sudeste com o café. Um produto que tivesse um mercado amplo e que proporcionasse uma lucratividade que compensasse investimentos em transportes e na melhoria da produtividade. Na década de oitenta iniciou-se um processo de construção de algumas usinas de açúcar na província. Essas usinas utilizavam máquinas modernas e técnicas de produção avançadas. No entanto dependiam da plantação de cana onde as técnicas agrícolas continuavam atrasadas e resultavam em baixa produtividade.²⁷¹ Essas usinas nunca chegaram efetivamente a ter peso na economia provincial no período que tratamos. Acreditamos que a ausência de um mercado consumidor expressivo, que estimulasse o desenvolvimento dessas usinas, contribuiu para a sua decadência.

Nesse quadro que construímos, a economia de Mato Grosso aparece de forma clara como uma economia atrasada, sem um setor produtivo que lhe permitisse destaque no

²⁶⁹ Relatório de 1880. Op. cit., Anexo n. 5.

²⁷⁰ Relatório de 1887. Op. cit., p. 100-101.

²⁷¹ Relatório de 1887. Op. cit., p. 99-100.

conjunto da economia provincial e que, daí, se projetasse nacionalmente. Isso foi percebido pelo presidente Galdino Pimentel, em 1886:

*“.....a província não possui uma industria qualquer, agricola, pastoril, extractiva e muito menos manufactureira, que seja de per si bastante forte, ou tenha o necessário desenvolvimento para predominar no orçamento da receita; e enquanto isto não acontecer todo melhoramento publico dependente dos cofres provinciaes, não pôde ser levado a effeito com recursos precarios que constituem antes meios de vida de expediente do que fonte segura de renda permanente”.*²⁷²

Sem encontrar um produto que lhe permitisse inserir no mercado consumidor nacional ou internacional, a economia da província permanecerá estagnada. No entanto, é preciso lembrar desde já que, apesar dessa estagnação, a pecuária é uma atividade que vai se consolidando progressivamente, se espalhando principalmente na região sul da província. Começava a trilhar um caminho que fará dela, durante a República, a principal atividade produtiva de Mato Grosso.²⁷³

Nesse quadro de atraso na atividade produtiva, o comércio vai aparecer como o setor mais dinâmico da economia provincial. Mas, ao contrário de ser um setor que sinalizava para um crescimento da atividade produtiva, o domínio do comércio sobre a economia provincial era sinônimo do seu atraso.

Depois de ter experimentado um rápido desenvolvimento no período que antecedeu a guerra, após a abertura da navegação do rio Paraguai, o capital mercantil retoma com força a sua presença na província assim que termina a Guerra do Paraguai.

O fator que talvez tenha contribuído de forma decisiva para que isso ocorresse foi a liberação para a província de Mato Grosso, do imposto de importação, determinado pelo governo imperial ainda durante a guerra.²⁷⁴ Essa medida estimulou o desenvolvimento do capital mercantil que rapidamente tornou-se o setor mais dinâmico da economia da província.

²⁷² Relatório de 1886. Op. cit., p. 36.

²⁷³ Ver a respeito o trabalho de Lúcia Salsa Corrêa. *História e Fronteira. O Sul de Mato Grosso. 1870-1920*. P. 163-200.

²⁷⁴ Relatório apresentado a Assembleia legislativa da Provincia de Matto-Grosso, no dia 4 de outubro de 1872, pelo Presidente da mesma Provincia, o Exmo. Sr. Tenente Coronel Dr. Francisco José Cardoso Junior (Daqui em diante, Relatório de 1872). P. 57.

Mais uma vez, no entanto, é difícil não ligar o desenvolvimento do capital mercantil em Mato Grosso, aos investimentos militares realizados na província após a Guerra do Paraguai e às despesas de manutenção de unidades militares lá fixadas. A evolução dos gastos do governo imperial na província é bastante reveladora, principalmente se compararmos com a receita arrecadada pela própria província e utilizada em suas despesas.

Colocar dessa forma a questão não significa ignorar os setores da economia que contribuíam para que as relações de troca ocorressem, principalmente naqueles setores ligados ao comércio exportador. Significa colocar a questão olhando-a como um todo e verificando a contribuição de cada setor.

Alguns relatórios de presidentes da província trazem o total de gastos efetuados pelo governo geral na província de Mato Grosso (Quadro 5), o que nos permite comparar esses gastos com a receita própria da província no período (Quadro 3). Se compararmos os números, não há dúvidas quanto ao imenso peso na economia da província dos gastos efetuados pelo governo geral.

Apesar dos relatórios não permitirem a construção da sequência completa para o período, podemos observar que enquanto a receita provincial cresce muito pouco e somente no final do período ultrapassa a casa dos duzentos contos de réis, os gastos do Império na província em alguns exercícios ultrapassam a casa dos dois mil contos de réis. No exercício de 1875/1876, os gastos do governo geral na província chegaram a ser cerca de quinze vezes maior do que a receita provincial (Quadro 3 e quadro 5).

Outro fator que chama atenção e que decorre do primeiro é o volume de gastos dos ministérios militares, particularmente na década de 70. Isso pode ser explicado pelo processo de reconstrução das instalações militares da província, destruídas durante a guerra. No final da guerra o presidente dizia que “...não existe quartéis em nenhuma localidade da província. Faz-se planos para a construção deles em Villa Maria, Corumbá, Albuquerque e Coimbra”.²⁷⁵

Teremos então o processo de reconstrução das antigas instalações bem como a construção de novos quartéis e do novo arsenal da marinha em Ladário, localidade vizinha a

²⁷⁵ Relatório de 1871. Op. cit., p. 16; Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso na primeira sessão da 20ª Legislatura, no dia 3 de maio de 1874, pelo Presidente da Província, o Exmo. Sr. General Dr. José de Miranda da Silva Reis (Daqui em diante, Relatório de 1874). P. 62.

Corumbá, para onde foi transferido aquela unidade, anteriormente localizada em Cuiabá.²⁷⁶ Nos relatórios dos presidentes começa a aparecer um item intitulado “Obras militares”, onde são relatadas a construção e a reforma de quartéis, com a aplicação de elevadas somas.

Entre as instalações militares que são reformadas e rearmadas está o forte de Coimbra, cuja reconstrução termina em 1874.²⁷⁷

Os gastos militares se efetivam principalmente em construções já que os efetivos são rapidamente reduzidos. Expressão disso são os gastos do Ministério da Marinha que após chegarem a mais de seiscentos contos de réis no exercício 1875/1876, cai para patamares de menos de dois contos de réis no exercício de 1886/1887 (quadro 5). Esses valores finais deveriam corresponder ao pagamento dos marinheiros e a manutenção das instalações e embarcações militares ligadas àquele ministério. Sendo pequeno o número de marinheiros estacionados na província (cerca de 80 em 1879), os gastos seriam também pequenos.²⁷⁸

O mesmo processo deve ter acontecido com os gastos do Ministério da Guerra. Após alcançarem valores superiores a mil contos de réis no exercício 1875/1876, cai para 332 contos no exercício 1886/1887. (Quadro 5) Também aqui, os maiores gastos correspondiam ao período de reconstrução das instalações militares, principalmente de quartéis. Quando termina essas construções, os gastos se concentram no pagamento dos soldados e na manutenção das instalações. O número de soldados do exército também é reduzido, chegando a 1781 em 1879, contando oficiais e praças.²⁷⁹

Esses gastos do governo geral em Mato Grosso no período posterior à Guerra do Paraguai é o fator que impulsionou a retomada do desenvolvimento do capital mercantil na província. É revelador desse fato o desenvolvimento da vila de Corumbá no período imediatamente posterior à guerra.

Como vimos, Corumbá foi destruída durante a guerra, sua população sofreu imensos sacrifícios, seja pela ocupação, pela fuga para outras regiões, pelas doenças, pelas prisões e

²⁷⁶ Relatório de 1872. Op. cit., p. 49.

²⁷⁷ Relatório de 1874. Op. cit., p. 63.

²⁷⁸ Relatório de 1879. Op. cit., p. 167.

²⁷⁹ Idem, p. 164.

fuzilamentos, enfim uma série de privações. Passada a guerra, Corumbá se recupera rapidamente e logo alcança a condição de segunda cidade da província.²⁸⁰

A recuperação de Corumbá é consequência direta da convergência para aquela cidade de alguns fatores decisivos que concorrem para o seu desenvolvimento. Como dissemos, o governo imperial concede isenção de impostos de importação para o porto alfandegado daquela cidade, em 1866; em 1872 a isenção é prorrogada por mais cinco anos, vencendo somente em 1878;²⁸¹ a concentração militar na cidade que já era grande antes da Guerra do Paraguai, aumenta depois da guerra, com a instalação do arsenal da marinha, removido de Cuiabá. Soma-se a esses fatores a melhor navegabilidade do rio Paraguai a jusante de Corumbá, permitindo a ligação direta com portos situados no litoral, principalmente com cidades platinas como Montevidéu e Buenos Aires, além de Assunção e outros portos interiores da Argentina.

Pode parecer contraditória a concessão de isenção fiscal e manutenção do porto de Corumbá como porto alfandegado. No entanto não podemos perder de vista que é por esse porto que passavam as exportações de Mato Grosso, como a poaia, o gado e seus derivados (couro, crina, charque, etc), que, apesar de pequena, era importante componente na receita da combalida economia provincial. Boa parte dessas exportações se dirigiam para os portos de Buenos Aires e Montevidéu.

Em 1872, o presidente da província Francisco José Cardoso Júnior, fazia a seguinte avaliação da situação do comércio em Mato Grosso:

“É mau o estado do commercio aqui. Elle se mantém só apparentemente. Não há as grandes transacções de outras praças. Todavia, nota-se um verdadeiro prurido para a vida commercial, mas, é para a vida superficialmente commercial.

Todos desejão ter uma loja ou venda, mas ninguem se une para estabelecer uma associação ou companhia.

Tambem falha completamente a base em que repousa o commercio, propriamente dito.

²⁸⁰ Relatório com o Exmo. Sr. Dr. João José Pedrosa, Presidente da Provincia de Matto-Grosso, abriu a 1ª sessão da

22ª Legislatura da respectiva Assembleia, em 1º de outubro de 1879 (Daqui em diante, Relatório de 1878). P 19.

²⁸¹ Relatório de 1874. Op. cit., p. 57.

Não ha agricultura, não há industria, não há exportação: consequentemente, o commercio mantém-se n'um circulo acanhadissimo e quasi que se destina, com especialidade, a prover á população que é limitada, e onde apenas avulta o elemento official, e particularmente o elemento militar.

Arredassem-se estes dous elementos, e o commercio de Mato-Grosso desapareceria.

Nutro fundadas suspeitas de que mina surdamente entre a classe que, da noite para o dia, se improvisa commercial, uma ruina certa.

Vende-se aqui generos a todo o preço, menos ás vezes do que o das praças de Buenos-Ayres, Montevidéo e Rio de Janeiro.

Com a isenção dos direitos de importação, houve um perfeito diluvio no surgimento de casas commerciaes.

A umas succedia-se a abertura de muitas, e todas, afinal, vierão a prejudicarem-se reciprocamente.

É este o estado do commercio no Mato-Grosso onde todos os capitaes se concentrarão em varias mãos para depois sahierem para Buenos-Ayres, Montevidéo e Rio de Janeiro.

Póde-se dizer que é um corpo que pouco a pouco se vai esgotando, até ficar inteiramente inanido.

Não existe aqui nehuma companhia anonyma, agencias e caixas filiaes dessas companhias. ²⁸²

As despesas do governo geral na província e a isenção fiscal foram fatores determinantes para a rápida retomada do comércio após a guerra. São esses dois fatores que fazem com que o comércio possa oferecer mercadorias baratas (“menos ás vezes do que o das praças de Buenos Ayres, Montevidéu e Rio de Janeiro”) e encontrar um mercado consumidor em condições de absorve-las.

Por outro lado é importante considerar que a partir do final da Guerra do Paraguai a Argentina e o Uruguai experimentaram grande desenvolvimento, particularmente a

²⁸² Relatório de 1872. Op. cit., p. 90.

Argentina.²⁸³ Discutindo o crescimento do comércio de Corumbá no período, Lúcia Salsa Corrêa destaca que

*“...a região do Prata (sobretudo Buenos Aires e Montevideu) caracterizou-se como um centro nervoso onde se concentrou uma atividade comercial vinculada ao capitalismo financeiro internacional. E, nesse sentido, lembrando que essa região do Prata esteve sobre grande influência econômica européia, sobretudo inglesa, deve-se considerar ainda a probabilidade de um prolongamento intencional dessa penetração estrangeira (sob a forma de investimentos no comércio e na produção), em direção à província de Mato Grosso e em vista de suas potencialidades econômicas e riquezas naturais.”*²⁸⁴

Após o fim da Guerra do Paraguai, com a reabertura da navegação, o comércio com a região do Prata se tornou intenso. Segundo Virgílio Corrêa Filho,

“...Estreitaram-se as relações mercantis com a praça de Montevideu, para onde eram enviados os couros de gado vacum, solas, além de produtos destinados ao consumo dos laboratórios europeus, como a ipecacuanha.

*Em sentido contrário, carregavam o s navios para o consumo regional, farinha de trigo, azeite-doce, vinho, sabão e até açúcar branco”.*²⁸⁵

A presença desse comércio com a região do Prata, além da grande presença de estrangeiros em uma região distante dos centros de poder e localizada na fronteira, ajuda a explicar a constante preocupação do governo imperial com a região, bem como os investimentos militares ali realizados após a guerra.

Em 1878 termina o período de isenção fiscal concedido pelo governo imperial. Inicia então um período de adaptação, o que não aconteceria sem problemas. Comentando um relatório da câmara de vereadores de Corumbá, sobre a situação do comércio da cidade, diz o presidente João José Pedrosa:

²⁸³ Sobre o crescimento da economia da Argentina no período ver Aldo Ferrer. *La Economía Argentina. Las Etapas de Su Desarrollo y Problemas Actuales*. P. 91-152.

²⁸⁴ Lúcia Salsa Corrêa. *Corumbá: Um Núcleo Comercial na Fronteira de Mato Grosso (1870-1920)*. P. 54.

²⁸⁵ Virgílio Corrêa Filho. *Pantanaís Matogrossenses*. P. 104.

“A mesma câmara declara que o municipio esta em decadencia, ‘por falta de meio circulante’, proveniente, sem duvida, do atraso que então estavam os pagamentos a tropa de linha, cujo soldo alimenta grande parte do commercio da villa.

Se isso fosse a causa do mal já teria desaparecido logo que cheguei a provincia, porque desde então a tropa tem recebido em dia seu soldo, e, por isso, há de ter abundado o meio circulante, cuja falta a camara lamentava.

Creio, porem, que o esmorecimento que nota-se nesse florescente municipio proveio d’outra causa.

Ella deve procurar-se no decrescimento do commercio depois que cessou a isenção de impostos para as mercadorias importadas.

*Prevendo este facto, os commerciantes da provincia fizeram com antecedencia grandes abastecimentos, e enquanto as necessidades de consumo não exigirem novas entradas, naturalmente o movimento do porto de Corumbá deve soffrer bastante alteração”.*²⁸⁶

O que se observa é que o comércio passará por um período de adaptação. Corumbá, sede do porto alfandegado, centro comercial da província, que se beneficiava diretamente da isenção fiscal e da grande concentração militar ali existente, irá sentir as mudanças. Naquele momento específico haveria queda nas vendas que seriam retomadas mais à frente.

Mas o comércio prossegue com seu crescimento e, nesse período, alcança também Cuiabá e São Luiz de Cáceres (a antiga Vila Maria), situada às margens do rio Paraguai, que se torna o terceiro maior centro de arrecadação da província, “em consequencia da prosperidade do lugar”.²⁸⁷

O próprio governo provincial tratou de dar um jeito de também arrecadar com impostos sobre importação, violando dispositivo constitucional em vigor que dava exclusividade ao governo geral na arrecadação desse imposto, a sua principal fonte de receita. Os valores arrecadados com o imposto sobre importação não aparecem de forma clara nos relatórios mas eram cobrados. A prova disso está no fato de que, em 1883, quando esses

²⁸⁶ Relatório de 1878. Op. cit., p. 19-20.

²⁸⁷ Relatório de 1876. Op. cit., Anexo, p. 134.

impostos foram declarados inconstitucionais e suprimidos pelo Gabinete Paranaguá, operou-se uma redução de dez a doze por cento na arrecadação da província de Mato Grosso.²⁸⁸

A situação financeira de Mato Grosso começou a adquirir um quadro real a partir de meados da década de 70 quando acabam os sucessivos superávits, gerados pela situação particular criada durante a guerra e nos anos imediatamente subsequentes, e a realidade financeira da província começou a aparecer nos balanços.

No exercício de 1878/1879 aparece o primeiro déficit, de 11:277\$717.²⁸⁹

Ao tomarmos a receita e a despesa entre os exercícios de 1871/1872 e 1884/1885 e compararmos a sua evolução, podemos observar que nesse período, enquanto a receita cresce 29 por cento, a despesa cresce cerca de 57 por cento, portanto quase o dobro. Se partirmos da observação de que o exercício de 1871/1872 ainda tinha a sua receita real deformada pelos superávits do período de guerra, que vão desaparecendo rapidamente, veremos que o aumento da receita não acompanhava o aumento das despesas na mesma proporção. Os déficits seriam inevitáveis.

A situação dos cofres provinciais se agravou com uma proposta aparecida em 1879, voltada para melhoramento urbano da capital, Cuiabá. O presidente João José Pedrosa propõem à assembléia provincial a realização de empréstimo de 250 contos de réis para a construção do sistema de abastecimento de água de Cuiabá. As bases desse empréstimo seriam as seguintes:

“O capital de 250:000\$000 reis será levantado em apolices, do valor de 1:000\$000, de 500\$000 e de 200\$000 reis, emitidas dentro ou fora da província, e ao juro maximo de 8 % ao ano.

*Os tomadores destas apolices constituie-se-hão credores privilegiados da província, para a preferencia de pagamento, quer a respeito do juro estipulado, quer a respeito da amortização do capital”.*²⁹⁰

²⁸⁸ Essa estimativa da queda da receita em consequência do fim dos impostos sobre importação está no Relatório de 1884. P. 29. Uma discussão sobre a questão fiscal na transição Império-República está em Wilma Peres Costa. “A Questão Fiscal na Transformação Republicana – Continuidade e Descontinuidade”. In *Economia e Sociedade*. Vol. 10, p. 142-173.

²⁸⁹ Relatório de 1879. Op. cit., p. 123.

²⁹⁰ Idem, p. 60.

Essa proposta implicava em um grande endividamento para a província, com um valor que ultrapassava a sua arrecadação anual. Mas foi aprovado.

Em contrapartida, o presidente João José Pedrosa propõem o aumento de impostos sobre vários produtos e serviços existentes na província.²⁹¹ A criação de um imposto territorial rural foi sugerido pelo presidente, apoiando-se nos escritos de Tavares Bastos e seu projeto de tributação.²⁹² A Assembléia Legislativa provincial, composta em quase toda sua totalidade por proprietários ou seus representantes, rejeitou a proposta e ela desapareceu do relatório seguinte.

Criou-se então um quadro onde o pagamento dessa dívida passou a onerar de forma intensa o orçamento da província, agravando a sua já difícil situação financeira. Em 1883 a província emite apólices no valor de 165:250\$000 para pagar aquela dívida²⁹³. Mas o quadro continuou a agravar.

Como solução para tentar equilibrar as despesas provinciais, o barão de Batovi, presidente da província, decretou novos impostos e reduziu o salário dos funcionários públicos.²⁹⁴ Essas medidas não surtem efeito; em 1887 a dívida chega a 230 contos de réis.²⁹⁵

Em 1887 algumas medidas são sugeridas pelo vice-presidente em exercício, Joaquim Ramos Ferreira, à Assembléia Legislativa provincial como proposta para enfrentar a crise. Este se posiciona contra o aumento de impostos sobre os produtos agrícolas, sugere a redução de salários e retoma a discussão da necessidade de um imposto territorial em terras não cultivadas e de um imposto sobre lotes urbanos.²⁹⁶

Durante os anos que se seguem à Guerra do Paraguai, os sucessivos governos procuraram ampliar o aparelho fiscal, principalmente em direção às regiões onde crescia o comércio de gado e erva mate.

Em 1876 foi fixado um posto fiscal às margens do rio Araguaia, na divisa com Goiás, com o objetivo de cobrar imposto sobre o gado que era vendido para aquela província. Em 1880 são criados postos fiscais na região da serra do Amambai e da serra de Maracaju, no sul

²⁹¹ Relatório de 1878. Op. cit., p. 55.

²⁹² Relatório de 1879. Op. cit., p. 131.

²⁹³ Relatório de Transmissão de 1883. Op. cit., p. 23.

²⁹⁴ Relatório de 1884. Op. cit., p. 03.

²⁹⁵ Relatório de 1887. Op. cit., p. 64.

²⁹⁶ Idem, p. 69-72.

da província, para cobrar impostos sobre o mate extraído daquela região e exportado para o Paraguai.²⁹⁷

O crescimento do aparelho fiscal, no entanto, não dava conta das necessidades da província, que começava a conviver com ameaça de déficit em suas contas e cujas demandas necessitavam de uma arrecadação maior, o que somente poderia ser alcançada com o aumento da produção ou com a introdução de novos impostos.

A questão aqui a ser discutida é que havia um limite para a arrecadação, confrontada à situação da produção da província, que não se desenvolvia de forma a dar conta de atender às suas despesas básicas.

Apesar da pecuária experimentar um desenvolvimento importante e da extração e exportação do mate crescer rapidamente, a arrecadação de impostos com esses dois produtos não crescia o suficiente para compensar a estagnação da agricultura, de onde vinha boa parte da arrecadação até então, obtida através dos impostos cobrados nos mercados.

O resultado dessa situação é o quadro de estagnação que percorre a economia provincial e que se reflete de forma permanente nos relatórios dos presidentes da província. Esse quadro está em sintonia com a situação geral do país na últimas duas décadas do Império que, à exceção da cafeicultura paulista e da exportação de borracha, é de ausência de crescimento econômico.²⁹⁸

Na década de oitenta, com o processo de construção de ferrovias se espalhando pela maioria dos estados do Império, principalmente por aqueles situados no litoral, cresce a expectativa de que Mato Grosso também seja beneficiado. Num primeiro momento três concessões foram dadas a interessados em construir ferrovias que terminasse em Mato Grosso.

A primeira concessão foi dada aos engenheiros Cristiano Palm e André Rebouças, apadrinhados pelo barão de Mauá. Pela concessão feita, a ferrovia deveria começar no porto de Antonina, no Paraná, se dirigir até a vila de Miranda e de lá até Cuiabá, em Mato Grosso. A segunda concessão teria o traçado começando em Rio Claro, em São Paulo, onde já havia

²⁹⁷ Relatório de 1880. Op. cit., p. 89.

²⁹⁸ Conforme Wilma Peres Costa. "A Questão Fiscal na Transformação Republicana - Continuidade e Descontinuidade". In *Economia e Sociedade*. V. 10, P. 143.

estrada de ferro, e se prolongaria até Santana do Paranaíba, em Mato Grosso. A terceira concessão foi o traçado que resultaria na ferrovia Madeira-Mamoré.

Dessas três concessões somente o da Madeira-Mamoré seria efetivamente construído, anos mais tarde, em uma construção que terminaria sem resultado econômico efetivo mas que custaria imensos sacrifícios humanos.²⁹⁹

A ferrovia que resultaria da concessão de Palm e Rebouças teve o seu traçado estudado por uma comissão de engenheiros que estiveram em Mato Grosso. Por desentendimento entre os concessionários e o governo imperial a ferrovia não se viabilizou.³⁰⁰

A concessão com traçado de Rio Claro a Santana do Paranaíba não se viabilizou também.

Durante o gabinete chefiado por Cansansão de Sinumbu, foi nomeada uma comissão chefiada pelo engenheiro Pimenta Bueno, para estudar a melhor forma de melhorar as comunicações entre a província de Mato Grosso e a Corte, seja por rios, seja por via férrea ou pela combinação de ambos.³⁰¹ Pimenta Bueno vai a Mato Grosso e estuda um traçado de ferrovia e de telégrafo, passando por Santana do Paranaíba.³⁰² Essa proposta também não se efetivará.

Três anos depois o governo imperial concedeu a Agostinho de Souza Guimarães a concessão para a construção de uma ferrovia que, partindo do prolongamento da ferrovia de Paracatu, em Minas Gerais, passasse pelo rio Araguaia e terminasse em Cuiabá.³⁰³ Tal proposta também não sairá do papel.

Tivemos ainda um pedido de concessão feito ao governo provincial, pelo engenheiro Francisco José Gomes Calaça. Seu projeto era construir uma ferrovia ligando Cuiabá à localidade de Lagoinha, nas proximidades da borda da região serrana próximo à capital da província. Essa região tinha importante concentração de propriedades rurais e abastecia a capital com produtos agrícolas sendo, provavelmente, o mercado visado pelo projeto dessa

²⁹⁹ Sobre a história da ferrovia Madeira-Mamoré ver. Francisco Foot Hardman. *Trem Fantasma. A Modernidade na Selva*.

³⁰⁰ Graham credita tal desenlace a desentendimentos entre Rebouças e a oligarquia agrária do Paraná. Richard Graham. *Op. cit.*, p. 213-214. Ver ainda André Rebouças: *André Rebouças Através de sua Auto-Biografia*. P. 129-157.

³⁰¹ Relatório de 1879. *Op. cit.*, p. 85-86.

³⁰² Relatório de 1880. *Op. cit.*, p. 56-58.

³⁰³ Relatório de 1884. *Op. cit.*, p. 21.

ferrovia. A concessão foi aprovada por lei provincial em 1874, mas a ferrovia não foi construída.³⁰⁴

Demétrio Magnoli relaciona os vários planos de viação nacional, seja ferroviário ou a combinação deste com hidrovias, cujo centro da discussão era alcançar Mato Grosso. Foi a partir desses planos que emanavam as concessões.³⁰⁵

À exceção da Madeira-Mamoré, nenhuma das outras concessões resultaram em construção. Mas a simples existência da concessão, a maioria delas provavelmente produto de manobras especulativas e políticas, típicas daquele período, provocava excitação na província, como se a ferrovia fosse resolver os seus problemas de estagnação econômica e inserir a província nos trilhos do progresso.³⁰⁶

Enquanto a ferrovia não saía dos planos, a navegação, o meio mais rápido de transporte da província com o litoral e com a Corte, era motivo de constantes reclamações quanto à regularidade das viagens e a baldeação a que os passageiros e mercadorias eram obrigados a fazer em Montevidéu.

Existiam duas linhas de navegação: a primeira ligava Cuiabá a Corumbá, Montevidéu e Rio de Janeiro; a segunda ligava Vila Maria a Corumbá.³⁰⁷ (Mapa 5)

A ausência de regularidade nas linhas e a demora nas baldeações contribuíam para a irritação dos presidentes, que faziam sucessivas reclamações e criavam a miragem da solução dos problemas da província pela construção de uma ferrovia ligando Mato Grosso ao litoral.

Os problemas com a navegação contribuíam também para que os serviços de correio fossem ruins. Um dos presidentes afirmou que o serviço dos correios de Mato Grosso era o pior de todas as províncias do Império.³⁰⁸ Coloca-se como necessidade a efetivação de bons serviços de comunicação com a Corte por via terrestre, para evitar o que aconteceu em 1864, “...quando Matto-Grosso so pode saber que o Imperio estava em guerra com o Paraguay quando as tropas e a esquadra da republica apresentaram-se diante de Coimbra, intimando a

³⁰⁴ Relatório de 1875. Op. cit., p. 20.

³⁰⁵ Demétrio Magnoli. Op. cit., p. 279.

³⁰⁶ Sobre as especulações com concessões de ferrovias ver Richard Graham. Op. cit., 64-65. Uma discussão sobre a relação entre progresso e ferrovias está em Francisco Foot Hardman. *Trem Fantasma. A Modernidade na Selva*. P. 97-115.

³⁰⁷ Relatório de 1880. Op. cit., p. 61.

³⁰⁸ Relatório de 1878. Op. cit., p. 21.

rendição á fortaleza deprimida”.³⁰⁹ Essa situação faz com que a ligação por via telegráfica com a capital do Império também comece a aparecer entre as reivindicações dos presidentes.³¹⁰ Num mundo que se comunica por meios cada vez mais rápidos, a questão do isolamento começa a aparecer novamente na preocupação dos dirigentes da província.

Os problemas com a navegação e com os correios são parte dos problemas que atingem a província e que remontam à década de cinquenta, quando começamos a analisar a sua evolução.

Assim é que os sistemas de transportes, que já eram deficientes antes da Guerra do Paraguai, continuaram deficientes depois. As ligações internas da província eram ruins, as estradas desapareciam no período das chuvas e eram motivo de constantes reclamações. No final do Império o presidente em exercício, José Joaquim Ramos Ferreira, afirmava que não havia uma única estrada digna desse nome na província.³¹¹

Se os problemas que afetavam diretamente a economia da província como os transportes eram deficientes, pior eram outros setores, que diziam respeito às suas condições de vida, como a saúde e a educação.

A população provincial dispunha somente de um hospital, que vivia de caridade: a Santa Casa da Misericórdia de Cuiabá. Um dos últimos relatórios do período imperial é revelador de como era visto a Santa Casa de Cuiabá. Diz Galdino Pimentel que

*“...É bem de desejar que estabelecimentos dessa natureza que pertencem antes á caridade publica, isto é, ao povo que é quem pode e deve auxilia-los proporcionalmente ás possibilidades de cada individuo, segundo as maximas do Evangelho, não tenham com a administração publica outra dependencia que não seja o auxilio que esta ainda esta na obrigação de prestar-lhe supprindo a deficiencia dos meios necessarios para seu custeamento”.*³¹²

³⁰⁹ Idem. P. 25.

³¹⁰ Relatório com que o Exmo. Sr. Coronel Dr. José Maria de Alencastro, Presidente da Provincia de Matto-Grosso, abriu a 1ª Sessão da 24ª Legislatura da respectiva Assembleia, no dia 15 de julho de 1882 (Daqui em diante, Relatório de 1882). P. 58.

³¹¹ Relatório de 1887. Op. cit., p. 122.

³¹² Relatório de 1886. Op. cit., p. 12.

Não só o governo provincial estava em dificuldades financeiras como não fazia parte de seus planos a responsabilidade pela saúde dos habitantes da província. Era esse, aliás, o comportamento adotado pelo governo em relação à saúde em todo o Império.³¹³

Na educação a situação não era diferente. Em 1887 os problemas enfrentados eram semelhantes aos de 1858: muita falta dos alunos, má qualificação dos professores e baixa remuneração dos mesmos. O resultado era um índice de analfabetismo que atingia a oitenta por cento da população da província, fazendo com que em 1887 o número de analfabetos fosse maior do que era em 1872.³¹⁴ Aqui também a situação de Mato Grosso não era diferente do conjunto do Império.³¹⁵

As iniciativas tomadas no período, como a fundação do Liceu Cuiabano, os diferentes regulamentos com que se tentava modernizar o ensino, foram importantes no sentido de resolver parte daquelas deficiências, mas se revelaram insuficientes.³¹⁶

Do quadro que vimos apontando, Mato Grosso aparece de forma nítida, no final do Império, como uma província atrasada, com poucas perspectivas econômicas e com uma população sofrendo de problemas que se revelavam de difícil solução.

3- A SITUAÇÃO POLÍTICA DA PROVÍNCIA NO PERÍODO

Se na esfera econômica e na esfera social a situação da província era de estagnação, na esfera institucional e política a província acompanhava o quadro geral do Império. Vamos concentrar inicialmente em duas instituições: as forças armadas e a justiça.

Terminada a Guerra do Paraguai as forças militares concentradas na província foram rapidamente reduzidas. Em 1882 o Exército contava com um total de 1290 soldados, entre praças e oficiais,³¹⁷ a Marinha, em 1879, contava com 80 praças.³¹⁸ Esse número de soldados era inferior àquele do período que antecedeu à Guerra do Paraguai e que contribuiu para o

³¹³ Lycurgo Santos Filho. "Medicina no Período Imperial". In. Sergio Buarque de Holanda(Org.). *História Geral da Civilização Brasileira.. Tomo II. O Brasil Monárquico. 3 - Reações e Transações*.P. 484-485.

³¹⁴ Relatório de 1887. Op. cit., p. 44-51.

³¹⁵ Sobre o analfabetismo no Império ver José Murilo de Carvalho. Op. cit., p. 70.

³¹⁶ O Liceu Cuiabano foi instalado em 7 de março de 1880, juntamente com uma "reforma do ensino". Relatório de 1880. Op. cit., p. 26.

³¹⁷ Relatório de 1882. Op. cit., p. 60.

³¹⁸ Relatório de 1879. Op. cit., p. 167.

desastre que foi o comportamento e o resultado da participação das forças armadas na guerra em território de Mato Grosso. Além de reduzido, os soldados estavam espalhados em pequenas unidades, ao longo da fronteira com o Paraguai e a Bolívia.

Após a guerra voltou a acontecer os problemas com o recrutamento, que impediam que se completasse o total do efetivo do exército na província. No relatório de 1882, o presidente declarava que “...do mappa anexo, ve-se que acha-se consideravelmente reduzida na província a força de linha, pois que para atingirem ao seu estado completo, que é de 2063 homens, faltam aos corpos 773”.³¹⁹ Faltava um terço do efetivo! Porque isso acontecia? Então o presidente explica em um capítulo de seu relatório intitulado “Alistamento Militar”:

“Apezar de reiteradas recomendações desta presidencia para que este serviço se faça regularmente, não lhe tem sido possível conseguil-o; nada influido a comminação de multa aos funcionarios omissos, porque acham sempre meio legitimo de escusar-se dessa penalidade legal (...) Há mesmo da parte de alguns membros das juntas parochial a revinosa decidida negação para este serviço, alias complicado e meramente oneroso. Por esta razão não creio que jamais se possa consegui-lo com a necessaria regularidade e nas ephocas marcadas pela Lei”.³²⁰

Ou seja, o alistamento voltava a ter os mesmos problemas de antes da guerra e a dificuldade continuava a ter relação direta com a outra instituição civil que bloqueava a constituição efetiva do exército: a Guarda Nacional.

A Guarda Nacional foi reorganizada em 1873 e por essa lei a sua convocação somente se daria por motivo bem específico, como era o caso da garantia da fronteira, caso esse presente em Mato Grosso. Em 1875, por exemplo, a Guarda Nacional em Mato Grosso foi convocada para ocupar o lugar do exército quando nesse ano teve parte de seus efetivos enviados ao Paraguai.³²¹

No entanto, a partir daí a Guarda Nacional não foi mais convocada, embora ela continuasse a ser um bom refúgio de recrutáveis para o exército. Naturalmente que esse refúgio tinha a ver com a atividade política, prendendo esses recrutáveis aos chefes políticos

³¹⁹ Relatório de 1882. Op. cit., p. 60.

³²⁰ Idem, p. 61.

³²¹ Relatório de 1876. Op. cit., p. 15.

locais, que, bancando os seus afilhados e impedindo o seu recrutamento para o exército, se fortaleciam para os embates políticos futuros.

Esse mecanismo era facilitado pela resistência que se criou entre os recrutáveis em relação ao exército, frente às lembranças das mortes na guerra e das doenças que atingiram a tropa naquele período, particularmente a varíola, e que provocou grandes baixas.

É revelador como em uma província como Mato Grosso, localizada na fronteira e que tinha acabado de sair de uma guerra que, de forma particular, tinha deixado profundas marcas, o problema da incapacidade de completar o total dos efetivos do exército aparecia como um problema estrutural sem solução.

Se observarmos o comportamento da Justiça em Mato Grosso, verificaremos que os problemas também continuaram os mesmo de antes da guerra.

Os problemas residiam fundamentalmente na ausência de um corpo de juizes fixos na província, o que invariavelmente atrasava o julgamento de processos e irritava o governo provincial. Em 1880 a totalidade dos termos (subdivisão de uma comarca) da província estava sem juizes formados; a totalidade da promotoria também, sendo exercida por leigos.

A instalação do Tribunal de Relação (tribunal de justiça de segunda instância), efetivada em 1874, trouxe a expectativa de que fosse facilitado o julgamento dos processos em segunda instância, antes realizados no Rio de Janeiro.³²² No entanto, repetiu com essa instância do judiciário o mesmo que acontecia com as instâncias inferiores. Aqui também a falta de juizes impedia o seu funcionamento normal e ainda prejudicava as instâncias inferiores. Quatro anos após a sua instalação, o funcionamento do Tribunal de Relação já era motivo de críticas.

“Instalado á 1º de maio de 1874, este Tribunal, em razão de seu diminuto pessoal, apenas de 5 desembargadores, soffre continuas interrupções nos seus trabalhos. Demais, fazendo-se constantemente mister, pela deficiência do numero legal, a chamada de juizes de direito das comarcas da provincia para virem tomar assento no tribunal, d’aqui provem ficarem as mesmas comarcas entregues á juizes leigos, com grande prejuizo para os interesses da justiça..

³²² Relatório de 1874. Op. cit., p. 51.

Este facto, tão reproduzido, suggere a conveniencia do augmento do numero de desembargadores, para que esse importante tribunal não se torne uma instituição quasi inutil e ate de alguma forma desvantajosa.

*Pedirei para este assumpto a attenção do Governo Imperial”.*³²³

A forma como era organizado o judiciário no Império, fazia com que os juizes iniciassem a sua carreira nas províncias de menor importância e fossem ascendendo progressivamente em direção às províncias mais importantes. Daí iriam para a segunda instância, os tribunais de relação, e poderiam chegar à instância máxima do judiciário, o Superior Tribunal de Justiça.³²⁴

Dessa forma, Mato Grosso aparecia como um estágio passageiro na carreira judiciária. Soma-se ainda o fato de que a província estava afastada do litoral e era de difícil acesso. Tudo isso fazia com que os magistrados que iam para Mato Grosso ficassem mais preocupados com a sua transferência para outra província do que em permanecer efetivamente lá e executar plenamente suas tarefas. Alguns juizes nomeados para Mato Grosso recusavam-se mesmo a tomar posse; outros utilizavam o mecanismo da licença para tratamento de saúde como forma de deixar a província e não voltar mais.³²⁵

Essa característica do judiciário como uma instituição com funcionamento irregular na província de Mato Grosso permaneceu até o final do Império. No último relatório por nós analisado, essas reclamações apareciam como sem solução e geravam pedidos de providências à Assembléia Geral, que não surtiram efeito.³²⁶

Se o judiciário estava em situação semelhante àquela da década de cinquenta, a polícia seguia seus passos.

Estruturada no final dos anos cinquenta, a polícia não conseguia se constituir em uma instituição que desse conta de exercer as suas funções de guardião da ordem interna. No caso de Mato Grosso (forma semelhante ocorria em outras províncias) significava constituir uma polícia que substituisse completamente as funções de segurança interna que era executada em larga medida pela Guarda Nacional e pelo exército.

³²³ Relatório de 1878. Op. cit., p. 12.

³²⁴ Conforme José Murilo de Carvalho. Op. cit., p. 156-165.

³²⁵ Relatório de 1887. Op. cit., p. 12.

³²⁶ Idem, p. 15.

O argumento usado para justificar o pequeno efetivo policial, que em 1882 não ultrapassava um batalhão com 85 praças, era o da falta de recursos, devido à baixa arrecadação da província.³²⁷

Em 1887 o vice-presidente José Joaquim Ramos Ferreira propõem à Assembléia Legislativa provincial que a polícia passasse a executar somente o policiamento da capital e que os municípios criassem guardas municipais para executar as tarefas da polícia.³²⁸ Essa proposta oficializava o que provavelmente estava acontecendo na prática. Significava também abandonar o policiamento nos municípios já que estes estavam em pior situação financeira que o governo provincial. Ao contrário de termos um avanço no controle do Estado sobre os domínios privados, o que provavelmente tivemos foi um avanço destes sobre o primeiro. Talvez esteja aí uma contribuição importante para explicar a proliferação do banditismo endêmico que tomou conta de Mato Grosso no início da República, alimentado pelas disputas políticas do novo período.³²⁹

Para concluir acreditamos ser necessário falar rapidamente da evolução política de Mato Grosso nesse último período, procurando verificar qual a relação dessa evolução política com a evolução econômica.

Não houve nos dezenove anos que seguiram à Guerra do Paraguai nenhum personagem que se destacasse na esfera política da província, de forma semelhante àquela representada por Augusto Leverger (Barão de Melgaço) no período anterior. Tivemos uma sucessão de presidentes que passaram pela província, dentro da tradição imperial de fazer das presidências de província um mecanismo de formação de seus quadros.³³⁰

O que talvez diferencia Mato Grosso das demais províncias, é o número de militares que para lá foram enviados para exercer a presidência: um total de dez militares, contra quatro civis. Figuras de destaque na futura república, como o general Hermes da Fonseca (pai do futuro presidente da república), Cunha Matos e Floriano Peixoto (posteriormente presidente da república) foram alguns dos presidentes da província de Mato Grosso no período posterior à Guerra do Paraguai.

³²⁷ Relatório de 1882. Op. cit., p. 08.

³²⁸ Relatório de 1887. Op. cit., p. 11.

³²⁹ Sobre o banditismo em Mato Grosso no início da República ver Valmir Batista Corrêa: *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso*.

A forte presença de militares na presidência da província evidencia a importância estratégica de Mato Grosso no período pós-guerra. Mas, ao mesmo tempo em que se tornava um estágio importante no processo de formação de quadros políticos na fase final do Império, sua localização distante da Corte, as dificuldades de acesso à província e sua vida cotidiana acanhada, fazia de Mato Grosso uma espécie de castigo para aqueles que eram para lá enviados, seja como presidentes da província, seja como ocupantes de cargos civis ou militares. Por outro lado, a fixação em uma província atrasada, de difícil acesso, localizada na fronteira, sem recursos e com problemas básicos a serem resolvidos, permitia um olhar diferente do Brasil por parte desses representantes do poder central. Dessa forma, a passagem por Mato Grosso estimulava esses representantes do poder central a observar o Brasil de dentro para fora, do interior para o litoral, dos centros distantes do poder para o centro do poder. Muitos passaram a defender a integração do país, a construção de ferrovias, a ocupação do interior. Faziam críticas à forma como o poder central tratava as regiões mais distantes. O resultado desse movimento seria que alguns desses representantes do poder central acabaram por se tornar desenvolvimentistas, industrialistas, abolicionistas ou republicanos. Taunay, Deodoro, Floriano, Cunha Matos são alguns desses representantes do poder central que passaram por Mato Grosso antes de 1889. Deodoro é um bom exemplo: enviado em missão militar a Mato Grosso, em 1888, é recebido como herói em sua volta, pouco tempo depois, acirrando ainda mais a chamada “Questão Militar”, componente importante do processo que resultará, em seguida, na proclamação da república.³³¹

Esse quadro apontado, no entanto, também permite realçar a fragilidade da representação política da própria província.

Em todo o período imperial, não tivemos um único senador que fosse mato-grossense. E nenhum mato-grossense ocupou cargo de expressão no Império.

O que acontecia era o contrário. Mato Grosso servia para iniciar ou acomodar os políticos de outras províncias. Vários deputados e senadores foram “eleitos” por Mato Grosso sem nunca ter posto o pé lá. Entre eles destaca-se o Visconde do Rio Branco, ministro várias vezes e presidente do Conselho de ministros em 1871.

³³⁰ João Camilo de Oliveira Torres. *A Democracia Coroada*. P. 375-421.

³³¹ Sobre episódio do envio do marechal Deodoro a Mato Grosso, em 1888, ver Hélio Silva. *1889: A República Não Esperou o Amanhecer*. P. 100.

Esse dado mostra a debilidade política da província, sua fraqueza no conjunto do Império, expressão da ausência de uma elite econômica que fosse suficientemente forte para fazer valer o seu poderio em termos políticos, alcançando expressão nacional e ocupando os postos politicamente mais importantes da província, a presidência e a senatoria, tal como se deu com as províncias mais importantes do Nordeste e do Sul.³³²

Mato Grosso era uma província secundária, mas que tinha valor estratégico por sua localização na fronteira do Império. Essa é a origem do predomínio de militares no exercício da presidência da província ao longo de todo o período imperial.

Tudo isso talvez explique a mesmice política da província, que percorre todo o período posterior à Guerra do Paraguai: nenhum movimento político importante, nenhuma ação contestatória do Império, com abolicionismo e movimento republicano insignificantes. Chamo de mesmice política a subserviência, a ausência de movimento próprio, que por vezes beira o ridículo, como foi a felicitação pela data natalícia do imperador, aprovada por unanimidade pela Assembléia Legislativa provincial em 1889, quando Dom Pedro II já se encontrava na Europa, no exílio.³³³ Mesmo que se queira creditar tal fato à ausência de comunicação rápida com a Corte, parece ser expressão de ausência de luz própria, de subordinação e de volatilidade política. Assim que soube da proclamação da República, a mesma assembléia dá posse ao primeiro governador do novo período, o general Antônio Maria Coelho.³³⁴

É interessante observar que a primeira figura natural de Mato Grosso que alcança expressão nacional e já durante a República, Joaquim Murtinho, o fará a partir do Rio de Janeiro e não como expressão de uma carreira construída em Mato Grosso. E do Rio de Janeiro, começará a construir a sua carreira política subordinando os políticos do estado aos seus ditames. Os políticos de Mato Grosso, apesar da resistência que alguns oferecem por algum tempo, acabarão se subordinando ao chefe nacional.

Chama atenção também o fato de que Joaquim Murtinho, que tinha os seus interesses econômicos em Mato Grosso ligados à extração do mate, liga-se politicamente aos usineiros do estado para constituírem a nova elite que vai dominar a política local no início da

³³² Uma discussão sobre a questão está em José Murilo de Carvalho. *Op. cit.*, p. 117-124.

³³³ Virgílio Corrêa Filho. *História de Mato Grosso*. P. 580.

³³⁴ *Idem*, p. 581.

República Velha. Ambas as atividades, extração de mate e produção açucareira em escala industrial, começaram as suas atividades na fase final do Império.

PARA CONCLUIR este capítulo, não há como não voltar a Leverger e seu prognóstico sobre as consequências duradouras da Guerra do Paraguai na província de Mato Grosso. Talvez seja necessário acrescentar que à destruição da guerra se somou a própria crise do Império, com acentuada repercussão em uma província atrasada, distante dos centros políticos e econômicos e dependente da ação do governo central.

Mas o que salta aos olhos é que até o final do Império a província de Mato Grosso ainda não havia encontrado uma vocação duradoura para sua economia, cujo setor produtivo oscilava entre o extrativismo e a pecuária e que tinha no capital mercantil o seu setor mais dinâmico. Mas esse capital mercantil dependia em larga medida dos gastos do governo geral na província, o que por si só dá a medida da debilidade da economia provincial.

Conclusão

O período que retratamos da história de Mato Grosso pode ser dividido em três momentos: antes, durante e depois da Guerra do Paraguai.

Essa divisão, por si só, já denota a importância que teve a guerra na vida de Mato Grosso no período. Essa importância não é somente pelo período de guerra propriamente dito, mas porque ele foi um divisor de águas na vida da província, tal como foi, em certo sentido, na vida do próprio Império.

Nos quinze anos que antecederam à Guerra do Paraguai a província de Mato Grosso conseguiu sair de uma situação de isolamento e de incertezas econômicas e sociais para avançar em seu processo de estruturação, criando condições iniciais que poderiam permitir um processo de desenvolvimento econômico mais consistente daí pra frente.

A abertura da navegação contribuiu para que esse incipiente avanço se desse. Ao ligar Mato Grosso à Corte e ao litoral, proporcionou uma efetiva integração da província ao conjunto do Império e ao mundo da época. Ao mesmo tempo abriu caminho para os investimentos militares e para o desenvolvimento do capital mercantil, que proporcionam certa prosperidade à província.

No plano interno, chama a atenção a estruturação do aparelho fiscal, particularmente o mecanismo de arrecadação de impostos nos mercados, que vai permitir certa estabilidade financeira à província no final dos anos cinquenta.

Mas, fica evidente também, que a província de Mato Grosso tinha uma base econômica frágil, que não tinha encontrado um setor produtivo, um produto sequer, em que assentasse o seu desenvolvimento. A pecuária, apesar de seu crescimento, ainda estava em sua infância e só mais tarde se efetivará como setor fundamental na economia provincial. A agricultura não conseguia atender sequer às demandas de consumo da província, principalmente quando a abertura da navegação provocou certo aumento na demanda de alimentos. A fome estava sempre por perto.

Mas é perceptível que, para além dessa fragilidade, havia certo otimismo, provavelmente fruto da dinâmica nova determinada pelo desenvolvimento do capital

mercantil, que imprime um ritmo mais acelerado à vida econômica e que reflete no conjunto da província.

Se havia, portanto, uma alteração no seu quadro econômico, por outro lado Mato Grosso refletia integralmente as contradições políticas presentes no Estado imperial. Essas contradições estavam presentes particularmente de forma acentuada no processo de estruturação do exército (as forças de linha). Afastada do centro de poder e do litoral, acessível por um caminho que passava por países com quem o Brasil tinha pendências de limites, situada em uma região de fronteira, tudo isso fazia com que a questão da estruturação do exército fosse muito importante para a vida da província.

Mas essa era uma contradição que Mato Grosso não poderia resolver, por que era contradição que dizia respeito à própria natureza do Estado imperial. E, no entanto, a província de Mato Grosso iria sofrer diretamente em seu território o resultado dessa contradição, com a invasão paraguaia.

O período da Guerra do Paraguai foi um período de imensos sacrifícios para Mato Grosso. Sua produção, que já era frágil, se desorganiza e sua população vai passar por imensas privações decorrentes da invasão paraguaia. A guerra vai marcar por muitos anos a vida da província de Mato Grosso.

Quando a guerra termina, resta um província com sua produção desorganizada e que sobrevive economicamente em larga medida graças aos gastos do governo geral ali efetivados. Desses gastos destacam-se os gastos militares.

À debilidade econômica da província e à destruição provocada pela guerra, se soma agora também a própria crise do Império e o processo de emancipação dos escravos.

Mesmo com o crescimento da extração de mate no início dos anos oitenta, mesmo com a retomada do crescimento da pecuária, que se espalha principalmente pela região sul de Mato Grosso, a província permanecia frágil e economicamente dependente do governo geral.

A forte presença do capital mercantil na província, como mostramos, era alimentada por mecanismos que advinham em larga medida de isenção fiscal e dos gastos do governo geral na província, principalmente gastos militares. Esse capital mercantil não estava ancorado em uma atividade produtiva forte, que lhe desse sustentação. Refletia, portanto, o atraso da província.

Dessa forma, Mato Grosso vai chegar ao final do Império como uma província sem perspectivas, sem ter encontrado um caminho que lhe permitisse se construir de forma independente. As transformações por que passava o Brasil, com o desenvolvimento da agricultura do café, com as ferrovias, abertura de estradas e imigração, nada disso atinge efetivamente Mato Grosso naquele período.

Talvez esteja aí a origem do evidente pessimismo que reveste os relatórios dos últimos presidentes da província, nos anos que antecedem o final da monarquia.

Acreditamos que o elemento fundamental a ser retido é o de que Mato Grosso não conseguiu encontrar um caminho próprio, em todo o período por nós estudado; um caminho que lhe permitisse certa autonomia econômica e social e, por isso mesmo, certa identidade própria no conjunto do Império. Permaneceu dependente do governo geral e por isso mesmo sofrendo das suas vicissitudes políticas e econômicas. Os fatores que lhe davam características particulares, como situar-se na fronteira e ser uma província insular, nas condições que caracterizavam as instituições do Estado imperial e diante da fragilidade econômica da província, transformaram Mato Grosso em prisioneiro dos avanços e recuos, da prosperidade e da crise do Império.

QUADROS E MAPAS

Quadro 1.
Receitas e despesas da província de Mato Grosso – 1850/1863
(Em mil réis)

* Exercício	Receita	Despesa
1849/1850	20:954\$705	20:791\$755
1850/1851	29:292\$464	29:133\$270
1851/1852		
1852/1853	35:646\$757	34:969\$333
1853/1854		
1854/1855		
1855/1856		
1856/1857	57:500\$806	34:219\$559
1857/1858	111:131\$909	69:888\$455
1858/1859	121:058\$840	61:773\$649
1859/1860	128:960\$010	84:574\$592
1860/1861	116:685\$576	114:815\$912
1861/1862	97:192\$460	89:504\$752
1862/1863	88:045\$300	77:203\$090

* O ano fiscal começava em 01 de julho de um ano e terminava em 30 de junho do ano seguinte.
Fonte: Relatórios dos presidentes da província de Mato Grosso – 1850/1864

Quadro 2.
Receitas e Despesas da província de Mato Grosso – 1864/1870
(Em mil réis)

Exercício	Receita	Despesa
1864/1865	79:002\$202	78:477\$495
1865/1866	71:748\$052	66:384\$778
1866/1867	133:391\$601	85:220\$862
1867/1868	147:068\$572	61:251\$556
1868/1869	213:455\$374	115:015\$149
1869/1870	253:073\$649	168:631\$649

Fonte: Relatórios dos presidentes da província de Mato Grosso – 1865/1870.

Quadro 3.
Receitas e Despesas da província de Mato Grosso – 1871/1885
(Em mil réis)

Exercício	Receita	Despesa
1871/1872	183:262\$371	167:367\$389
1872/1873		
1873/1874	151:876\$726	138:793\$073
1874/1875	146:218\$551	141:457\$621
1875/1876	182:980\$944	181:623\$714
1876/1877	180:463\$739	173:537\$860
*1877/1878	86:557\$455	86:554\$169
1878/1879		
1879/1880	185:397\$107	181:815\$141
1880/1881	313:615\$288	319:063\$874
1881/1882		
1882/1883	234:476\$152	219:026\$005
1883/1884		
1884/1885	237:397\$552	263:623\$572

*O exercício 1877/1878 foi alterado por lei provincial.

Fonte: Relatórios dos presidentes da província de Mato Grosso – 1871/1886.

Quadro 4.
Principais produtos exportados em 1886. Valor oficial e impostos arrecadados pela
província de Mato Grosso
(Em mil réis)

Qualidade	Valor Oficial	Imposto
Açúcar, café, carne seca, crina de animais, fumo e graxa.	2:084\$380	208\$438
Cal de pedra	3:072\$000	203\$600
Caldo de carne	43:200\$000	4:320\$000
Couro	141:290\$000	14:129\$000
Chifres	2:460\$000	246\$000
Herva mate	337:083\$000	16:854\$150
Ipecacuanha	46:739\$500	4:373\$950
Gado vacuum	66:036\$000	11:006\$000

Fonte: Relatório de 1886, p. 36.

Quadro 5.
Despesas do governo imperial em Mato Grosso após a Guerra do Paraguai.
(Em contos de réis)*

Exercício	1872/1873	1875/1876	1879/1880	1884/1885	1886/1887
Ministério					
Império	40,871	41,935	21,441	36,609	11,866
Justiça	26,260	108,493	95,929	104,905	37,454
Marinha	318,374	679,928	357,490	2,559	1,627
Guerra	1.193,726	1.413,979	960,158	1.107,012	332,389
Fazenda	203,062	177,482	166,570	246,620	50,563
Agricultura	5,148	32,798	13,690	45,497	14,356
Estrangeiros		57,505			
Operações de crédito		397,141	309,011		102,000
Receita a anular		0,354	5,581		
Depósitos			63,423	115,712	53,583
Total parcial	1.787,480	2.908,933	1.996,291	1.622,916	603,841
Movimento de fundos	4,605	4,614	48,374	510,008	98,864
TOTAL	1.792,086	2.913,548	2.044,666	2.132,924	820,077

Obs. Para se chegar ao total do exercício 1886/1887, deve-se acrescentar 117,371 contos de réis ao total parcial. Esse valor corresponde ao saldo existente em 31 de dezembro de 1886.

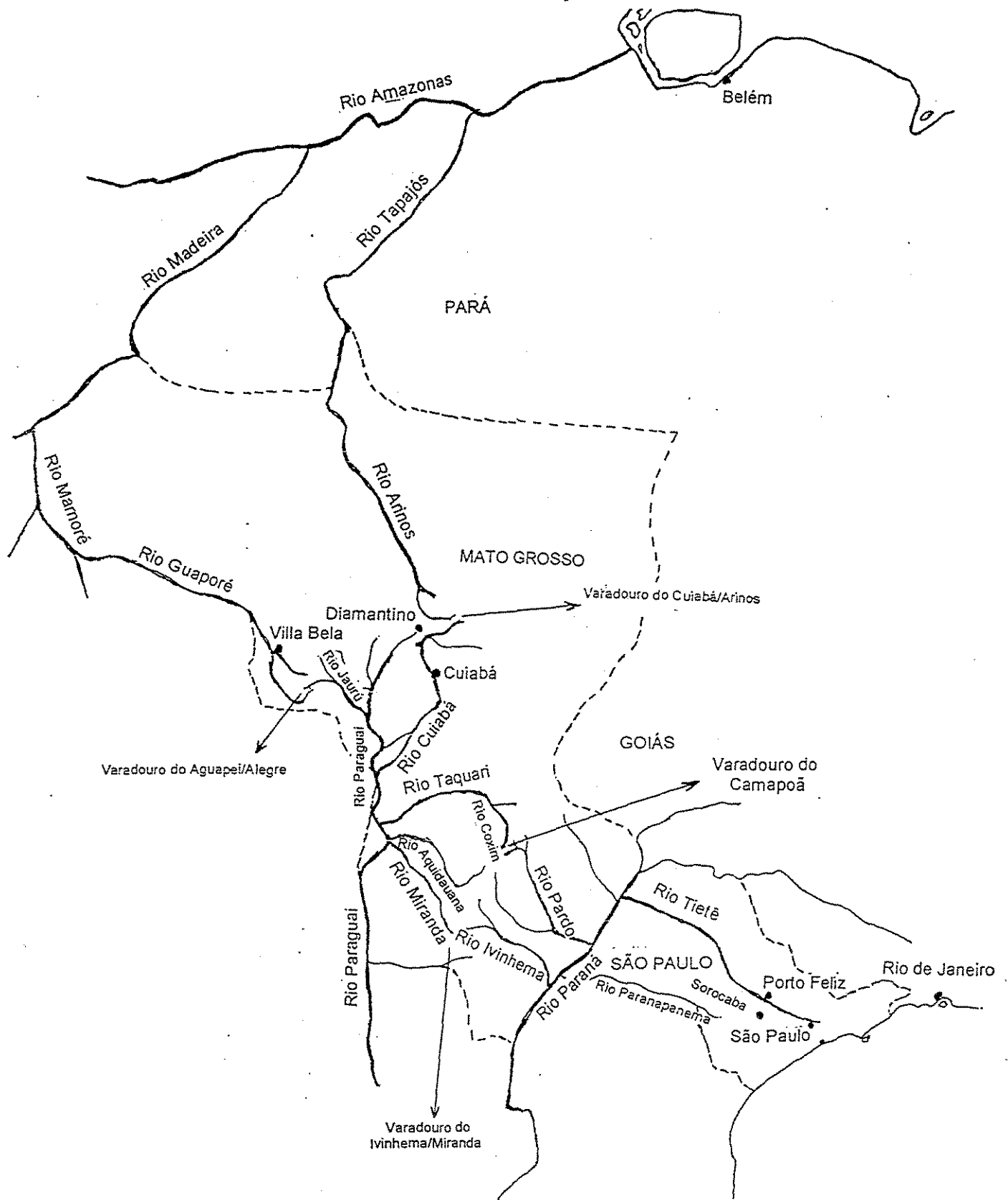
* Um conto de réis equivale a mil mil réis ou 1.000\$000.

Fonte: Relatórios dos presidentes da província de Mato Grosso. Anos pertinentes.

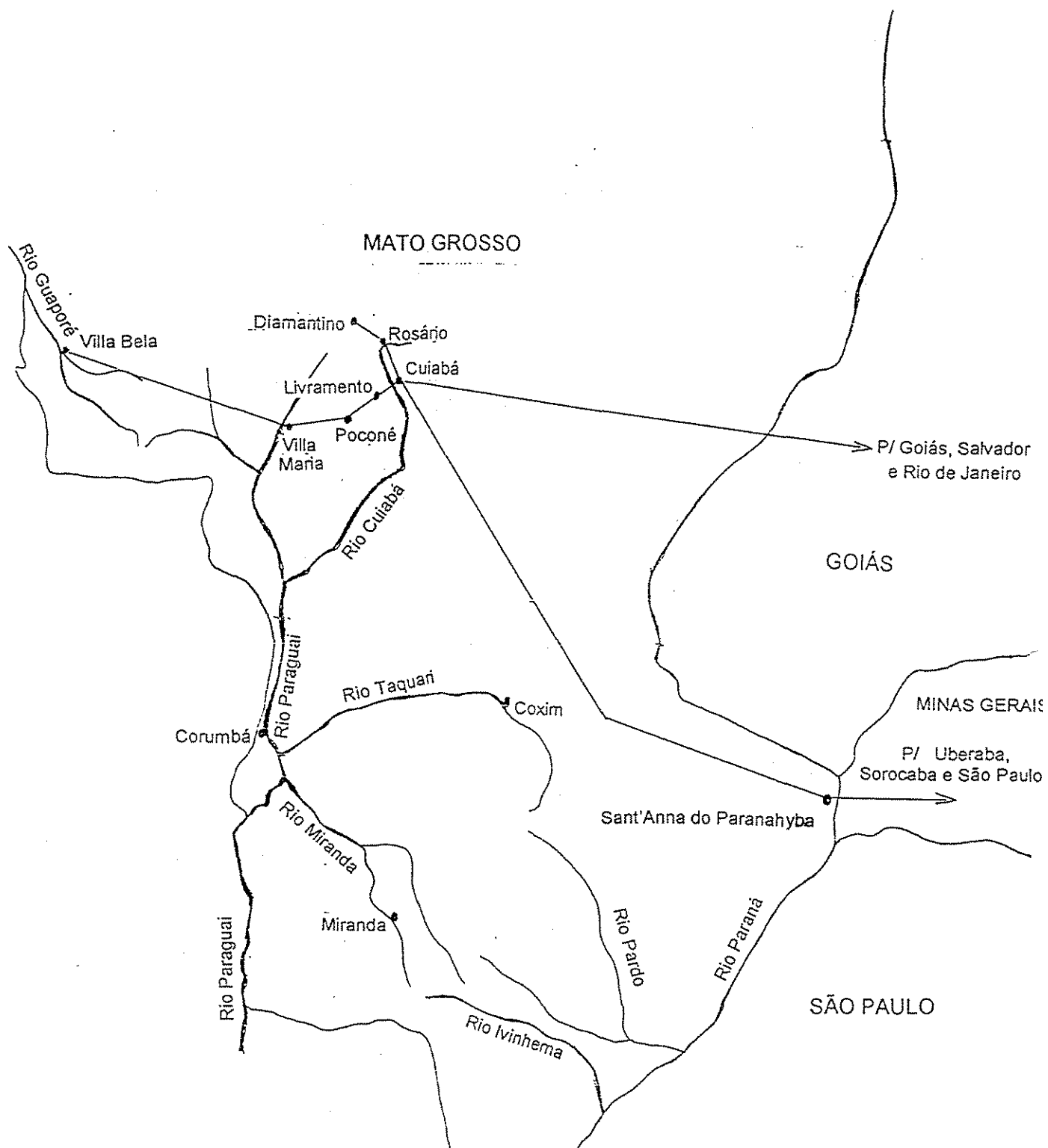
Quadro 6.
Evolução da população da província de Mato Grosso – 1872/1887

Ano	População livre	Escravos	Fonte
1872	53750	6677	Censo de 1872
1876	-----	7064	Relatório de 1876
1880	-----	7051	Relatório de 1880
1882	-----	6854	Relatório de 1882
1887	-----	3044	Relatório de 1887
1888	79750	-----	Estimativa. Ministério do Império

Mapa 1
ROTAS DAS MONÇÕES



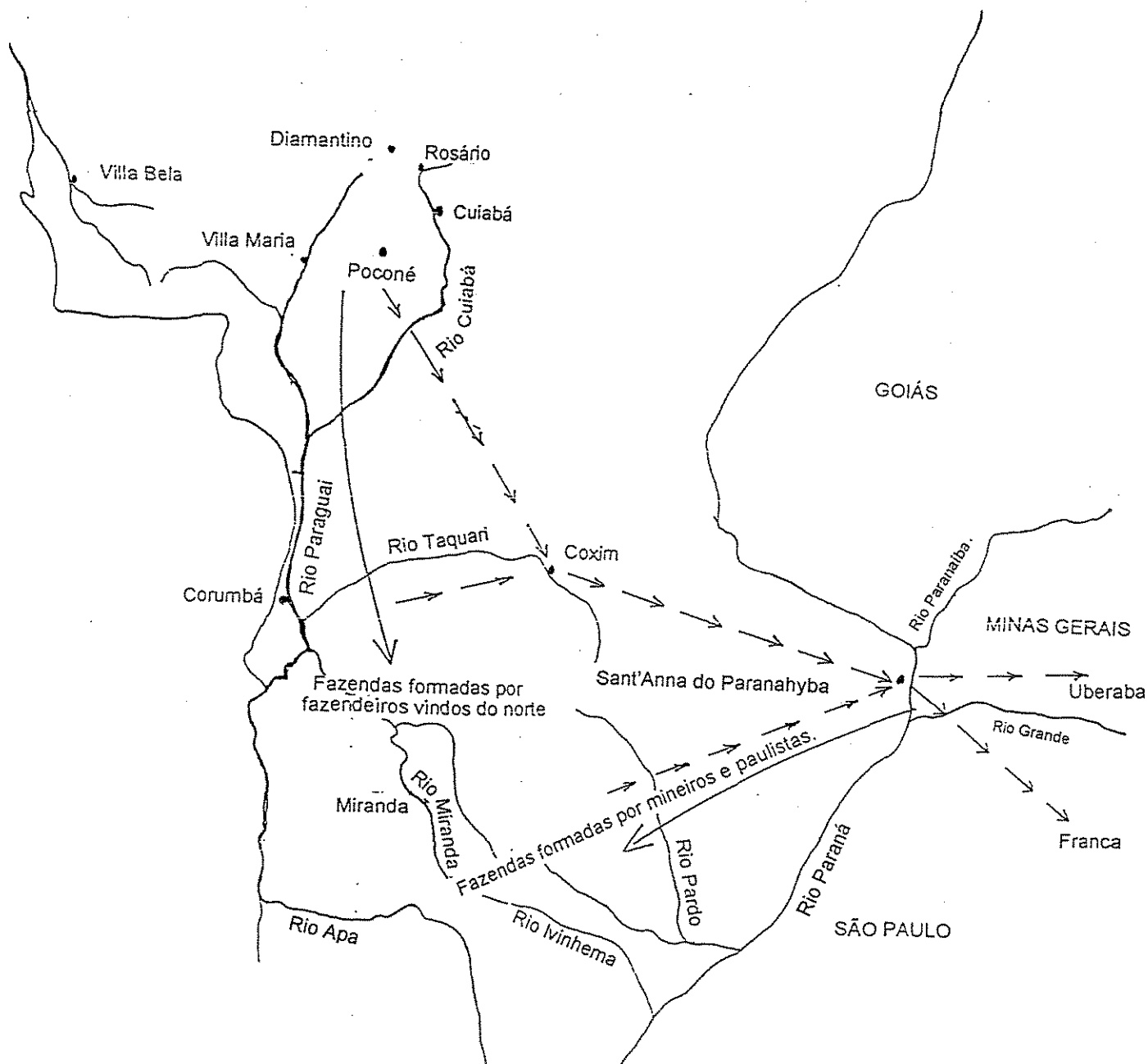
Mapa 2
CAMINHOS INTERNOS E CAMINHOS QUE LIGAVAM
MATO GROSSO A OUTRAS PROVÍNCIAS



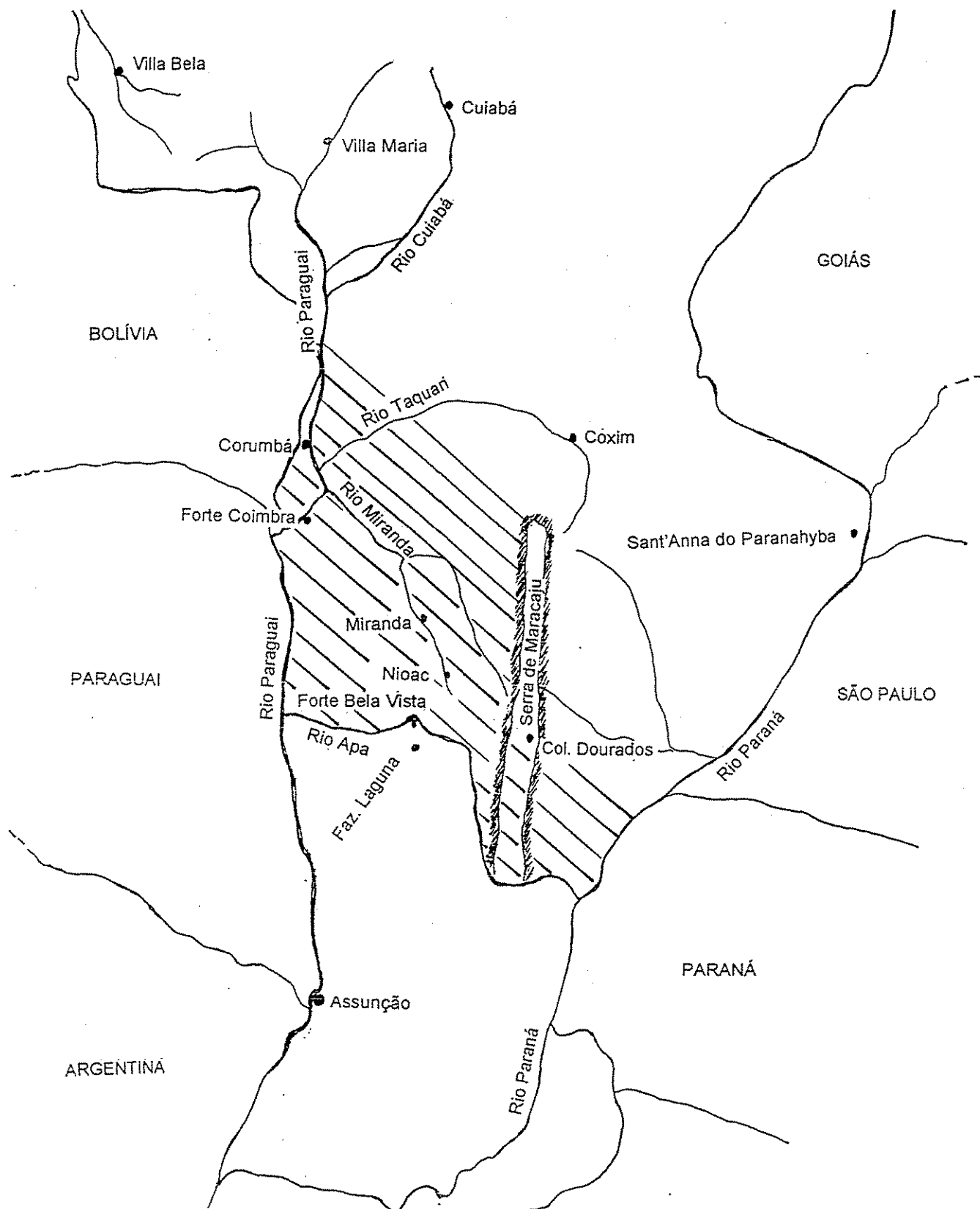
Mapa 3
 OCUPAÇÃO DO SUL DE MATO GROSSO
 POR CRIADORES DE GADO
 (PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX)

VENDE DE GADO PARA OUTRAS PROVÍNCIAS

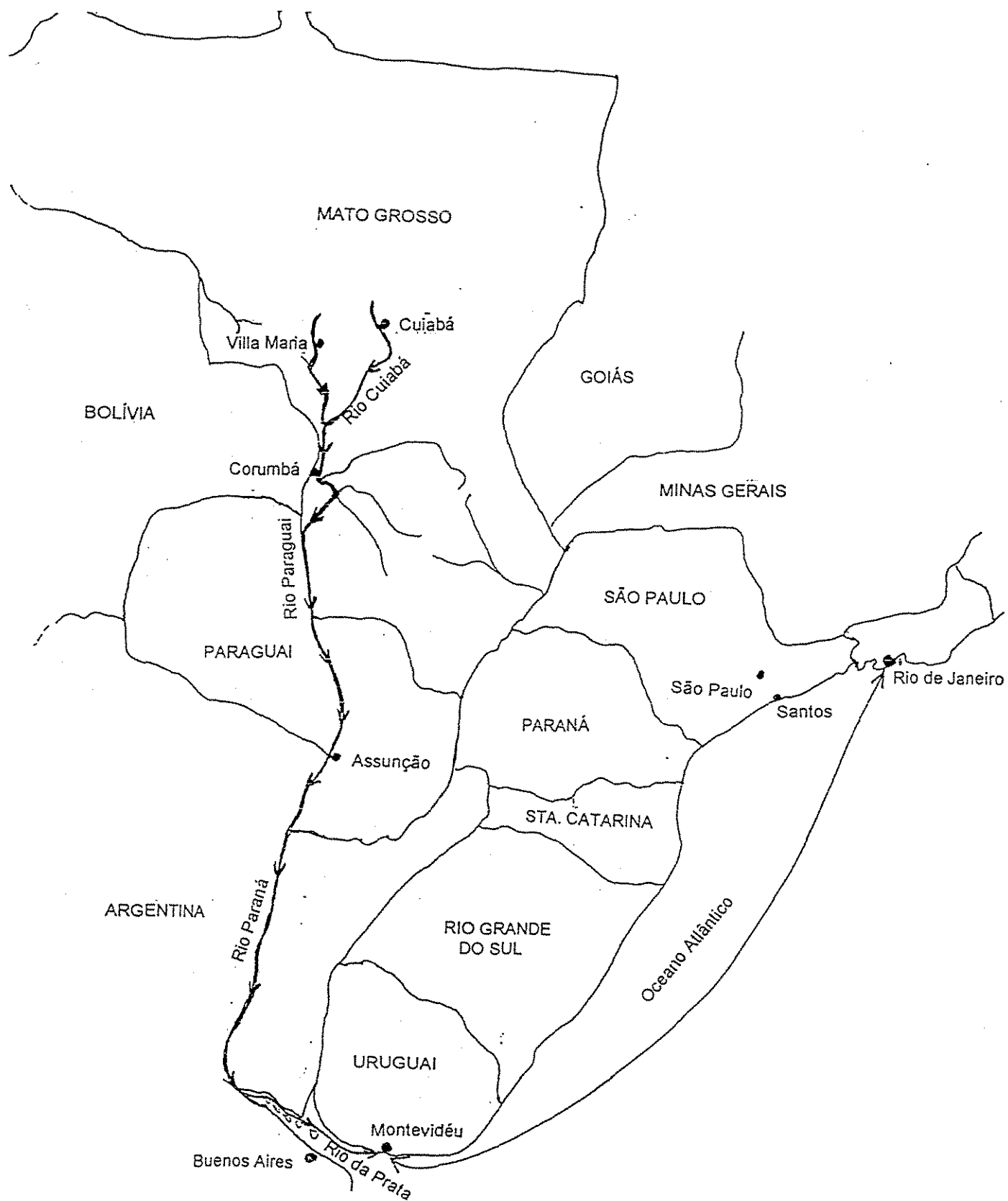
———— Roteiro das ocupações do sul de Mato Grosso
 por criadores de gado.
 -> -> -> -> -> -> Roteiro do gado vendido para outras províncias



Mapa 4
MATO GROSSO OCUPADO PELO EXÉRCITO DO PARAGUAI



Mapa 5
ROTA FLUVIAL E MARÍTIMA LIGANDO MATO GROSSO
AO RIO DA PRATA E AO RIO DE JANEIRO



FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

A- DOCUMENTO AVULSO.

CARTA do Governador de Mato Grosso, Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres, ao Secretário de Estado, Martinho de Mello e Castro. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Documentos Avulsos sobre Mato Grosso. Caixa 19, n. 1205. FUFMT/NDIHR, microficha 264 .

B- FALAS E RELATÓRIOS.

FALA dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso na abertura da sessão ordinária, em 3 de maio de 1850, pelo Exmo. Sr. Presidente da Província Coronel João Jose da Costa Pimentel. Cuiabá: Typographia do Echo Cuiabano, 1850.

RELATÓRIO do Presidente da Província de Mato Grosso, o Capitão de Fragata Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 10 de maio de 1851. Cuiabá: Typographia do Echo Cuiabano, 1852.

RELATÓRIO do Presidente da Prov. de Mato Grosso, o Capitão de Mar e Guerra Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinaria da Assembléia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1852. Cuiabá: Typ. do Echo Cuiabano, 1853.

RELATÓRIO do Presidente da Província de Mato Grosso, o Capitão de Mar e Guerra Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1853. Cuiabá: Typographia do Echo Cuiabano, 1853.

RELATÓRIO do Presidente da Província de Mato Grosso, o Capitão de Mar e Guerra Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1854. Cuiabá: Typographia do Echo Cuiabano, 1854.

RELATÓRIO do Presidente da Província de Mato Grosso, o Chefe de Esquadra Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 4 de dezembro de 1856. Cuiabá: Typographia do Echo Cuiabano, 1856.

OFÍCIO de Augusto Leverger dirigido ao Sr. Tenente Coronel Albano de Souza Osorio, 1º Vice-Presidente da Província, ao transmitir a Presidência da mesma, em 1º de abril de 1857.

RELATÓRIO do Vice-Presidente da Província de Mato Grosso, o Tenente Coronel Albano de Sousa Osorio, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1857. Cuiabá: Typographia do Noticiador Cuiabano, 1857.

RELATÓRIO com que entregou a administração desta Província o Exmo. Sr. Tenente Coronel Albano de Sousa Osorio, Vice-Presidente, ao Exmo. Sr. Chefe de Divisão Joaquim Raymundo de Lamare. Cuiabá: Typ. do Noticiador Cuiabano, 1858.

RELATÓRIO do Presidente da Província de Mato-Grosso, o Chefe de Divisão Joaquim Raymundo de Lamare, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1858. Cuiabá: Typographia do Noticiador Cuiabano, 1858.

RELATÓRIO do Presidente da Província de Mato Grosso, o Chefe de Divisão Joaquim Raymundo de Lamare, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1859. Cuyaba: Typographia Cuyabana, 1859.

RELATÓRIO do Presidente da Província de Mato Grosso, o Coronel Antonio Pedro de Alencastro, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1860. Cuiabá: Typ. da Voz da Verdade, 1860.

RELATÓRIO do Presidente da Província de Mato Grosso, o Coronel do Corpo de Engenheiros Antonio Pedro de Alencastro, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1861. Typ. da Voz da Verdade, 1861.

RELATÓRIO apresentado a Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso pelo Exmo. Conselheiro Herculano Ferreira Penna, em 3 de maio de 1862. Cuiabá: Typ. do Matto-Grosso. 1864.

RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Matto-Grosso pelo Exmo. Conselheiro Herculano Ferreira Penna, em 3 de maio de 1863. Cuiabá: Typ. do Matto-Grosso, 1864.

RELATÓRIO do Presidente da Província de Mato Grosso, o Exmo. Sr. Conselheiro Herculano Ferreira Penna ao passar a administração da mesma ao Exmo. 1º Vice-Presidente, Chefe de Esquadra Augusto Leverger. Cuiabá: Typographia de Sousa Neves e Comp., 1863.

RELATÓRIO do Presidente da Província de Mato Grosso, o Brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho, apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, na abertura da sessão ordinária de 3 de maio de 1864. Cuiabá: Typ. de Sousa Neves e Comp., 1864.

RELATÓRIO do Vice-Presidente da Província de Mato Grosso, Chefe de Esquadra Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 17 de outubro de 1865. Cuiabá: Typ. de Sousa Neves e Comp., 1865.

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. e Ilmo. Sr. Tenente Coronel Albano de Sousa Osório, Vice-Presidente da Província de Mato Grosso, pelo Presidente Chefe de Esquadra Barão de Melgaço, ao entregar a administração da mesma Província em 8 de maio de 1866. Cuiabá: Typ. de S. Neves e Cia., s/d.

RELATÓRIO do Vice-Presidente da Província de Mato Grosso, Tenente Coronel Albano de Sousa Osorio, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 4 de julho de 1866. Typographia de Sousa Neves e Cia., s/d.

RELATÓRIO do Vice-Presidente da Província de Mato Grosso, o Barão de Aguapey, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1868. Cuiabá: Typographia de Sousa Neves etc. e Cia., s/d.

RELATÓRIO apresentado ao Ilmo. e Exmo. Sr. Doutor Jose Vieira Couto de Magalhães, Presidente da Província de Mato Grosso, pelo Vice-Presidente Barão de Aguapey, ao entregar a administração da mesma, em 8 de julho de 1868. Cuiabá: Typ. da Imprensa & Comp., s/d.

RELATÓRIO do Presidente da Província de Mato Grosso, o Chefe de Esquadra Barão de Melgaço, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 20 de setembro de 1869. Cuiabá: Typ. de Sousa Neves, s/d.

RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso pelo Exmo. Sr. Tenente Coronel Francisco José Cardoso Junior, no dia 20 de agosto de 1871. Cuiabá: Typ. de Sousa Neves e Cia., s/d.

RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa da Provincia de Matto-Grosso, no dia 4 de outubro de 1872, pelo Presidente da mesma Provincia, o Exmo. Sr. Tenente Coronel Dr. Francisco Jose Cardoso Junior. Rio de Janeiro: Typographia do Apostolo, 1873.

RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso, na Segunda sessão da 19ª Legislatura, no dia 3 de maio de 1873, pelo Presidente da Provincia, o Exmo. Sr. General Dr. Jose de Miranda da Silva Reis. Typ. da “Situação”, de Sousa Neves e Cia, s/d.

RELATÓRIO apresentado a Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso na primeira sessão da 20ª Legislatura, no dia 3 de maio de 1874, pelo Presidente da Provincia, o Exmo. Sr. General Dr. Jose de Miranda da Silva Reis. Cuiabá: Typ. da “Situação”, de Sousa Neves e Cia., s/d.

RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa da Provincia de Mato Grosso na 2ª sessão da 20ª Legislatura, no dia 3 de maio de 1875, pelo Vice-Presidente da Provincia, o Exmo. Sr. Coronel Barão de Diamantino,. Cuyaba: Typ. de Sousa Neves e Cia., 1875.

RELATÓRIO com que o Excelentíssimo Senhor Coronel Barão de Diamantino, Vice-Presidente da Provincia de Mato-Grosso, passou a administração da mesma ao Excelentíssimo Senhor General Hermes Hernesto da Fonseca, no dia 5 de julho de 1875. Cuyaba: Typ. de Sousa Neves e Cia., 1875.

FALLA com que o Excelentíssimo Senhor General Hermes Hernesto da Fonseca abriu a 1ª sessão da 21ª Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial de Mato-Grosso, no dia 3 de maio de 1876. Cuyaba: Typographia da “Situação”, 1876.

FALA com que o Excelentíssimo Senhor General Hermes Ernesto da Fonseca abriu a 2ª sessão da 21ª Legislatura da Assembléia Provincial de Mato-Grosso, no dia 3 de maio de 1877. Cuyaba: Typ. da “Situação”, 1877.

RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. Dr. João José Pedrosa, Presidente da Provincia de Matto-Grosso, abriu a 1ª sessão da 22ª Legislatura da respectiva Assembléia, no dia 1º de novembro de 1878. Cuiaba: Typ. do Liberal, 1878.

RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. Dr. João José Pedrosa, Presidente da Provincia de Matto-Grosso, abriu a 2ª sessão da 22ª Legislatura da respectiva Assembleia, em 1º de outubro de 1879. Cuiabá: Typ. de J. J. R. Calháo, 1879.

RELATÓRIO com que ao Exmo. Sr. Coronel Barão de Maracaju, Presidente da Província de Mato Grosso, passou a administração da mesma o Exmo. Sr. Dr. João José Pedrosa, em 5 de dezembro de 1879. Cuiabá: Typ. de J. J. R. Calháo, 1879.

RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. General Barão de Maracaju, Presidente da Província de Mato Grosso, abriu a 1ª sessão da 23ª Legislatura da respectiva Assembléia, no dia 1º de outubro do corrente ano. Cuyaba: Typ. de Joaquim J. R. Calháo, 1880.

FALA com que o Exmo. Sr. Vice-Presidente Tenente Coronel José Leite Galvão abriu a 2ª sessão da 23ª Legislatura d'Assembléia desta Província, seguida do RELATÓRIO com que Exmo. Sr. General Barão de Maracaju, ex-Presidente da Província de Mato-Grosso, pretendia abrir a mesma sessão da respectiva Assembléia no dia 3 de maio de 1881. Cuyaba: Typ. de J. J. R. Calháo, 1881.

RELATÓRIO com que ao Exmo. Sr. Coronel Dr. José Maria de Alencastro, Presidente da Província, passou a administração da mesma o Vice-Presidente Tenente Coronel José Leite Galvão, no dia 31 de maio do corrente ano. Cuyaba: Typ. de J. J. R. Calháo, 1881.

RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. Coronel Dr. José Maria de Alencastro, Presidente da Província de Matto-Grosso, abriu a 1ª sessão da 24ª Legislatura da respectiva Assembléia, no dia 15 de junho de 1882. Cuyabá: Typ. de J. J. R. Calháo, 1882.

RELATÓRIO com que ao Exmo. Sr. Vice-Presidente Tenente Coronel José Leite Galvão passou a administração da Província de Matto-Grosso o Exmo. Sr. Coronel José Maria de Alencastro, no dia 10 de março de 1883. Cuyaba: Typ. de J. J. R. Calháo, 1883.

FALLA com que o Exmo. Sr. Vice-Presidente, Tenente Coronel José Leite Galvão, abriu a 2ª sessão da 24ª Legislatura da Assembléia Provincial de Matto-Grosso, em 3 de maio de 1883. Cuyaba: Typ. J. J. R. Calháo, 1883.

RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. General Barão de Batovy, Presidente da Província de Matto Grosso, abriu a 1ª sessão da 25ª Legislatura da respectiva Assembléia, no dia 1º de outubro de 1884. Cuyaba: Typ. de J. J. R. Calháo, 1884.

RELATÓRIO apresentado a Assembléia Legislativa Provincial de Matto-Grosso, na primeira sessão da 26ª Legislatura, no dia 12 de julho de 1886, pelo Presidente da Província, o Exmo. Sr. Doutor Joaquim Galdino Pimentel. Cuyaba: Typographia da “Situação”, 1886.

EXPOSIÇÃO com que o Exmo. Sr. Dr. Joaquim Galdino Pimentel passou a administração da Província de Matto-Grosso ao Exmo. Sr. 2º Vice-Presidente, Capitão Antonio Augusto Ramiro de Carvalho, no dia 9 de novembro de 1886. Cuyaba: Typ. da “Situação”, 1886.

EXPOSIÇÃO com que o Exmo. Sr. Vice-Presidente Capitão Antonio Augusto Ramiro de Carvalho, passou a administração da Província de Matto-Grosso ao Exmo. Sr. Presidente, Doutor Alvaro Rodovalho Marcondes dos Reis, no dia 9 de dezembro de 1886. Manuscrito, s/d.

RELATÓRIO que o Sr. Vice-Presidente Dr. Jose Joaquim Ramos Ferreira redigiu para apresentar a Assembléia Legislativa Provincial de Matto-Grosso, na 2ª sessão da 26ª Legislatura, no dia 1º de novembro de 1887. Cuyaba: Typ. da “Situação”, 1887.

RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. Coronel Francisco Raphael do Mello Rego, Presidente da Província, abriu a 27ª sessão da Assembléia Legislativa Provincial de Matto- Grosso, em 20 de outubro de 1888. Typ. da “Situação”, 1888.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. 7ª ed.. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000, Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro.
- _____. *Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; 1975.
- ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. *Mato Grosso: Trabalho Escravo e Trabalho Livre. (1850-1888)*. Brasília: Ministério da Fazenda, 1984.
- BELLO, José Maria. *História da República*. 7ª ed. São Paulo: Nacional, 1976.
- BOXER, Charles Ralph. *A Idade de Ouro do Brasil. Dores de Crescimento de Uma Sociedade Colonial*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- BRASIL. *O Brasil. Suas Riquezas Naturaes. Suas Industrias*. Ed. facssimilar (original publicado em 1907). Rio de Janeiro: IBGE, 1986. 2 tomos.
- BRASIL. *Falas do Trono*. Brasília: INL, 1977.

- CALOGERAS, João Pandiá. *História das Relações Exteriores do Império. Da Regência à Queda de Rosas*. São Paulo: Nacional, 1933, vol. III.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem e Teatro de Sombras*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.
- CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros. O Tráfico de Escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CORRÊA, Lúcia Salsa. *Corumbá: Um Núcleo Comercial na Fronteira de Mato Grosso (1870-1920)*. São Paulo: USP/FFLCH, dissertação de mestrado, 1980.
- _____. *História e Fronteira: O Sul de Mato Grosso. 1870-1920*. Campo Grande: UCDB, 1999.
- CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso*. Campo Grande: Editora da UFMS, 1995.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *Ervais do Brasil e Ervateiros*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1957, Documentário da Vida Rural - n. 12.
- _____. *Fazendas de Gado no Pantanal Mato-Grossense*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1955, Documentário da Vida Rural - n. 10.
- _____. *História de Mato Grosso*. Ed. fac-similar. Varzea Grande - MT: Fundação Júlio Campos, 1994.
- _____. *Pantanaís Matogrossenses. Devassamento e Ocupação*. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. 4ª ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- _____. *Da Monarquia à República. Momentos Decisivos*. 7ª ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.
- COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmacles. O Exército, a Guerra do Paraguai e a Crise do Império*. São Paulo: HUCITEC; Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- _____. "A Questão Fiscal na Transformação Republicana – Continuidade e Descontinuidade". In *Economia e Sociedade. Revista do Instituto de Economia da UNICAMP*. Campinas: vol. 10, p.141-173, junho/ 1998.
- CUNHA, Maria Manuela Carneiro da Cunha (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992.

- D'ALINCOURT, Luiz. *Memória Sobre a Viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1975.
- FARIA, Fernando Antônio. *Os Vícios da Re(s)pública. Negócios e Poder na Passagem para o Século XX*. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.
- FERRER, Aldo. *La Economía Argentina. Las Etapas de Su Desarrollo y Problemas Actuales*. México - Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1981.
- FLORENCE, Hércules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas, de 1825 a 1829*. São Paulo: Cultrix/ EDUSP, 1977.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 15ª ed. São Paulo: Nacional, 1977.
- GRAHAN, Richard. *Grã Bretanha e o Início da Modernização no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- GRANZIERA, Rui Guilherme. *A Guerra do Paraguai e o Capitalismo no Brasil*. São Paulo: HUCITEC / UNICAMP, 1979.
- GUEBARA, Ademir. *O Mercado de Trabalho Livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- HARDMAN, Francisco Foot & LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. 2ª ed. rev. São Paulo: Ática, 1991.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma. A Modernidade na Selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. *Monções*. 3ª ed. ampliada. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *O Extremo Oeste*. São Paulo: Civilização Brasileira; Secretaria de Estado da Cultura, 1986.
- HOLANDA, Sérgio Buarque (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II: O Brasil Monárquico*. 4ª e 6ª ed. São Paulo: Difel, 1985 e 1987. 5 vol.
- LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria. Imaginação Geográfica e Política Externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora da UNESP; Moderna, 1997.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Access, 1994.

- MELLO, Raul Silveira de. *A Epopéia de Antônio João*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1969.
- MELO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império. 1871-1889*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL; 1984.
- MENDONÇA, Rubens de. *História de Mato Grosso*. 4ª ed. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1982.
- NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. 2 vol.
- NOGUEIRA, Octaviano. *Constituições Brasileiras: 1824*. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, 1999.
- OLIVEIRA VIANA, Francisco José de. *O Ocaso do Império*. 2ª ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1990.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil*. 11ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- _____. *História Econômica do Brasil*. 35ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PRESTES, Antonio Dias Baptista. "Viagem do capitão Antonio Dias Prestes e seu irmão Manoel Dias Baptista Prestes desde a Província de São Paulo a Cuyaba em 21 de Abril de 1851". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Vol. XXVIII, p. 773-795, 1930.
- REBOUÇAS, André. *Diário e Notas Autobiográficas*. Texto escolhido e anotados por Ana Flora e Inácio José Veríssimo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.
- SILVA, Hélio. *1889: A República Não Esperou o Amanhecer*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- SILVA, Lúcia Osório. *Terras Devolutas e Latifúndio. Os Efeitos da Lei de 1850*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *Governantes de Mato Grosso*. Cuiabá: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, 1993.
- SIMONSEN, Roberto C.. *História Econômica do Brasil (1500-1820)*. 8ª ed. São Paulo: Nacional, 1978.
- SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas Estatísticas Sobre a Produção Agrícola e a Carestia de Gêneros Alimentícios no Império do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: IPEA/ INPES, 1977.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste. Ensaio Sobre a Grande Propriedade Pastoril*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

- STEIN, Stanley. *Grandeza e Decadência do Café*. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- TAUNAY, Visconde de. *A Retirada da Laguna*. 16ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1963.
- _____. *Marchas das Forças (Expedição de Matto Grosso) 1865-1866. Do Rio de Janeiro ao Coxim*. São Paulo, Cayeiras, Rio de Janeiro: Melhoramentos, s/d.
- _____. *Memórias do Visconde de Taunay*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948.
- TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. *Cartas do Solitário*. 4ª ed. São Paulo: Nacional, 1975. Coleção Brasileira.
- _____. *A Província*. 2ª ed. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife: Nacional, 1937.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. *A Democracia Coroada*. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1957.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. 3ª ed. integral. São Paulo, Cayeiras, Rio de Janeiro: Melhoramentos, s/d. 4 vol.
- VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão. Vida Cotidiana e Escravidão em Cuiabá em 1850-1888*. São Paulo: Marco Zero; Cuiabá: Editora da UFMT; 1993.
- _____. *A Conquista da Terra no Universo da Pobreza*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL; 1987.